



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 147 – TERÇA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL) Líder Tião Viana PT-AC Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB) Líder Efraim Morais PFL-PB Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante PT-SP	Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella LIDERANÇA DO PMDB - 21 Líder Renan Calheiros PMDB-AL Vice-Líderes Vago Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá LIDERANÇA DO PFL - 17 Líder José Agripino PFL-RN Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges	Rodolpho Tourinho José Jorge LIDERANÇA DO PSDB – 11 Líder Arthur Virgílio PSDB-AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias LIDERANÇA DO PDT - 6 Líder Jefferson Péres PDT-AM Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO Vice-Líder Patrícia Saboya Gomes
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 121^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 190, de 2003 (nº 459/2003, na origem), comunicando que se ausentará do País no dia 16 do corrente, a fim de participar em Cartagena, do 40º aniversário de criação da Organização Internacional do Café..... 27106

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 325/2003, de 25 de agosto último, do Ministro da Previdência e Assistência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 499, de 2003, do Senador César Borges..... 27106

Nº 326/2003, de 3 do corrente, do Ministro da Previdência e Assistência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 281, de 2003, do Senador Papaléo Paes..... 27106

Nº 959/2003, de 10 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 459, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 27106

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 700/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1995 (nº 3.011/97, naquela Casa), que estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países. 27106

Nº 706/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2000 (nº 5.328/2001, naquela Casa), que inclui na Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço..... 27107

Nº 707/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2000 (nº 6.300/2002, naquela Casa), que regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol e dá outras providências.....

27107

1.2.4 – Pareceres

Nº 1.227, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 1, de 2002, do Tribunal de Contas da União (nº 242/2002, na origem), que encaminha cópia da Decisão nº 20/2002-TCU (2ª Câmara) e do Acórdão nº 33/2002-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, referentes a auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, visando verificar a real situação das políticas de tarifação de água e de cobrança de créditos decorrentes da venda de lotes nos perímetros de irrigação sob a responsabilidade daquela empresa (TC nº 013.536/2000-8). ..

27107

Nº 1.228, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2002 (nº 7.017/2002, naquela Casa), que acrescenta artigo ao Código Penal e modifica a pena cominada aos crimes de corrupção ativa e passiva.....

27109

Nº 1.229, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997 (nº 3.602/97, naquela Casa), que dispõe sobre os acordos judiciais trabalhistas que tratem da concessão de Seguro-Desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.....

27110

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Aviso nº 1, de 2002, cujo parecer foi lido anteriormente.....

27111

Recebimento do Aviso nº 31, de 2003 (nº 328/2003, na origem), de 5 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório da execução do Programa de Emissão e

Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de maio a julho de 2003, incluindo quadros demonstrativos dos lançamentos da República no mercado global. (Anexoado ao processado da Mensagem nº 61, de 2003).	27111	SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Importância de uma atitude imediata, por parte dos Srs. Senadores, em relação à utilização dos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. Instituição, dia 11 do corrente, do Dia do Cerrado. Preocupação com a degradação da biodiversidade do cerrado brasileiro. Participação no III Encontro Verde das Américas, entre os dias 8 a 10 de setembro do corrente ano.	27124
1.2.6 – Leitura de projeto			
Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que designa o cupuaçu fruta nacional.	27111	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Repúdio contra o vultoso gasto do governo petista em propagandas.	27127
1.2.7 – Leitura de parecer			
Nº 1.230, de 2003, da Comissão de Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 35, de 2003, que propõe alteração do Código de Processo Civil (CPC) – novo papel do advogado (Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2003).	27113	SENADOR GERSON CAMATA – Comunicação de sua desfiliação do PMDB.	27130
1.2.8 – Leitura de requerimentos			
Nº 808, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.	27118	1.2.11 – Ofício	
Nº 809, de 2003, de autoria da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.	27119	S/Nº/2003, de 15 do corrente, do Senador Gerson Camata, comunicando que a partir desta data não integrará mais a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.	27131
Nº 810, de 2003, de autoria da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Gestão e Orçamento as informações que menciona.	27119	1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)	
1.2.9 – Ofício			
Nº 816/2003, de 15 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescente no Brasil. Designação da Deputada Almerinda de Carvalho, como Suplente, para integrar a CPMI.	27119	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Homenagem ao Tribunal de Contas da União, com base em matéria jornalística do Correio Brasiliense. Apelo ao Governo pela liberação de recursos para a conclusão das obras das Eclusas do Lageado, da usina Luiz Eduardo Magalhães, em Tocantins. Congratulações ao Governador de Tocantins por sua classificação entre os cinco governadores mais aprovados pela população de seus respectivos Estados.	27131
1.2.10 – Discursos do Expediente			
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, como Líder – Necessidade de continuidade do programa espacial brasileiro, ressaltando a importância da estação de lançamentos de foguetes de pequeno e médio porte da Barreira do Inferno, localizada no Rio Grande do Norte.	27119	SENADOR PAULO PAIM – Participação de S. Exª, como representante do Senado, na Conferência do Fórum Estadual do Trabalho, realizada no Rio Grande do Sul. Comemoração do centenário do Clube Grêmio Portoalegrense.	27134
SENADOR MARCELO CRIVELLA – Injustiça contra o Estado do Rio de Janeiro no repasse de verbas da União. Defesa da inclusão do noroeste do Estado do Rio de Janeiro no Fundo de Compensação Regional, na reforma tributária.	27121	SENADOR HÉLIO COSTA – Congratulações com o Presidente argentino pela firmeza nas negociações com o FMI. Posicionamento do Brasil nas negociações na reunião da Organização Mundial do Comércio, em Cancún, México. Dificuldades de captação de recursos do BNDES.	27135
SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários sobre a arrecadação do ICMS do Estado do Amapá no período 2002-2003, em esclarecimento ao pronunciamento do Senador João Capiberibe.	27123	SENADOR JONAS PINHEIRO, como Líder – Relato sobre a participação de S. Exa. na reunião da Organização Mundial do Comércio, em Cancún, México, como representante do Congresso Nacional Brasileiro.	27138
		SENADOR RENAN CALHEIROS – Saudações ao Movimento Viva Rio pela organização de passeata pelo desarmamento. Repúdio ao protecionismo internacional e suas consequências para os países em desenvolvimento.	27139

Setembro de 2003

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 16 27105

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Críticas ao Governo pela desfiguração promovida na fachada do Congresso Nacional, com fixação de propaganda de programas governamentais.....	27141	SENADOR EDUARDO SUPlicy – Comentários sobre declarações de integrantes do Governo de Israel a respeito de Yasser Arafat.....	27153
SENADOR PAPALÉO PAES – Homenagem pelos 57 anos de fundação da Rádio Difusora de Macapá.....	27142	1.2.15 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Protesto contra a postura dos países desenvolvidos de manter a política de subsídios agrícolas à sua produção interna em detrimento das exportações de produtos agrícolas, na reunião da Organização Mundial do Comércio, em Cancún, México.....	27144	SENADOR VALMIR AMARAL – Considerações sobre proposições em tramitação no Senado Federal que trata das questões relativas aos idosos	27155
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Anúncio da apresentação de emenda à reforma da Previdência que exclui de cobranças suplementares de INSS os servidores públicos dos ex-territórios federais e do ex-Distrito Federal.	27144	1.2.16 – Comunicação da Presidência	
SENADOR MÃO SANTA – Participação de S. Ex ^a em debate realizado na Universidade Federal do Piauí para discutir a reforma da Previdência. Participação do PMDB no Governo Federal. Cobrança de verbas para hospitais do Piauí. .	27146	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	27156
SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre a reunião da Organização Mundial do Comércio, realizada em Cancún, México.	27149	1.3 – ENCERRAMENTO	
1.2.13 – Comunicação da Presidência		SENADO FEDERAL	
Abertura de prazo, a partir desta data, para interposição de recurso por um décimo dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2003-CN.....	27152	2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52^a LEGISLATURA	
1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)		3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		8 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 121ª Sessão Não Deliberativa, em 15 de setembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Hélio Costa, Mão Santa e Papaléo Paes

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há sobre a mesa Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 190, DE 2003 (Nº 459/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no dia 16 de setembro corrente, a fim de participar em Cartagena, a convite do Presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, do 40º aniversário de criação da Organização Internacional do Café.

O convite formulado pelo Presidente colombiano constitui reconhecimento da importância do Brasil como maior produtor e exportador de café e corresponde ao interesse brasileiro em uma maior cooperação com a Colômbia no trato de questões relativas ao produto.

Brasília, 12 de setembro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 952 – Supar/C. Civil.

Brasília, 12 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Romeu Tuma
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem à Colômbia.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da Repúbl-

ca comunica que se ausentará do País no dia 16 de setembro corrente, a fim de realizar visita a Cartagena, Colômbia, para participar das comemorações do 40º aniversário de criação da Organização Internacional do Café.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 325/2003, de 25 de agosto último, do Ministro da Previdência e Assistência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 499, de 2003, do Senador César Borges.

Nº 326/2003, de 3 do corrente, do Ministro da Previdência e Assistência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 281, de 2003, do Senador Papaléo Paes.

Nº 959/2003, de 10 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 459, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

As informações relativas aos Requerimentos nºs 281 e 499, de 2003, foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O Requerimento nº 459, de 2003 ficará na Secretaria-Geral da Mesa à disposição do Requerente.

Os Requerimentos nºs 281 e 499, vão ao Arquivo.

OFÍCIOS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 700/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1995 (nº 3.011/97, naquela Casa), que estabelece medidas de proteção aos interesses

brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.

Nº 706/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2000 (nº 5.328/2001, naquela Casa), que inclui na Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Nº 707/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2000 (nº 6.300/2002, naquela Casa), que regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol e dá outras providências.

PARECERES

PARECER Nº 1.227, DE 2003

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 1, de 2002, do Tribunal de Contas da União (nº 242/2002, na origem), que encaminha cópia da Decisão nº 20/2002 – TCU (2ª Câmara) e do Acórdão nº 33/2002-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, referentes a auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, visando verificar a real situação das políticas de tarifação de água e de cobrança de créditos decorrentes da venda de lotes nos perímetros de irrigação sob a responsabilidade daquela empresa (TC-013.536/2000-8).

Relator: Senador Chico Sartori

I – Relatório

I.1. Histórico

Vêm a esta Comissão de Fiscalização e Controle os Avisos do Tribunal de Contas da União

constantes do Anexo 1, mediante os quais foram encaminhadas ao Senado Federal cópias de diversas decisões e acórdãos adotados por aquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas em obras, Órgãos ou programas do Governo Federal.

Os Avisos em análise foram recebidos neste Senado Federal, devidamente protocolados e, em seguida, encaminhados a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, para exame e decisão.

I.2. Análise das Matérias

As decisões/acórdãos em exame foram enviados ao Senado Federal apenas para conhecimento, obedecendo à sistemática atualmente adotada pelo Tribunal de Contas da União, no sentido de demonstrar ao Congresso Nacional o resultado de todos os procedimentos de fiscalização realizados por aquela instituição.

A análise dos Avisos constantes do Anexo 1, permitiu concluir-se que as matérias neles tratadas referem-se, notadamente, ao mero descumprimento de normas já estabelecidas. Em outros casos, cópias das decisões/acórdãos foram, também, enviadas a outras Comissões Permanentes do Senado Federal ou do Congresso Nacional, as quais solicitaram a instauração dos procedimentos fiscalizatórios ao Tribunal ou têm competência regimental sobre os assuntos tratados.

As ações e providências demandadas situam-se no âmbito das atribuições do Tribunal. Nenhuma providência adicional, especialmente de natureza legiferante, é requerida do Congresso Nacional.

Dessa forma, nos termos do Ato nº 1, de 2001, desta Comissão de Fiscalização e Controle, os Avisos relacionados no Anexo 1 devem ser enviados ao arquivo.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001-CFC, votamos por que esta Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento das matérias e delibere por enviar ao arquivo os processos constantes do Anexo 1.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
PARECER N°
DE 2002-CFC

ANEXO 1 - RELAÇÃO DE PROCESSOS A SEREM REMETIDOS AO ARQUIVO

ITEM	AVISO N°	DECISÃO/ACÓRDÃO	ÓRGÃO	ASSUNTO
1	1. 200, de 2001	844/2001-TCU-PLENÁRIO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Estudos sobre a Decisão nº 481/97-TCU-PLENÁRIO, enfocando seus efeitos e fundamentos jurídicos e levando em consideração, também, o teor da Decisão 753/99-TCU que trata da dispensa de quitação e vantagens decorrentes do "pacote" das autorizações públicas.
2	1. 22, de 2002	077/2002-TCU-2ª CÂMARA	ENTIDADES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	Fiscalização da aplicação de recursos transferidos por órgãos da Presidência da República e do Ministério do esporte e Turismo por meio de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, destinados às funções de Habitação, Urbanismo, Saneamento, Desporto e Lazer.
3	1. 23, de 2002	037/2002-2ª CÂMARA	TRT / 14ª REGIÃO	Fiscalização na área administrativa do Tribunal, enfocando pagamentos indevidos de gratificações judicatória e extraordinária a ocupantes de cargos DAS 4, 5 e 6, não optantes pela remuneração do cargo efetivo.
4	01, de 2002	020/2002-TCU-2ª CÂMARA	CODEVASF	Fiscalização para verificar a real situação das políticas de tarifação da água e de cobrança de créditos de correntes da venda de lotes nos perfumes de irrigação sob a responsabilidade da autarquia empresa.
5	1. 21, de 2001	103/2001-TCU-PLENÁRIO	SEC. DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA	Verificação da regularidade das aquisições de alimentos para a merenda escolar. (1)
6	1. 83, de 2001	271/2001-TCU-PLENÁRIO	E.C.T	Auditória operacional na área de franquias de agências e serviços.
7	1. 97, de 2000	247/2000-TCU-1ª CÂMARA	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	TCE para apurar ocorrências relacionadas a aplicação de recursos federais (Pin e Proterra).
8	1. 82, de 2001	100/2001-TCU-PLENÁRIO	DNER	Fiscalização da execução de subprojeto destinado ao pagamento de indenizações relativas à desapropriação de imóveis. (2)

(1) Auditoria solicitada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, à qual foram remetidos, também, cópias da presente Decisão.

(2) Auditoria realizada por solicitação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à qual foram remetidos, também, cópias da presente matéria.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2003. – **Amir Lando**, Presidente – **Chico Sartory**, Relator – **Antônio Carlos Junior** – **Valmir Amaral** – **Jefferson Peres** – **Heloísa Helena** – **Wellington Roberto** – **Ney Suassuna** – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Althoff** – **Fernando Ribeiro**.

**DOCUMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA – GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO
INTERNO.**

OF.77/2003/CAE

Brasília, 9 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Assunto: Aviso Nº 1, de 2003

Senhor Presidente,

Venho através do presente, informar a Vossa Excelência que a Comissão de Assuntos Econômicos tomou conhecimento, no dia 4 de abril de 2002, da Decisão Nº 20/2002, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao processo Aviso Nº 1, de 2002 (Aviso Nº 242-SGS-TCU, de 7 de fevereiro de 2002), conforme BAL Nº 4 do processado.

Atenciosamente, Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

PARECER Nº 1.228, DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2002.(nº 7.017/2002, naquela Casa), que acrescenta artigo ao Código Penal e modifica a pena cominada aos crimes de corrupção ativa e passiva.

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Trata-se de Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2002, propondo que o conteúdo do art. 327-A, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, como consta ao texto originalmente aprovado no Senado Federal, seja transformado em § 4º do art. 33 do mesmo diploma.

A ilustre relatora, Deputada Juíza Denise Frossard, justifica que o disposto no art. 327 –A, proposto no projeto, deve ser remanejado para um novo parágrafo, a ser acrescentado no art. 33 da Parte Geral do Código Penal, por se referir ao regime de cumprimento de pena.

A matéria consta da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, conforme Mensagem nº 288, de 2003.

II – Análise

François Geny, célebre jurista francês, mencionado por Fran Figueiredo, citou, na comemoração do centenário do Código Civil da França, o seguinte: “A boa lei, o bom código, deve antes de tudo, conter as qualidades exigidas de toda obra literária que se dirige à intenção e à vontade, antes que à imaginação ao sentimento: unidade, ordem, precisão, clareza”.

A técnica jurídica refere-se ao modo operacional das leis, apresentando um duplo aspecto: ora como técnica de elaboração, ora como técnica de interpretação ou de aplicação. Seu objetivo, segundo Levi Carneiro, é o de “conciliar a expressão política do pensamento dominante no país com a expressão técnica perfeita desse pensamento.”

A técnica jurídica é o recurso mais apropriado à feitura das leis, que permitirá a melhor exteriorização, verbalização e correta compreensão dos significados normativos.

O remanejamento do disposto no art. 327-A proposto no citado projeto para um novo parágrafo, a ser acrescentado no art. 33 da Parte Geral do Código Penal, por se referir ao regime de cumprimento de pena, permitirá melhor compreensão do sentido das palavras, seguindo a ordem das matérias estabelecidas no artigo.

Hassemer, em sua obra Segurança Pública no Estado de Direito, entende que a corrupção é a principal característica da criminalidade organizada, e que representa um potencial de ameaça qualitativamente novo ao poder público, exigindo-se deste o emprego de inúmeros meios para o seu combate.

Assim, a parte final do parágrafo proposto vem aperfeiçoar as disposições penais referentes aos ilícitos contra a administração pública, impedindo que a impunidade e o enriquecimento ilícito sejam um grande estímulo à corrupção.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2002, que, se transformado em

lei, contribuirá para uma melhor interpretação do disposto sobre regime de cumprimento de pena no Código Penal.

Sala da Comissão, 3 de setembro de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Juvêncio da Fonseca**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Antônio Carlos Valadares** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy** – **Sibá Machado** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Papaléo Paes** – **Pedro Simon** – **Luiz Otávio** – **Antônio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **José Jorge** – **Efraim Morais** – **Álvaro Dias** – **Tasso Jereissati** – **Antero Paes de Barros** – **Eduardo Azeredo** (sem voto) – **Jefferson Péres**.

PARECER Nº 1.229, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997, que dispõe sobre os acordos judiciais trabalhistas que tratem da concessão de Seguro-Desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Por força no disposto no inciso I do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, retorna a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997, de autoria do ilustre Senador José Ignácio Ferreira, para análise das emendas nºs 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados.

O projeto visa estabelecer normas para a concessão do Seguro-Desemprego e movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na ocorrência de acordos judiciais trabalhistas. Após ter sido aprovado por esta Comissão em setembro de 1997, recebeu três emendas da Câmara dos Deputados, objeto de análise do presente parecer.

A emenda nº 1 modifica a ementa do projeto de forma a eliminar a expressão “e dá outras providências”, e alterar a grafia do “Fundo de Garantia por Tempo de Serviço” para “Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”.

A emenda nº 2 suprime o § 4º acrescido ao art. 846, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, constante do art. 1º do projeto, o qual determina que “a movimentação da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em decorrência de acordo, será autorizada somente mediante alvará judicial, expedido

se o empregador, na conciliação, concordar com o pagamento da multa de 40% (quarenta por cento) do valor dos depósitos, em benefício do empregado”.

Finalmente, a emenda nº 3 decorre da alteração proposta na emenda nº 2, suprimindo da ementa do projeto a referência ao FGTS.

II – Análise

A emenda nº 1 é pertinente, na medida em que a ementa trata de forma exaustiva os temas que são objeto da proposição, não havendo necessidade de se manter a expressão “e dá outras providências”. A correção da grafia por extenso do FGTS de fato corrige um equívoco na redação da ementa do projeto.

Já a eliminação do § 4º do art. 846, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, proposto pela emenda nº 2, não nos parece adequada, tendo em vista que contraria o objetivo do projeto que é o de desestimular a utilização precipitada da poupança do trabalhador, representada pelo FGTS. Da forma como são feitos atualmente os acordos judiciais trabalhistas, há um incentivo ao saque do FGTS, o que contraria o espírito desse fundo que é o de prover uma reserva para aposentadoria, casamento, aquisição da casa própria, etc.

Como a emenda nº 3 decorre da alteração proposta na emenda nº 2, somos também contrários à sua aprovação.

De forma a adequar a proposição em tela ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, propomos emenda de redação suprimindo o art. 3º do projeto, por tratar-se de cláusula revogatória genérica, vedada pelas referidas leis.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da emenda nº 1 e pela rejeição das emendas nºs 2 e 3, da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997 e pela adequação do texto da matéria aos dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, conforme se segue: Suprime-se o art. 3º do PLS nº 11, de 1997.

Sala da Comissão, 28 de agosto de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator **Ad Hoc** – **Fátima Cleide** – **Flávio Arns** – **Sibá Machado** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Juvêncio da Fonseca** – **Ney Suassuna** – **Papaléo Paes** – **Jonas Pinheiro** – **Leomar Quintanilha** – **Teotônio Vilela Filho** – **Reginaldo Duarte** – **Antônio Carlos Valadares** – **Garibaldi Alves Filho** – **Hélio Costa**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

**Aprova a Consolidação das Leis do
Trabalho.**

Art. 846. Aberta a audiência, o juiz ou presidente proporá a conciliação. (Redação dada pela Lei nº 9.022, de 5-4-1995)

§ 1º Se houver acordo lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.022, de 5-4-1995)

§ 2º Entre as condições a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer integralmente o pedido ou pagar uma indenização convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo. (Parágrafo incluído nela Lei nº 9.022, de 5-4-1995)

Art. 847. Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes. (Redação dada pela Lei nº 9.022, de 5-4-1995)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com relação ao **Parecer nº 1.227, de 2003**, lido anteriormente, referente ao **Aviso nº 1, de 2002**,

a Presidência, em observância à conclusão do referido parecer, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 31, de 2003** (nº 328/2003, na origem), de 5 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, o relatório da execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de maio a julho de 2003, incluindo quadros demonstrativos dos lançamentos da República no mercado global.

O expediente anexado ao processado da Mensagem nº 61, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 386, DE 2003**

Designa o cupuaçu fruta nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O cupuaçu, fruto do cupuaçzeiro (**Theobroma grandiflorum**), fica designado fruta nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil é detentor de uma riqueza biológica extraordinária. Inobstante essa condição, muito pouco se conhece da biodiversidade nacional – seja pela escassez de pesquisas e estudos, seja pela falta de divulgação, especialmente no âmbito doméstico, do pouco que tem sido estudado. Desconhecido é também o imenso potencial que essa diversidade biológica representa para o desenvolvimento econômico e social da Nação.

Ilustrativo desse fato é o recente valor atribuído ao cupuaçzeiro – **Theobroma grandiflorum** –, originário de terras brasileiras. Pertencente ao mesmo gênero botânico do cacau (**Theobroma cacao**), o cupuaçu, fonte de alimento dos povos indígenas e da fauna da região, é a primeira fruta nativa da Amazônia adaptada para o cultivo em escala comercial.

O doce e exótico sabor do cupuaçu, já há muito apreciado pela população amazônica, sobretudo a paraense, só agora conquista admiradores e ganha prestígio na gastronomia nacional e internacional. A farta e cremosa polpa é usada no preparo de doces, refrescos e sorvetes, e a semente, de alto teor de gordura, empregada na fabricação de chocolates – o que torna a espécie alvo de crescente interesse, especialmente pelo mercado internacional.

Sob essa perspectiva, ao declarar o cupuaçu fruta nacional – a exemplo do que ocorre em muitas outras nações, que elegem uma espécie representativa da flora nativa que evoque o País – pretende-se destacar um componente da biodiversidade nacional ainda desconhecido por grande parte da população brasileira, atentar para os benefícios gerados pela exploração sustentável dos recursos biológicos do País e cristalizar a idéia de que só se consegue proteger o que se conhece.

Enfim, ao propor status de fruta nacional ao cupuaçu – espécie representativa da flora amazônica –, desejamos chamar a atenção de todos os brasileiros para o potencial biológico e econômico guardado pelas florestas da região, a fim de que seja assegurada ao País a plena utilização de sua biodiversidade.

Recente reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** (edição de 15 de setembro de 2003), chama a atenção para a necessidade de o País proteger as riquezas da Amazônia. A reportagem tem este título: *Brasil quer mudar leis para evitar biopirataria!*.

A proposta ora formalizada vem ao encontro dessa tese e procura somar-se às preocupações de todos os brasileiros diante de notícias que informam sobre registros de patentes no exterior, com nomes de frutas da Amazônia.

A reportagem a que faço referência informa que a representação brasileira na reunião da Organização Mundial do Comércio-OMC em Cancún defendeu a modificação do acordo Trips, sobre patentes, com o objetivo de criar um regime especial para o patenteamento de produtos oriundos da biodiversidade ou do conhecimento de comunidades tradicionais, como índios e ribeirinhos.

O Trips, ou Acordo sobre Aspectos de Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, de 1994, é o que determina as regras sobre patentes no comércio internacional.

Ainda sobre o assunto, tal como se desenrolou na Reunião de Cancún, diz a reportagem de **O Estado de S. Paulo**:

Brasil quer mudar leis para evitar biopirataria

Brasileiros defendem modificação do acordo sobre patentes Trips em reunião da OMC

Herton Escobar

Biopirataria também é uma questão de diplomacia. A representação brasileira na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún defende a modificação do acordo Trips, sobre patentes, com o objetivo de criar um regime especial para o patenteamento de produtos oriundos da biodiversidade ou do conhecimento de comunidades tradicionais, como índios e ribeirinhos. É o mais novo **round** de uma batalha de vários anos entre países megadiversos, como o Brasil, e países mais industrializados, como os Estados Unidos, pela adequação do Trips à Convenção de Diversidade Biológica (CDB), assinada na Rio-92.

O Trips, ou Acordo sobre Aspectos de Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, de 1994, é o que determina as regras sobre patentes no comércio internacional. No que diz respeito à biodiversidade e ao conhecimento tradicional, entretanto, o documento é omisso. Não existe uma definição legal de biopirataria, o que deixa livre o caminho para a apropriação e o patenteamento dos recursos genéticos de outros países.

"Qualquer pessoa pode vir aqui, pegar o que quiser e patenteiar, porque não há um instrumento internacional que regulamente esse acesso", afirma uma diplomata brasileira. Em outras palavras, ninguém pode ser acusado de biopirataria na OMC porque, oficialmente, esse crime não existe. Há exemplos claros de que isto de fato está ocorrendo. Andiroba, cupuaçu, copaíba são algumas das frutas e plantas brasileiras já patenteadas por estrangeiros. O novo alvo é o camu-camu, uma frutinha amazônica de gosto azedo que concentra até 20 vezes mais vitamina C do que a acerola.

Emenda – A proposta do Brasil, e de outros países megadiversos, como a Índia, China e Peru, seria uma emenda ao artigo 27.3 (b) do Trips, que trata do patenteamento de plantas e animais. "Não queremos mudar as regras do acordo, mas criar um siste-

ma específico de proteção”, diz a diplomata. “Quando se trata de recursos genéticos e conhecimento tradicional, os critérios não podem ser os mesmos de qualquer patente.” A proposta é composta de três exigências para o patenteamento de produtos com base biológica: que a origem do material genético seja identificada; que a obtenção do conhecimento tradicional associado tenha sido feita com conhecimento prévio e informado das comunidades; e que seja garantida a repartição dos benefícios eventualmente obtidos com a comercialização do produto.

“Hoje o sistema beneficia apenas o titular da patente, enquanto o titular original do conhecimento não fica com nada”, afirma a diplomata. Mas a briga não vai ser fácil. Não há nem mesmo garantia de que o tema seja posto em pauta em Cancún. A proposta enfrenta firme oposição dos Estados Unidos, Japão e países europeus, que são os principais beneficiados no sistema atual. “Sinceramente, acho que não temos a mínima chance”, afirma Nurit Bensusan, especialista em biodiversidade do Instituto Socioambiental (ISA). “É bom ter a CDB como uma carta de princípios, mas, na prática, ela não tem força nenhuma. Depois do Trips, não sobrou espaço para mais nada.”

A melhor opção, diz, é que o Brasil crie uma legislação específica contra a biopirataria e melhore a fiscalização nas fronteiras, para evitar a saída de material biológico.”

Este é, pois, um dos objetivos do presente Projeto de Lei, que, ao conferir ao Cupuaçu o cognome de *Fruta Nacional*, tal como ocorre com o Ipê, a que, por lei, se denominou **Árvore Nacional**, pretende-se chamar a atenção para a necessidade de outras ações no sentido da proteção das imensas riquezas da Amazônia.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres colegas Senadores para a aprovação de nossa proposta.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2003. –
Senador **Arthur Virgílio**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte

PARECER Nº 1.230, DE 2003

Da Comissão de Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 35, de 2003, que propõe alteração do CPC – novo papel do advogado.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão nº 35, de 2003, encaminhada pela Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), sendo subscrita pelo seu Presidente e um colaborador.

A proposta tem por finalidade precípua a atribuição aos advogados das partes do papel de conciliadores prévios à fase judicial, nos casos em que o ordenamento jurídico admite a transação. A idéia dos seus autores é que o advogado do autor da ação a ser interposta se valha da sua própria estrutura para, extrajudicialmente, convidar, em um primeiro momento, a outra parte para comparecer a uma espécie de audiência prévia de conciliação, ou, caso seja necessário, fazê-la comparecer coercitivamente, facultando ao advogado valer-se do auxílio da força policial.

Nessa audiência prévia, havendo acordo, este valeria como título executivo, podendo, inclusive, ser levado à homologação do juiz. Caso contrário, lavrar-se-ia o termo negativo, com o nome das partes, e fixar-se-iam os pontos controvertidos, “sendo estes a razão da não conciliação e os delimitadores da futura discussão em juízo”. Na falta deste documento (termo negativo), a parte não teria o direito de ação, por falta de interesse processual.

Os autores da sugestão partem do pressuposto de que, sendo o advogado “indispensável à administração da justiça”, conforme dispõe o art. 133 da Constituição Federal, tornar-se-ia um longa manus da Justiça, reduzindo-se, assim, o número de audiências que o magistrado vê-se na obrigação de realizar diariamente. Outrossim, entendem os autores da sugestão em análise que os advogados suprimirão a “cultura da procrastinação”, “abriro espaço para que o denominado escritório de advocacia passe a ser chamado e reconhecido por toda sociedade como escritório de mediação e advocacia”.

Como medidas complementares, a sugestão ainda prevê outras providências com vistas a imprimir

maior celeridade aos feitos judiciais, que podem ser assim resumidas:

- considerar litigante de má-fé aquele que “juntar ou fazer juntar documento já inserido nos autos”;
- aumento da multa decorrente da condenação por litigância de má-fé para o limite de até 50% do valor da causa;
- possibilidade de o juiz, independente de impugnação da parte ex adversa, condenar a parte que deu azo a atos manifestamente protelatórios, impertinentes ou supérfluos, ao pagamento do ato até o décuplo de seu valor, sendo que, atualmente, a parte pode ser obrigada a pagar apenas pelas despesas do ato que, naquelas condições, tiver promovido ou praticado, quando impugnados pela outra parte;
- ressalvados os casos expressos em lei, possibilidade de as intimações poderem ser feitas pelo Diário da Justiça, ao invés do correio, com a consequente revogação do dispositivo legal que determina a intimação por oficial de justiça quando frustrada a realização pelo correio;
- autorização da extinção do processo, sem julgamento do mérito, quando ele ficar parado por seis meses, recrudescendo a atual regra segundo a qual a extinção pode ocorrer quando parado por mais de um ano e por negligência das partes;
- vedação da utilização do procedimento sumário nas causas, de qualquer valor, em que haja necessidade de prova pericial;
- dispensa da necessidade de intimação para o comparecimento de testemunhas no procedimento sumário;
- extinção da possibilidade de conversão do procedimento sumário em ordinário, exceto quando houver necessidade de produção de prova oral;
- intimação, por intermédio do advogado, para o depoimento pessoal da parte;
- estipulação de que, havendo omissão da qualificação das testemunhas, cujo rol passaria a ser apresentado juntamente com a petição inicial ou a contestação, tornar-se-ia precluso o direito de fazê-lo posteriormente;
- redução do número máximo de testemunhas no rito ordinário, de dez para seis,

com a possibilidade de o juiz dispensar as que excedam o número de dois, ao invés das três hoje previstas no CPC;

- a intimação das testemunhas deixaria de ser pessoal e passaria a ser feita na pessoa dos seus advogados, resultando o seu não comparecimento na presunção da desistência de ouvi-las, diferentemente das disposições legais pertinentes em vigor, que prevêem a sua condução coercitiva nesses casos;
- o ajustamento do preço dos honorários do perito pelas próprias partes, deixando, assim, de serem fixados pelo juiz;
- possibilidade de inversão, pela conveniência do juiz, da ordem das provas a serem produzidas na audiência de instrução;
- simplificação dos requisitos da sentença;
- determinação de que o valor do preparo, nas apelações relativas a ações que envolvam direitos que admitam transação, não pode ser inferior a cinqüenta por cento do valor da causa, acrescida dos honorários advocatícios líquidos arbitrados em sentença;
- determinação de que sejam recebidas somente no efeito devolutivo as apelações interpostas de sentenças cujos pontos controvertidos tenham sido fixados na audiência extrajudicial promovida pelos advogados;
- elevação do limite da multa a ser aplicado ao autor de embargos de declaração manifestamente protelatórios, dos atuais um por cento sobre o valor da causa para cinqüenta por cento, e, na reiteração, em até cem por cento, contra os atuais dez por cento;
- determinação de que sejam levadas a protesto as sentenças líquidas, transitadas em julgado, não cumpridas;
- estipulação da necessidade de audiência extrajudicial prévia, pelos advogados, como requisito para o ajuizamento da execução;
- possibilidade de execução automática de bens dos sócios, quando a pessoa jurídica não possuir bens para garantir a execução;

- estabelecimento da necessidade de o embargante ter participado da audiência extrajudicial prévia, pelos advogados, como requisito para a oposição de embargos à execução, sob pena de rejeição liminar; e, finalmente

- estipulação da necessidade de realização da audiência extrajudicial prévia, pelos advogados, como requisito para o ajuizamento da ação principal, em face de ação cautelar.

II – Análise

A idéia de conferir aos advogados a incumbência de promover audiências extrajudiciais prévias de tentativa de conciliação, com a fixação de pontos controvertidos da causa, como forma de abrandar a elevada carga de trabalho dos magistrados, é, data maxima venia, um devaneio processual, pois é certo que os advogados, na ausência de um conciliador imparcial e neutro, dificilmente convergiriam para uma posição conciliatória. Nesse particular, é possível imaginar as dificuldades advindas do exercício de tais atribuições pelos próprios patronos das partes, uma vez que é natural que eles assumam uma postura flagrante e contundentemente parcial na defesa arraigada dos interesses dos seus constituintes.

Por outro lado, é ainda possível vislumbrar problemas de ordem prática que digam respeito, por exemplo, até mesmo ao local de realização dessas audiências: se no escritório do advogado daquele que pretende ajuizar a ação ou do seu potencial ex adverso.

Outrossim, é de se questionar como ficaria o direito de efetiva defesa daquele que, desprovido de recurso, viesse a ter os seus interesses postos em confronto com os de poderosos que estivessem assistidos por bancadas de astutos e competentes advogados, sem a presença do imparcial representante do Estado para mediar os interesses e equilibrar as forças conflitantes no relevante momento da fixação dos pontos controvertidos.

Somos, portanto, de parecer contrário a esse aspecto da proposta e de todos os seus desdobramentos, por entendermos que contrariam o interesse público.

Também não vemos como prosperar a Sugestão no que se refere aos seguintes aspectos, já mencionados anteriormente no Relatório:

- vedação da utilização do procedimento sumário nas causas, de qualquer va-

lor, em que haja necessidade de prova pericial, pois nem sempre é possível saber, no momento do ajuizamento da ação, da necessidade daquele meio de prova;

- também não achamos pertinente que seja dispensada, a priori, a necessidade de intimação de testemunha, qualquer que seja o procedimento: sumário, ordinário ou especial;

- a extinção da possibilidade de conversão do procedimento sumário em ordinário é outro dos aspectos que não deve prosperar, pois este é um importante expediente processual à disposição do juiz e das partes quando o procedimento sumário revela-se inconveniente para a elucidação da questão posta em juízo;

- consideramos extremamente severa a consequência de preclusão imediata do direito de arrolar testemunha em face da omissão em quaisquer dos requisitos de sua qualificação;

- a proposta de redução excessiva do número de testemunhas pode acabar por cercear o direito de defesa das partes, em prejuízo da efetiva prestação jurisdicional de qualidade;

- com relação ao ajustamento do preço dos honorários do perito pelas próprias partes, pode surtir efeito contrário à celeridade acalentada, pois eventuais impasses, sem solução, não podem ser desconsiderados pelo legislador;

- a idéia da possibilidade de inversão da ordem das provas a serem produzidas em audiência não deve prosperar, uma vez que a sua seqüência segue critérios lógicos de realização;

- a simplificação dos requisitos essenciais da sentença não é conveniente, pois o relatório ainda serve de relevante instrumento de inteligibilidade para os processos de certa complexidade;

- a estipulação do valor do preparo da apelação em cinqüenta por cento do valor da causa é exorbitante e, na prática, apenas favoreceria os mais abastados;

- não vemos nenhuma vantagem em determinar protesto para o cumprimento de sentenças líquidas, pois a pane sucumbente já dispõe de meios idôneos e seguros para

tomar conhecimento da sentença que lhe é desfavorável, a fim de poder tomar as providências cabíveis para o seu cumprimento;

- a proposta de que os bens dos sócios possam ser executados automaticamente quando a pessoa jurídica não possuir bens para garantir a execução, atenta contra o princípio da autonomia subjetiva da pessoa coletiva, sendo que o atual Código Civil chegou a prever expressamente o que já era admitido anteriormente pela doutrina, no que se refere à desconsideração da personalidade jurídica, portanto apenas episodicamente, quando, a critério do juiz, a personalidade jurídica tiver servido para acobertar fraudes de sócios que dela se valeram como escudo;

- redução, de um ano para seis meses, do prazo para a extinção do processo, sem julgamento de mérito, independentemente da negligência das partes, pois o razoável seria a sua redução, porém mantida a condição de negligência das partes.

A despeito das restrições apontadas, os demais aspectos da Sugestão merecem ser aproveitados, por consistirem em importantes medidas com vistas a reprimir a litigância de má-fé, hoje tão praticada e pouco coibida, e, ainda, por possibilitarem maior celeridade ao processo, com mínimos prejuízos à certeza jurídica a ser aferida pela sentença.

III – Voto

Por tais razões, concluímos pelo aproveitamento parcial da Sugestão nº 35, de 2003, na forma do seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, DE 2003

Dá nova redação aos arts. 17, 18, 31, 238, 267, 343 e 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 17, 18, 31, 238, 267, 343 e 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.

VIII – juntar ou fazer juntar documento já inserto nos autos. (NR)”

“Art. 18. O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a cinqüenta por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.

.....
§ 2º O valor da indenização será desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a cinqüenta por cento sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.

.....(NR)
“Art. 31. As despesas dos atos manifestamente protelatórios, impertinentes ou supérfluos serão pagas pela parte que os tiver promovido ou praticado, até o décuplo de seu valor.

.....(NR)
“Art. 238. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais e aos advogados, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria, se presentes em cartório, ou pelo órgão de publicação dos atos oficiais.

.....(NR)
“Art. 267. Extingue-se o processo, de ofício, ou a requerimento das partes, sem julgamento do mérito:

.....
II – quando ficar parado durante por mais de seis meses, por negligência das partes;

.....(NR)
“Art. 343.
Parágrafo único. A parte será intimada, pelo órgão de publicação dos órgãos oficiais, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados, caso não compareça ou, comparecendo, se recuse a depor. (NR)”

“Art. 538.
Parágrafo único. Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a cinqüenta por cento sobre o valor da causa. Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até cem por cento, ficando condicionada a inter-

posição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 343 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC).

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2003. – **Magno Malta**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Aelton Freitas** – **Sérgio Cabral** – **Garibaldi Alves Filho** – **Edison Lobão** – **Efraim Moraes** – **Rodolpho Tourinho** – **Demóstenes Torres** – **Jonas Pinheiro** – **Reginaldo Duarte** – **João Batista Motta**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....
Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

LEI Nº 5.869. DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que: (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)

I – deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)

II – alterar a verdade dos fatos; (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)

III – usar do processo para conseguir objetivo ilegal; (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)

IV – opuser resistência injustificada ao andamento do processo; (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980).

V – proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)

VI – provocar incidentes manifestamente infundados. (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)

VII – interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.668, de 23.6.1998)

Art. 18. O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou. (Redação dada pela Lei nº 9.668, de 23.6.1998)

§ 1º Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção do seu respectivo interesse na causa, ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

§ 2º O valor da indenização será desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

.....
Art. 31. As despesas dos atos manifestamente protelatórios, impertinentes ou supérfluos serão pagas pela parte que os tiver promovido ou praticado, quando impugnados pela outra.

.....
Art. 238. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais e aos advogados pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. (Redação dada pela Lei nº 8.710, de 24.9.1993)

.....
Art. 267. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito:

I – quando o juiz indeferir a petição inicial;

II – quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligéncia das partes;

III – quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV – quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V – quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;

VI – quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual;

VII – pela convenção de arbitragem; (Redação dada pela Lei nº 9.307, de 23.9.1996)

VIII – quando o autor desistir da ação;

IX – quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal;

X – quando ocorrer confusão entre autor e réu;

XI – nos demais casos prescritos neste Código.

§ 1º O juiz ordenará, nos casos dos nºs II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não surprender a falta em 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, quanto ao nº II, as partes pagarão proporcionalmente as custas e, quanto ao nº III, o autor será condenado ao pagamento das despesas e honorários de advogado (art. 28).

§ 3º O juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, da matéria constante dos ns. IV, V e VI; todavia, o réu que a não alegar, na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, responderá pelas custas de retardamento.

§ 4º Depois de decorrido o prazo para a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

.....
Art. 343. Quando o juiz não o determinar de ofício, compete a cada parte requerer o depoimento pessoal da outra, a fim de interrogá-la na audiência de instrução e julgamento.

§ 1º A parte será intimada pessoalmente, constando do mandado que se presumirão confessados os fatos contra ela alegados, caso não compareça ou, comparecendo, se recuse a depor.

§ 2º Se a parte intimada não comparecer, ou comparecendo, se recusar a depor, o juiz lhe aplicará a pena de confissão.

.....
Art. 538. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

Parágrafo único. Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até 10% (dez por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.

(Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

.....
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Parecer nº 1.230, de 2003**, da Comissão de Legislação Participativa, lido anteriormente, sobre a Sustentabilidade nº 35, de 2003, conclui pela apresentação do **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2003**, que dá nova redação aos art. 17, 18, 31, 238, 267, 343 e 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – *Código de Processo Civil (CPC)*.

A matéria vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do § 1º do art. 102-E do Regime Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO N° 808, DE 2003

Requer informações, ao Ministro do Planejamento, Gestão e Orçamento, acerca da exigüidade de verbas orçamentárias para a gestão ambiental.

Nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista notícias divulgadas pela televisão e pelo Jornal do Brasil, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão dados a respeito dos recursos destinados à gestão ambiental na Proposta de Orçamento da União para 2004.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalização e controle, portanto de acompanhamento das ações do Governo nas diferentes áreas. No caso em tela, formulamos este requerimento para que o Senado da República possa integrar-se sobre o montante de recursos previstos na Proposta de Orçamento da União para 2004, para a área do meio ambiente. O total ali indicado é pouco superior a R\$1,5 bilhão, quantia considerada insuficiente por diversos organismos ligados à defesa do meio ambiente.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO, Nº 809, DE 2003
(Da Comissão de Educação)

Requer, nos termos dos artigos 215 inciso I, alínea **a** e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, informações do Ministério da Fazenda sobre todas as renúncias fiscais existentes no país, sobretudo as Federais.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2003. – Senador **Osmar Dias, Hélio Costa – Flávio Arns – Ideli Salvatti – Aelton Freitas – Hélio Costa – Valdir Raupp Sérgio Cabral – Renildo Santana – Leonel Pavan – Reginaldo Duarte – Antero Paes de Barros – Mozarildo Cavalcanti – Eurípedes Camargo – Papaléo Paes – Garibaldi Alves Filho – Eduardo Azeredo.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 810, DE 2003
(Da Comissão de Educação)

Requer, nos termos dos artigos 215 inciso I, alínea **a** e 216 Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, informações do Ministério do Planejamento sobre todas as renúncias fiscais existentes no país, sobretudo as Federais.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 2003. – Senador **Osmar Dias – Flávio Arns – Ideli Savatti – Aelton Freitas – Hélio Costa – Valdir Raupp – Sérgio Cabral – Renildo Santana – Reginaldo Duarte – Leonel Pavan – Mozarildo Cavalcanti – Eurípedes Camargo – Garibaldi Alves Filho – Luiz Otávio – Eduardo Azeredo.**

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) Os requeirimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF/GAB/I/Nº 816

Brasília, 15 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Almerinda de Carvalho passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar as situações de vio-

lência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa a Deputada Almerinda de Carvalho para compor, como suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, *destinada a investigar a situação de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil*, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra como Líder da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo de imediato a palavra a V. Exª, pelo prazo de cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art 14, II, alínea “a” do Regimento Interno.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, enquanto aguardamos a chegada do Senador Garibaldi Alves à tribuna.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Será feita a inscrição de V. Exª, Senador Papaléo Paes. V. Exª poderá fazer uso da palavra por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art 14, VII, do Regimento Interno.

A Mesa adotará o critério de intercalar os oradores inscritos com os que se pronunciarão para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Passo, então, a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, que falará como Líder do PMDB.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a tragédia ocorrida em Alcântara no último dia 22 de agosto impôs a todos nós, brasileiros, um sentimento em que se juntam a tristeza e a frustração.

Tristeza, acima de tudo, pela morte de 21 compatriotas. Frustração, por constatar que, naquele momento, se viu prejudicado o trabalho desses e de milhares de outros técnicos do Programa Aeroespacial Brasileiro e também por constatar que, de alguma forma, se viu adiado o nosso sonho de dominar um campo da ciência e da tecnologia essencial ao desenvolvimento e à soberania do Brasil.

De qualquer forma, Sr. Presidente, não podemos deixar que esse sentimento venha a tolher-nos as ações. Ao contrário, penso que é dever da sociedade brasileira, e especialmente do Governo Federal, propiciar as condições necessárias à imediata retomada do nosso programa aeroespacial. Nesse sentido, é claro que se faz imprescindível a colocação do sítio de Alcântara novamente em condições operacionais.

Mas o que quero hoje, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é destacar a importância estratégica do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno e a urgência de, também lá, serem feitos investimentos necessários.

A Barreira do Inferno está localizada em Natal, Rio Grande do Norte. Antes de mais nada, cabe lembrar que nela está a origem das atividades aeroespaciais do nosso País. É fato que, já em 1956, fora instalada na Ilha de Fernando de Noronha, em virtude de acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, uma estação de rastreio de engenhos lançados de Cabo Canaveral.

Não obstante, logo as autoridades da Aeronáutica deram-se conta de que era preciso investir em nossa própria tecnologia. Criou-se, então, um grupo de trabalho que tinha, entre suas principais atribuições, de escolher um local para a construção de um campo de lançamento de foguetes.

Na escolha desse local, o grupo de trabalho levou em consideração fatores como a proximidade com o equador magnético, as facilidades de transporte já existentes no entorno – especialmente porto e aeroporto –, o baixo índice pluviométrico, a baixa densidade demográfica e as condições de ventos predominantes favoráveis na região, e ainda a existência de uma grande área de impacto – no caso, o oceano.

Tendo sido selecionados, durante o processo, a Ilha de Fernando de Noronha, em Pernambuco, Aracati, no Estado do Ceará, e Ponta Negra, no Rio Grande do Norte, a escolha final recaiu sobre essa última, numa área que abrangia a ponta propriamente dita e as falésias conhecidas como Barreira do Inferno.

O Centro de Lançamento de Foguetes foi inaugurado em 12 de outubro de 1965, e já, em 15 de de-

zembro do mesmo ano, às 16 horas e 28 minutos, era lançado o primeiro foguete.

Depois disso, Sr. Presidente, são quase 38 anos de atuação, período em que foram realizados mais de 2.700 lançamentos de foguetes para organismos nacionais e estrangeiros. Além de uma série de outras atividades igualmente importantes, igualmente estratégicas para o Brasil, atividades que tento indicar, resumidamente, a seguir.

Em primeiro lugar, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há que se registrar o trabalho conjunto e harmônico feito pelos técnicos do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno com os técnicos do Centro de Lançamento de Alcântara.

O Centro de Alcântara, sabemos todos, foi construído para o lançamento de foguetes de grande porte, enquanto os de pequeno e médio porte são lançados, preferencialmente, do Centro da Barreira do Inferno.

Ainda assim, sempre que um foguete de grande porte é lançado, torna-se necessário monitorar sua trajetória até a entrada em órbita do estágio de maior alcance ou, eventualmente, até seu impacto sobre a Terra. Tal monitoramento, feito por estações de radar e de telemedidas, aumenta a **performance** da operação, não apenas quanto ao parâmetro de alcance absoluto, mas também quanto ao de precisão relativa.

Ora, como os veículos espaciais de grande porte lançados de Alcântara seguem trajetória para o leste durante algum tempo, à medida que se afastam do local de partida, tendem a se aproximar do Centro da Barreira do Inferno. De modo que suas estações podem participar no rastreamento remoto, o que aumenta a confiabilidade das decisões a serem tomadas.

Por sinal, no que diz respeito a essa linha de atuação, deve-se registrar, também, o acordo firmado entre o Brasil e a Agência Espacial Européia em 20 de junho de 1977. Em decorrência de tal acordo, o Centro de Barreira do Inferno já participou de 150 operações de rastreio do terceiro estágio do foguete europeu Ariane, lançado do Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa. Vale ressaltar que o programa Ariane utiliza atualmente quatro estações de rastreamento – Kourou, Barreira do Inferno, Ascensión e Libreville –, das quais somente a brasileira está localizada em país não consorciado à Agência Espacial Européia. E também vale ressaltar que, além de receber pelos serviços de rastreamento, com reflexos positivos no balanço de pagamentos, nosso Centro participou das operações que levavam satélites destinados à utilização pelo Brasil, quais sejam, aqueles do conjunto Brasilsat.

Outra atividade digna de louvor, Sr. Presidente, é a colaboração técnico-científica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que se desenvolve há nove anos. Uma colaboração mais que natural, na medida em que o Centro dispõe da infra-estrutura e da experiência necessárias ao lançamento de foguetes, enquanto a Universidade pode contribuir, com seu conhecimento científico e tecnológico, para a melhoria das operações, além de manter contato com universidades do exterior interessadas em executar projetos conjuntos.

Também importantíssimos, Sr^{as}s e Srs. Senadores, têm sido os foguetes de sondagem que formam a denominada família Sonda. São lançadores de pequeno porte, utilizados para missões suborbitais de exploração do espaço e desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas. Nessa área, começamos com o Sonda I, aplicado em estudos da alta atmosfera e destinado a transportar cargas úteis meteorológicas de 4 quilos e meio a 70km de altitude. Hoje, já chegamos ao Sonda IV, capaz de transportar cargas úteis de 300 a 500 quilos para experimentos entre 700 e 1.000km de altitude.

Enfim, Sr. Presidente, são muitas as conquistas que podemos creditar ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. Assim como são muitas, também, as perspectivas de atuação futura. Por isso, repito que cabe ao Governo Federal garantir os investimentos necessários àquele empreendimento, em particular, e ao Programa Aeroespacial Brasileiro como um todo.

Dominar esse campo do conhecimento, insisto, é fundamental para o futuro de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Marcelo Crivella, do Partido Liberal do Rio de Janeiro.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tenho ocupado esta tribuna reiteradas vezes para alertar contra a injustiça que se comete contra o meu Estado, o Rio de Janeiro. E agora, quando esta Casa discute a reforma tributária, é imperioso voltar a este assunto.

Nos anos de 2001 e 2002, o Rio de Janeiro foi o único Estado, veja bem, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o único Estado que recebeu, em transferências constitucionais, menos de 5% do que, nele, a União arrecadou em tributos federais.

Em 2001, o Estado do Rio de Janeiro mandou para Brasília 30 bilhões de reais e recebeu, de volta, menos de 1 bilhão, menos de 1/30 avos.

Em 2002, ficou pior. O Rio contribuiu com 40 bilhões, ou seja, 10 bilhões a mais do que no ano anterior, e recebeu de volta menos de 3%. Recebeu a mesma coisa do ano anterior, sendo que tinha contribuído com 10 bilhões a mais.

Vejam, V. Ex^{as}s, que o meu Estado foi “punido” por ter aumentado a arrecadação. É o único Estado da Federação que recebe menos de 5% do que arrecada. São Paulo é mais rico, mas não recebe menos do que 5%.

Nesses dois exercícios financeiros, o Estado do Rio de Janeiro foi, entre todos, o mais prejudicado no repasse de recursos, apesar de ser o segundo maior arrecadador de impostos federais do Brasil. Não há precedentes. É uma verdadeira afronta ao equilíbrio federativo.

Não se questiona aqui a legislação que estabelece os índices de participação de cada Estado no bloco tributário. Essa legislação, é bem verdade, baseia-se em princípios federativos que visam a promover o equilíbrio socioeconômico do País, mediante a amortização das desigualdades regionais. É evidente que essas regras constitucionais estão vésgas!

Por isso, não há como negar que o Estado do Rio de Janeiro tem sido duramente injustiçado e, por conseguinte, prejudicado no desenvolvimento de suas ações. É fácil constatar quando vemos uma fila quilométrica formada por arquitetos, engenheiros e médicos disputando uma vaga de gari na cidade maravilhosa.

Não é que o Rio se negue a colaborar, a ajudar, principalmente nossos irmãos nordestinos. O carioca é solidário, sempre foi. Tanto é que o Rio de Janeiro e São Paulo são as cidades que mais possuem nordestinos. Não existe nenhuma cidade no Nordeste que possua tantos nordestinos quanto o Rio e São Paulo.

Mal comparando, é como o pai que ajuda os outros em detrimento da própria família. É como a mãe que dá ao menino de rua o prato que cabe ao filho. Não é o povo que diz, em sua sabedoria: “Mateus, primeiro os teus?”. Gostaria de lembrar que no momento em que discutimos a reforma tributária, em que discutimos o Fundo Regional de Desenvolvimento, o noroeste do Estado do Rio de Janeiro possui índices de desenvolvimento humano mais baixos do que os que encontramos nas áreas mais pobres do sertão.

Não é novidade para ninguém que a falta de condições de trabalho e de subsistência no Nordeste

brasileiro estimulam o processo migratório. É necessário que o ajudemos sem depauperar grandes centros para onde, em um momento de seca prolongada, podem nossos irmãos refugiar-se. Antigamente, meu Estado se orgulhava de abrir os braços e de dar uma condição melhor a retirantes nordestinos que vinham em busca de uma vida melhor. Hoje, não podemos mais oferecer essa condição. O Rio de Janeiro, assim como as principais capitais do País, foi cercado por um cinturão de comunidades carentes onde prolifera o uso de drogas, a violência e a prostituição. São problemas cada vez mais crônicos em um corpo social cada vez mais enfermo.

Pasmem V. Ex^{as}s, como digo. Até mesmo a Cidade Maravilhosa, com esse inchaço, tem hoje índices franciscanos de pobreza. O Rio pede socorro. Nada mais razoável, portanto, que o noroeste do Estado do Rio de Janeiro possa receber alguma compensação fiscal no projeto de reforma tributária em tramitação nesta Casa. É razoável, dentro desse quadro específico que ora se desenha, a inclusão do meu Estado no Fundo de Compensações Regionais, inclusão tão criticada aqui por senadores do Norte e Nordeste.

E mais, o Fundo é proporcional à população. O noroeste fluminense tem 300 mil habitantes, pouco mais que o Vale do Jequitinhonha, talvez com 250 mil, 200 mil habitantes, portanto, o que vai caber a essas duas regiões na distribuição do Fundo é muito pouco, comparado ao que vai ser destinado a milhões de brasileiros que vivem no semi-árido.

Sabemos que a inclemência do semi-árido exige a solidariedade dos demais brasileiros. Eu sei disso, com recursos próprios tive a oportunidade de viver dois anos no sertão e trabalhar para a implantação do Projeto Nordeste, que ainda hoje exige luta; conheço as causas de subdesenvolvimento e as agruras por que passa o povo nordestino, conheço as áreas pobres do meu País.

Apenas peço para que o Estado do Rio de Janeiro, que tanto ajudou historicamente no desenvolvimento do meu País e na repartição de impostos ali arrecadados, possa também receber ajuda no momento em que estamos vivendo uma calamidade social.

Sei o que é fome, passei dez anos na África, vivi no sertão e para essas pessoas, que têm fome, meio-dia já é muito tarde. Mas sei também que essa solidariedade tributária e fiscal não pode ultrapassar os limites ditados pelas próprias condições e pelo bom senso. É chegada a hora de o Rio de Janeiro, que figura no ranking de Estado mais solidário do País, receber ajuda do Governo Federal.

Não é possível continuarmos arrecadando mais de 40 bilhões todos os anos para Brasília e recebendo menos de um de volta. Se isso é em nome do equilíbrio fiscal ou federativo, não ocorre com São Paulo, Estado muito mais rico que o Rio de Janeiro e que tem recebido investimentos na área de transporte e turismo. Nos oito anos do Governo Fernando Henrique, enquanto se duplicaram as rodovias Régis Bittencourt e Fernão Dias e se construiu o Rodoanel por quase R\$10 bilhões, no meu Estado, Rio de Janeiro, os únicos investimentos na área de transporte foram a privatização do trecho sul e norte da BR Rio–São Paulo, da BR-040, que liga o Rio a Brasília, do trecho Rio–Teresópolis e a privatização da ponte Rio–Niterói. Esses foram os únicos investimentos na área de transporte em oito anos de Governo. Enquanto isso, o aeroporto internacional, hoje, tem uma movimentação 40% menor do que há cinco anos. Nossas estradas estão deterioradas.

Já clamei desta tribuna pelo viaduto que dá acesso ao Distrito Industrial de Queimados*. Lá existem quase 40 empresas e é necessário – não importa se vindo de São Paulo ou do Rio de Janeiro – percorrer quilômetros para encontrar acesso ao nosso distrito industrial porque não há um viaduto de acesso. São pequenos investimentos, mas que fariam uma grande modificação.

O Porto de Niterói já não existe mais, por causa dos dejetos, em toneladas, que são lançados todos os dias na Baía de Guanabara. O Porto do Rio de Janeiro, que por algum tempo estimulou a economia do meu Estado, hoje só tem condições para receber navios turísticos. O Porto de Angra dos Reis requer investimentos. A ferrovia que liga o porto ao resto do País esteve por meses interditada, depois das chuvas de verão.

O Estado do Rio de Janeiro vive seus piores momentos. Semana passada, num esforço desta Casa, por sensibilidade do coração dos Senadores e por questão de justiça e de consciência, conseguimos aprovar em regime de urgência a liberação de recursos que estavam depositados no Banerj, por empréstimos com o Banco Itaú.

Fizemos isso no intuito de que na sexta-feira passada os funcionários públicos do meu Estado pudessem ter recebido o décimo terceiro e tido um final de semana melhor. Para nossa tristeza, todo o esforço desta Casa, do autor do projeto, do Relator da matéria, do Presidente do Senado Federal e das Lideranças políticas foi por água abaixo porque o Secretário do Tesouro Nacional – até agora não consegui falar com S. S^a, embora já tenha deixado vários recados e feito vários telefonemas – não liberou os recursos.

Ora, se o Senado Federal delibera, vota e aprova e esse secretário não cumpre, não sei em que regime político nós estamos. Talvez devamos estar no regime da burocracia, da monarquia burocrática, onde os funcionários do Governo decidem soberanamente se passarão à realidade ou à prática decisões de uma Suprema Casa Legislativa como esta.

Meus amigos, Sras e Srs. Senadores, precisamos mudar esse quadro, precisamos de equilíbrio, precisamos de trabalho, de economia aquecida. Precisamos de ânimo para reverter esse quadro de deflação que assombra a economia do nosso País e, para isso, precisamos cumprir as leis. Isso é ponto fundamental e é este o apelo que faço no encerramento do meu discurso: para que o Secretário do Tesouro Nacional e o Governo Federal ajudem o meu Estado numa repartição mais digna dos tributos, mais justa, mais equitativa e que as deliberações tomadas nesta Casa possam sair do papel e ter efeito prático para nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Ex^a aceita a inscrição para uma comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Ex^a inscrito, Senador Gerson Camata, dentro do critério que estamos utilizando, de intercalar com os oradores regularmente inscritos. V. Ex^a fica devidamente inscrito para falar logo após a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, seguindo o critério, ao nobre Senador Papaléo Paes, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, no **Diário do Amapá** há uma coluna que reproduz o **Informe JB**, que diz:

Na ponta do lápis. A retração da economia bateu pesado nos cofres estaduais e municipais. Estudo produzido pela assessoria técnica do PSDB para o Deputado Eduardo Paes (RJ) mostra que dos 27 Estados brasileiros apenas quatro viram crescer a arrecadação do ICMS. Os outros 23 perderam dinheiro em maior ou menor grau. A

queda mais forte foi registrada no Amapá, 19,6%. Logo depois vem o grupo formado por São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Roraima, cujas perdas ficam entre 12% e 15%. Esses índices explicam, em parte, a briga travada por governadores e prefeitos na Câmara (...).

Eu já intencionava tratar de um assunto importante sobre ICMS relacionado ao Estado do Amapá, porque no último dia 5 próximo passado ouvi pronunciamento do Sr. Senador João Capiberibe, representante do Estado do Amapá, em comunicação a esta Casa, em que S. Ex^a dizia que o Governo do Estado do Amapá havia promovido a anistia dos devedores do ICMS.

Confesso que fiquei preocupado na ocasião, e até mesmo solicitei aparte. Contudo, como ainda não detinha informações suficientes das ações do Governo do Estado do Amapá sobre a matéria, apenas fiquei na afirmativa de que não houve anistia, no que, claro, não estava enganado.

Houve uma falha de interpretação por parte do Senador João Capiberibe. Na realidade, o que está na Internet é a arrecadação de 2003 até o mês de agosto. Logo, a comparação de 12 meses do exercício de 2002 com oito meses de 2003 daria o que o Senador analisou como comparação de receitas de anos relativos a 2002/2003. Haveria uma perda de arrecadação de cerca de 32%, mas a comparação feita não reflete a realidade. Comparando os valores de janeiro a agosto de 2003 com janeiro a agosto de 2002, veremos que em 2003 houve o acréscimo de 6,13% no referido período.

Quanto à anistia, levo ao conhecimento desta Casa, por tratar-se de assunto de extrema importância, que o Governo do Estado instituiu um programa de recuperação fiscal a exemplo do Refis federal.

Não se trata de anistia de impostos – no caso o ICMS – e sim de reduzir os acessórios, como juros e multas, e parcelar o pagamento da dívida. Portanto, não se pode dizer que o Governo do Estado do Amapá praticou a anistia de impostos.

Os procedimentos do Governo do Estado estão revestidos de legalidade, pois o programa foi instituído por lei e não por decreto, como ocorreu em tempos anteriores.

O Programa de Recuperação Fiscal tem por objetivo regularizar créditos adquiridos até 31 de dezembro de 2002 e não cobrados nas administrações anteriores.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, não podemos negar que estamos vivendo recessão econômica no País. A maior prova disso é a queda das transferências federais e dos índices da indústria e do comércio. Apesar disso, a arrecadação dos tributos estaduais no Amapá está em linha ascendente desde janeiro de 2003; o que, neste momento, é favorável. Portanto, senti-me no dever de completar a manifestação anteriormente iniciada nesta Casa.

Faço referência a um assunto extremamente importante, porque S. Ex.^a colocou em dúvida a conduta do Governo do Estado do Amapá quanto à arrecadação de impostos. E vi aqui ex-Governadores ficarem, de certa forma, perplexos com essa afirmativa. Assim, vim fazer a reparação dessa interpretação equivocada feita nesta Casa por um Colega, que, logicamente, a partir desses esclarecimentos que fiz, irá modificar o seu pensamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serlys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Mato Grosso.

S. Ex.^a dispõe de até 20 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é comum todo início de semana retornarmos de nossos Estados onde passamos a tarde de sexta-feira, o sábado e o domingo. Nas andanças que fazemos pelo interior dos nossos Estados as reivindicações surgem e, como sempre, uma das maiores no meu Estado é referente às estradas. Mais uma vez, questiono dessa tribuna por que o Congresso Nacional e por que o Senado da República não tratam de empreender uma ação conjunta pela liberação dos recursos da Cide para a restauração das nossas estradas.

Não vou fazer discurso hoje em prol das estradas, porque devo tratar de outros assuntos também extremamente relevantes, mas registro aqui, mais uma vez, a importância de tomarmos uma atitude imediata com relação aos recursos da Cide. Tenho informações de que o Governo está perdendo esses recursos na Justiça – já perdeu 25% da arrecadação, cerca de dez bilhões –, pelo fato de esses recursos não estarem sendo usados para os fins aos quais foram destinados quando foi criada essa contribuição.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vou falar rapidamente do meio ambiente, até por presidir a Frente Parlamentar Mista do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 local.

Vamos começar falando da instituição do Dia do Cerrado.

No dia 11 deste mês, pela primeira vez em nosso País foi comemorado o Dia do Cerrado, instituído por decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa data passa a ser altamente significativa, porquanto a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são compromissos prioritários do atual Governo.

O cerrado brasileiro é um ecossistema riquíssimo, cuja importância, infelizmente, ainda não foi reconhecida. Por isso, vem sofrendo as consequências de uma ocupação desordenada e de uma exploração predatória.

Em artigo publicado na semana passada o jornalista e ambientalista Washington Novaes comentou que, com a edição do citado decreto presidencial, talvez o vocábulo “cerrado” venha a ser escrito com a inicial maiúscula, a exemplo do que ocorrem com outros ecossistemas importantes do nosso território. Ele se referia, evidentemente, Sr. Presidente, à Floresta Amazônica, à Mata Atlântica, à Serra do Mar, ao Pantanal Mato-Grossense e à Zona Costeira, definidos como patrimônio nacional no art. 225, § 4º, da Constituição Federal.

A propósito gostaria de lembrar que tramita nessa Casa Legislativa, na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, a PEC nº 51, que inclui não só o cerrado como também a região da caatinga entre os ecossistemas considerados patrimônio nacional.

Ao contrário do que pensam os mais desavisados, o Cerrado não é uma região pobre e árida. Sua área abrange grande parte dos territórios do meu Estado – Mato Grosso –, do Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Distrito Federal e ainda parte de Tocantins, Bahia e Minas Gerais, perfazendo 23%, quase um quarto do território brasileiro. Nele concentra-se um terço da nossa biodiversidade e nele nascem as águas das três principais bacias hidrográficas nacionais. Além disso, ele é riquíssimo em reservas de águas subterrâneas, ao contrário do que sugere sua vegetação retorcida e de pequeno porte.

Com a mudança da capital para Brasília, em 1960, os brasileiros passaram a conhecer melhor o cerrado, mas, por muito tempo, suas terras foram consideradas impróprias para a agricultura. Com o crescimento econômico da região e a escassez de terras em outras áreas, o cerrado foi gradativamente ocupado, mas de forma desordenada. Ao longo das últimas décadas e, em grande parte, mercê da pesquisa da Embrapa, a região tornou-se grande produtora de grãos e de outras culturas. Ela pagou, no entanto, um

alto preço nesse processo de expansão das fronteiras agrícolas. O crescimento demográfico, em geral, e principalmente o crescimento urbano muito rápido causaram problemas graves à região, que se ressentiu da falta de infra-estrutura. Ao mesmo tempo, a agropecuária intensiva e o uso indiscriminado de agrotóxicos e de fertilizantes têm provocado assoreamento dos rios e erosão dos solos, entre outros problemas graves.

Em seu já citado artigo, o jornalista Washington Novaes destaca que essa ocupação eliminou vastas áreas de vegetação no cerrado, esclarecendo que a ocupação já chegou ao sul do Piauí, Senador Mão Santa, Maranhão e ao oeste baiano. O jornalista indaga: o que será feito para preservar a biodiversidade que resta e aproveitá-la em benefício da sociedade brasileira? E para impedir o risco que correm as bacias hidrográficas e o Aquífero Guarani ameaçados pela infiltração de agrotóxicos e outros poluentes? Ou para reduzir a brutal perda de solo que chega a 10 toneladas para cada tonelada de grãos produzida?

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, as indagações do jornalista são absolutamente pertinentes. Precisamos, com urgência, deter a crescente degradação desse rico bioma que é o cerrado brasileiro. No entanto, permito-me ser otimista e acredito que a instituição do Dia do Cerrado é emblemática de uma nova era, de uma política efetivamente voltada para a preservação da biodiversidade e para o crescimento sustentável.

Sr. Presidente, o nosso Estado do Mato Grosso realmente tem grandes extensões de cerrado. Com certeza, podemos promover o desenvolvimento sustentável no cerrado mato-grossense, assim como em todos os outros Estados pelos quais temos distribuído o sistema de cerrado.

Ao reafirmar minha crença em dias melhores, quero parabenizar a ação da Ministra Marina Silva e a decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva além de concluir os nobres colegas Senadores e Senadoras aprovarem a inclusão do cerrado, bem como a da caatinga, na condição de patrimônio nacional.

Quero ainda, Sr. Presidente, comunicar que estive, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 21 Local, presente ao III Encontro Verde das Américas, no Rio de Janeiro, que ocorreu nos dias 8, 9 e 10 de setembro. Proferi, inclusive, a palestra de abertura desse evento, que se realizou no Centro de Convenções do BNDES, no Rio de Janeiro. Os povos das Américas estavam lá representados com mais de 500 participantes, assim como outros Congressistas.

Estamos aguardando o relatório final dessa conferência para apresentarmos um resumo do que lá foi dito, visto, discutido e decidido.

Já que fui ao Rio de Janeiro participar desse III Encontro Verde das Américas, aproveitei meu tempo de permanência no Estado de origem do Senador Marcelo Crivella, que há pouco defendia seu Estado desta tribuna. Digo sempre que nós Senadores somos eleitos pelos nossos Estados, mas somos Senadores da República e, como tais, chamados, em muitos outros Estados, para prestar serviços comuns ao País e não apenas especificamente ao Estado que representamos.

Sr. Presidente, no dia 26 próximo, estaremos em Belo Horizonte, como participantes da Frente Parlamentar do Desenvolvimento Sustentável – convito todos os Senadores a lá comparecerem, tanto os que fazem parte da Frente, quanto os que não participam dela –, conhecendo o Projeto Plantar, que trata da questão do carbono. Nos dias 3 e 4 de outubro, se não estou enganada, estaremos em São Paulo conhecendo o Projeto Natura.

Durante esse período que estive no Rio de Janeiro, aproveitei a oportunidade para visitar o aterro sanitário de Nova Iguaçu. Essas são experiências vivenciadas pela Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável, que já conta com cerca de 140 participantes, entre Deputados Federais e Senadores.

A Frente Parlamentar decidiu conhecer experiências de desenvolvimento sustentável para torná-las visíveis para os governantes de Estados, de Municípios e da União, assim como para os executivos brasileiros. Trata-se de programas e projetos possíveis para o desenvolvimento sustentável, a fim de que o meio ambiente realmente seja preservado.

Preservar o meio ambiente de forma sustentável significa preservar a vida. Cometem um equívoco muito grande aquelas pessoas que ficam se entrelihando quando se discute desenvolvimento sustentável: pensam que estamos defendendo o meio ambiente, a natureza e esquecendo a vida. Não é verdade! Quando se discute desenvolvimento sustentável, discute-se a preservação da vida humana. Se não preservarmos o ambiente, a natureza, os rios, as matas, a terra, enfim, tudo o que nos circunda, com certeza, nossa vida estará comprometida. Depois, poderá ser muito tarde.

Por isso, uma das decisões da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável é não apenas conhecer essas experiências, mas também divulgá-las para que executivos de todo o País sejam

estimulados a ser co-partícipes na luta pela preservação do meio ambiente.

O aterro sanitário de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, pode não ser – desculpem-me o termo usado na tribuna – “a melhor e a mais perfeita Brastemp”, mas é o melhor e o mais interessante aterro que conheço. Merece ser visto. Quem conhecia o grande lixão – cito esse exemplo, mas há muitos outros pelo País afora – que estava comprometendo a vida da população de Nova Iguaçu, realmente pode valorizar o trabalho que está feito lá. Vimos a recuperação desse lixão. O aterro foi feito em outro local, e há seis meses está funcionando. E a recuperação do antigo lixão já está num estágio bastante avançado. Fomos informados de que, em seis meses, já foram depositadas 200 mil toneladas de lixo. Não se vê um quilo de lixo no aterro, não se vê um urubu voando, nem uma mosca nas redondezas. Não há odor. Realmente, eu disse que talvez não seja o melhor que existe, mas de tudo o que temos conhecimento, com certeza, é a experiência mais interessante de que tenho notícia, e deve ser conhecida e levada a cabo por outros executivos do Brasil, principalmente nas grandes cidades.

Sr. Presidente, outra questão relevante é a existência de outros lixões próximos daquele local. Sobrevoamos de helicóptero a região toda e vimos muitos deles em situação gravíssima, comprometendo lençóis freáticos e ocasionando outros problemas. Conscientizamo-nos de que há necessidade de conhecermos bem a questão, não só mostrando essas experiências de tratamento de lixo para os executivos do Brasil, mas também estimulando o empresariado brasileiro – e também a população brasileira em termos de educação e conscientização –, mas principalmente o empresariado brasileiro sobre algumas questões. Uma delas é a necessidade de se investir em pesquisa para aprimorar, cada vez mais, a questão relacionada ao problema do lixo. Pesquisar para termos tecnologias mais avançadas a fim de que o lixo seja reabsorvido pela natureza de uma forma mais fácil.

A outra questão é em relação ao investimento na pesquisa.

Senador Papaléo Paes, falo a V. Ex^a, que é médico. Estava indo ao BNDES, no Rio de Janeiro, para fazer uma palestra, e pedi ao motorista que parasse numa padaria. Tive essa idéia, desci e comprei 50 gramas de presunto. Vieram quatro fatias de presunto bem fininhas dentro de uma bandeja de isopor, coberta de plástico, enrolada num outro papel pardo, colocada num saco de papel pardo e dentro de uma sacola de plástico. Quando fui desenrolar e pesar, havia mais lixo do que presunto. Ou seja, havia mais lixo do

que o conteúdo que seria consumido. Temos que entrar numa campanha muito grande de redução do lixo. E aí conclamo o empresariado brasileiro para que invista em pesquisas, a fim de que não utilizemos tantas embalagens para um único produto, que, muitas vezes, precisaria de uma só.

Essas questões têm que ser claramente discutidas. E há uma decisão da Frente Parlamentar de Desenvolvimento Sustentável: ir para dentro das escolas, com cartilhas, com campanhas de redação, de textos, de poesias, enfim, campanhas de que as crianças participem, com as quais passem a entender que as suas vidas estão relacionadas à preservação do meio ambiente. Ou se preserva o meio ambiente, ou a vida está comprometida também! Se a criança for conscientizada, com certeza, nós, adultos, procederemos da mesma forma, pois ficaremos vermelhos ao vermos uma criança juntar um saquinho que ve-nhamos a jogar na rua.

Temos que nos conscientizar! Não sei se todos sabem que, se jogarmos uma latinha de refrigerante num rio, ou numa lagoa, ou mesmo no chão, de uma forma que não seja recolhida para reciclagem, ela leva até 100 anos para ser reabsorvida. Uma sacola plástica dessas de supermercado que usamos para levar os produtos para casa leva até 500 anos para ser reabsorvida. Um copo descartável leva até 500 anos! Será que não dá para mudarmos essa mentalidade? Será que não dá para irmos ao supermercado e, ao chegarmos às nossas casas, dobrarmos essas sacolinhas, para, da próxima vez, as levarmos novamente? Será que não dá para o empresário que produz sacola plástica investir em pesquisa para achar algo mais facilmente reabsorvível pela natureza, pelo meio ambiente? São essas coisas que temos que começar a questionar e a praticar, porque, se não o fizermos e ficarmos apenas esperando por um milagre, esse não vai acontecer. Enquanto isso, o meio ambiente está degradando-se e a vida ficando comprometida.

Meu tempo está esgotado, Sr. Presidente. Voltaremos ao assunto nos próximos dias.

Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a pretende fazer uso da palavra imediatamente, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Sr. Presidente, pois haverá reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Portanto, concedo a palavra a V. Ex^a, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos. Em seguida, falará, pelo critério de intercalar oradores inscritos com comunicações inadiáveis, o Senador Gerson Camata.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o mesmo governo petista que “amonstrengou” os dois projetos de reforma (especialmente a tributária), que entrou firme no aparelhamento do serviço público, que criou símbolos e frases como as que eram do agrado de um distante tempo ditatorial, relegando a bandeira a segundo plano, agora entra firme na nova era propagandística, que faz inveja ao velho DIP de Getúlio Vargas.

O que o Planalto estará pensando ao montar tão colossal máquina de propaganda? Jogar pela janela R\$90 milhões por ano? Dou a palavra a **O Estado de S. Paulo** de ontem, que explica para a geração mais jovem, de forma didática, o que era o DIP:

A operação resulta num agigantamento do noticiário oficial, jamais atingido nem durante ditaduras como a de Getúlio Vargas, em que tudo era controlado pelo célebre Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, montado com os melhores profissionais, que recebiam os maiores salários. ‘É o DIP do Século XXI’, escandaliza-se o ex-deputado Prisco Viana, político que testemunhou mais de meio século de História.

Não vivemos sob ditadura. Mas, agora, o governo petista do Presidente Lula está como queria. E isso faz lembrar o refrão que diz: “quem não tem cão caça com gato”.

Adaptação para esse aparelhamento petista seria: “governo que nada faz, com propaganda se satisfaz”.

Quem tem supermáquina, liga o rolo compressor e o povo, se quiser, que saia debaixo!

Pior é que todos nós brasileiros estamos financiando os desacertos do Governo, agora dono da supermáquina. Mais ou menos do que escreve esta semana, na revista **Veja**, o jornalista Diogo Mainardi. Ele lembra que o Governo Lula está obrigando todos os brasileiros a serem petistas. Mas à força. E explica: “os petistas empregaram milhares de outros petistas na administração pública. Cada um deles passou a

descontar até 10% de seu salário para o partido. Como o salário deles é pago com o dinheiro dos impostos, somos nós que estamos financiando o PT.”

Lamentavelmente, este é o quadro do Brasil atual, petista à força. Só que os ‘aparelhadores’ do Planalto precisam saber que a população está de olho. Todos os dias, todos os jornais mostram os disparates do Governo. E a Nação fica informada de que ele está paralisado, no que toca a realizações, mas sabe gastar dinheiro como ninguém, como esses 90 milhões de reais para a supermáquina da propaganda “dipeana”.

A Nação vai se informando também de que este Governo é superaparelhador e superfisiológico. Como diz o **Estadão**: “O PT experimentou governar com fisiologismo... e gostou!”

A Nação, porém, começa a não gostar nada disso.

Afinal, o Governo petista ao qual tanto agrada o fisiologismo, ao qual tanto agrada o aparelhamento do Estado, é o mesmo que põe a perder a oportunidade de realizar reformas profundas e coerentes, prefrindo “amonstrengá-las”.

Afinal, o Governo petista, que não consegue emplacar obra alguma, é o mesmo que joga pela janela essa dinheirama toda e deixa passar à deriva a chance de empregar melhor esses recursos, por exemplo, na ex-menina dos olhos de Lula, o chamado Fome Zero.

Afinal, o governo do nada faz é o mesmo que agora dá uma de cúpido, ávido de dinheiro, cobiçoso em cima da classe média, com essa nova ameaça de aumentar a carga tributária sobre o cidadão brasileiro. Com muita descerimônia, vem agora com essa idéia lesa-classe média, de aumentar a alíquota máxima do Imposto de Renda para 35%.

O povo não agüenta, ó meus distintos senhores do aparelhamento, do fisiologismo e da supermáquina!

Com tantas ameaças, com tantas injustiças, com tanta improvisação e com tanto tamanho nada fazer, nesse quase um ano de governo petista, já sabemos que vamos continuar como assistentes do mesmo *Espetáculo da Imobilidade*, pretensamente acobertado pela máquina “dudeana”, refiro-me à máquina inspirada na genialidade de Duda Mendonça, que vem de inaugurar a supermáquina do DIP do século 21. Só falta a placa de homenagem aos longínquos anos 30, que supúnhamos jamais nos lembrar.

Solicito, Sr. Presidente, que o noticiário de **O Estado de S. Paulo** aqui referido seja considerado

como parte deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

E aqui vai, Sr. Presidente, a matéria que inspirou esse pronunciamento. E, na verdade, o que inspirou a matéria – se é que a matéria inspirou o meu pronunciamento – , é, sem dúvida alguma, o caráter autoritário que, a cada passo, esse governo revela, agora, com a vontade de montar um grande **big brother** sobre a nação brasileira, vasculhando a vida de todos, vigiando os passos de cada um e, agora, tentando controlar a formulação e a formatação das notícias que visem a formar uma opinião pública, que, ou decepciona a opinião pública ou, para o ser, tem que ser livre e, para ser livre, Sr. Presidente, ela precisa que sejamos capazes de dar um basta a essa escalada, que começa, como quem não quer nada, “para comer e coçar”, dizia meu avô, “basta começar”. A escalada autoritária começa como quem parece não querer, depois, se os cidadãos não se acordam, a história está cheia de exemplos, o autoritarismo devora e degenera quem está no poder, e ele devora e humilha quem está sob o poder.

Este, o protesto, esta é a advertência que faço à nação, e que faço ao governo, que tem todo o tempo para tentar se consertar.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

**PLANALTO CRIA SUPERMÁQUINA
DE INFORMAÇÃO OFICIAL**

Radiobrás é ampliada para levar noticiário do governo, de graça, a 100 milhões de pessoas

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA – Com 1.150 funcionários, ao custo de R\$ 90 milhões por ano na Radiobrás, mais 75 profissionais no Palácio do Planalto e um sistema de pronta resposta e de correção das notícias “equivocadas”, na Secretaria de Comunicação, o governo está adotando uma nova estrutura de comunicação com pretensões que vão além do mero aperfeiçoamento da máquina de divulgação oficial. Trata-se de um projeto montado para alcançar – com noticiário oficial e gratuito – um público estimado em 100 milhões de pessoas em todo o País.

Em função do projeto de expansão do noticiário, a Radiobrás já iniciou uma ampla reestruturação de

sua equipe, demitindo antigos funcionários de carreira e atraindo profissionais da iniciativa privada com salários competitivos. Hoje, a estatal mantém 220 jornalistas, com salários que variam entre R\$ 2,5 mil e R\$ 4 mil. Os que estão sendo contratados chegam para funções de confiança, com salários de R\$ 6 mil a R\$ 8 mil.

A operação resulta num agigantamento do noticiário oficial, jamais atingido nem durante ditaduras como a de Getúlio Vargas, em que tudo era controlado pelo célebre Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – montado com os melhores profissionais, que recebiam os maiores salários. “É o DIP do século 21”, escandaliza-se o ex-deputado Prisco Viana, político que testemunhou meio século de ditaduras.

O governo procurou inspiração no Primeiro Mundo. O jornalista Bernardo Kucinski, assessor especial do ministro de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, fez um estágio na Inglaterra e agora está nos Estados Unidos, para ver como funciona o sistema de comunicação da Casa Branca. É dele a idéia de criação do sistema de pronta resposta, em que as redações dos jornais são atulhadas de cartas de reclamação contra o noticiário considerado “incorrecto”.

Às vésperas das eleições municipais, o projeto desperta reações na oposição e no próprio PT, que enxergam detrás da iniciativa do governo a tentativa de uniformizar o noticiário a seu favor. “Essa é mais uma etapa da estratégia petista de aparelhamento do Estado”, acusa o presidente do PSDB, José Aníbal.

“Quem detém o poder e quer o monopólio da comunicação, vai ter o controle de tudo. Sempre combatemos isso”, reclama o deputado Walter Pinheiro (BA), ex-líder do PT. “Fico muito preocupado quando governos entram na área de comunicação, embora alegando os melhores propósitos. Os riscos de distorção e manipulação do noticiário são muitos grandes”, completa o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Cobertura – As afirmações se sustentam em outro fato que chama a atenção no projeto: o governo passa a fazer a cobertura jornalística em todos os campos, não se restringindo mais à divulgação dos acontecimentos oficiais, e oferece esse noticiário gratuitamente, privilegiando seu enfoque dos acontecimentos.

Esse noticiário chega a uma rede que historicamente edita seus noticiários com base na cobertura das agências de notícias privadas, e é composta por mais de mil emissoras de rádio e retransmissoras de TV e mais de mil jornais. Nos 60 municípios com mais de 200 mil habitantes, esses distribuidores de infor-

mação já começaram a receber do governo, gratuitamente, receptores de notícias via satélite.

No esquema de fortalecimento das notícias oficiais dentro da nova sistemática, o Banco do Nordeste financiou uma série de reportagens sobre a fome no Brasil, distribuídas e publicadas de graça, com texto e fotografia.

Os fotógrafos das agências e dos jornais dificilmente têm acesso a cerimônias fora do gabinete do presidente, onde só trabalha o fotógrafo oficial. Dois exemplos: o da cadela Michelle no colo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sala de cinema do Palácio da Alvorada e a entrega da égua criola ao presidente na Granja do Torto, há duas semanas.

Outro exemplo é o de Lula tocando violino e a prefeita Marta Suplicy, violoncelo. Acrescente-se o fato de que só o assessor de Imprensa da Presidência, Ricardo Kotscho, assistiu ao encontro do presidente com o arquiteto Oscar Niemeyer, e produziu um texto que foi reproduzido por O Globo.

Além de qualificar seus conteúdos, o setor de comunicação já realiza uma cobertura que abrange desde partidas de futebol da segunda divisão até eventos culturais, passando pelo dia-a-dia do Congresso e do Judiciário, cenários internacionais, como a Guerra do Iraque, e indo até a simples informação sobre a participação de uma anônima cooperativa no festival de Inverno de Bonito (MS).

Exagero – O governo oferecerá um noticiário social, político, econômico, cultural e esportivo com o enfoque de seu interesse. Apesar disso, a socióloga Aspásia Camargo acha exagerada a comparação com o DIP. Uma das maiores estudiosas da ditadura Vargas, ela acha que naquela época havia o monopólio total da comunicação.

“Hoje, mesmo que o governo ofereça facilidade e gratuidade, as pessoas têm espírito crítico para escolher o que é ruim e o que não é. Existem também as agências de notícias que podem ser consultadas por todos, permitindo comparação na hora. Por fim, ao contrário da Era Vargas, os jornais escrevem o que querem contra o governo, sem censura nenhuma.”

O PSDB discorda. “Daqui a pouco só as notícias de interesse do governo serão publicadas”, alerta Aníbal. A iniciativa do governo acende polêmicas e provoca reações indignadas. De um lado, questiona-se a legitimidade de ampliar a cobertura para além da fronteira dos assuntos da agenda oficial, deixando de oferecer noticiário de interesse do público para distribuir gratuitamente noticiário de interesse do governo.

“Isso é dumping de Estado”, diz o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado. “O sistema de comunicação do governo, financiado pelo contribuinte, concorre com produto diferenciado no mercado de mídia.” Para ele, revela-se aí uma estratégia de natureza ideológica. “O resultado será a previável padronização da informação. Querem que todo o País passe a pensar como o PT, partido que não tem um projeto de governo, mas de poder.”

“O governo procura pôr em prática o seu big brother”, continua Virgílio, numa referência ao controle total dos cidadãos pelo Estado, previsto pelo escritor George Orwell no romance 1984. “O ministro José Dirceu (Casa Civil) vigia os cidadãos 24 horas por dia. Outro dia, ameaçou punir Maurício Dias David, que é funcionário do BNDES, porque num programa de televisão exibido à 1h30 ele criticou o Orçamento. O Dirceu nem dorme mais”, ataca Virgílio.

A REFORMA ‘AMONSTRENGADA’

Quando a reforma tributária entrou em discussão na Câmara dos Deputados, as lideranças do governo anunciaram que estavam em entendimentos para que o texto original do projeto fosse aprovado rapidamente, sem grandes alterações. O debate mais aprofundado se daria no Senado. Com essa divisão de tarefas, a Câmara poderia se concentrar na aprovação da reforma da Previdência, abreviando-se o tempo necessário para a tramitação das duas reformas.

Essa estratégia fracassou logo de início. O governo, obviamente, não contou com o zelo dos parlamentares, que não deixam passar oportunidade de deixar suas marcas em qualquer projeto importante; e muito menos considerou que os governadores e prefeitos não deixariam passar a ocasião para dividir a seu favor o bolo tributário. Assim, a reforma que deveria estar centrada na simplificação da sistemática de cobrança do ICMS e na prorrogação da CPMF e da Desvinculação das Receitas da União (DRU) ficou descaracterizada. Ou “amonstrengada”, como a definiu o senador Arthur Virgílio líder do PSDB.

Na madrugada de quarta para quinta-feira, a aprovação de emendas e destaques de interesse de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro acendeu o estopim da revolta no Senado. São Paulo beneficiou-se com R\$ 1,2 bilhão como compensação pela isenção de ICMS na venda de bens de capital. E regiões pobres dos outros três Estados foram incluídas na jurisdição do Fundo de Desenvolvimento Regional, criado para ajudar as Regiões Norte e Nordeste. Na quinta-feira, o senador Antonio Carlos Magalhães con-

clamou os senadores das regiões mais pobres a rejeitar o texto da Câmara e ironizou: "Agora, Ipanema e Copacabana também estão no Nordeste. O milagre foi conseguido por Rosinha e Garotinho, com a sinceridade de sempre." O senador Tasso Jereissati observou que os Estados mais pobres perderão renda para os Estados mais ricos, graças a uma barganha entre a governadora do Rio e o governo federal:

"Trata-se do fisiologismo mais cruel que tenho visto: trocar impostos por votos."

Mas a reação mais forte – e a única que pode ter consequências sérias a ponto de comprometer o cronograma do governo de aprovação das reformas – veio do senador Arthur Virgílio. "Enquanto não houver garantia plena de que o privilégio recebido pelo centro do País será devolvido, o partido (PSDB) não tem mais compromisso com a reforma da Previdência." Embora o senador esteja falando do partido que tem suas bases principais em São Paulo e Minas, está armado o cenário que o governo queria evitar desde o envio das reformas ao Congresso. Para os líderes do PSDB, PFL e PDT, a aprovação da reforma previdenciária fica condicionada à rejeição das emendas da Câmara que reduziram a parte do Norte e do Nordeste no bolo tributário – e esses partidos, ainda que divididos, têm condições de obstruir a tramitação dos dois projetos, no Senado.

O governo parece ter perdido o pé e o rumo, nas negociações para obter **quorum** para a aprovação da reforma tributária. Abriu a porta para a voracidade fiscal dos governadores e prefeitos, a ponto de já contabilizar perdas de receitas da ordem de R\$ 10 bilhões para Estados e municípios e já ninguém duvida que a reforma, que deveria ser neutra, aumentará a carga tributária sem criar as condições de estímulo para o necessário aumento da produção e do consumo. Além disso, como estão as coisas, o Orçamento da União, enviado ao Congresso, é um pedaço inútil de papel. As mudanças aprovadas até agora – e ainda falta votar 6 destaques e 12 emendas na Câmara – alteram substancialmente a receita e, ainda mais, as transferências obrigatórias para Estados e municípios.

O projeto de reforma tributária, como bem observou o senador Arthur Virgílio, se "amonstrengou", porque já ninguém mais se lembra dos objetivos de seu envio ao Congresso. A única maneira de impedir que a reforma onere ainda mais o contribuinte e crie novas dificuldades para o setor produtivo já foi sugerida pelo deputado Delfim Netto e ratificada, agora, pelo governador Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco: desmembrar o projeto, aprovando de imediato as prorrogações da CPMF e da DRU – essenciais para o

funcionamento do governo – e deixar o restante para ser discutido sem pressa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A transcrição solicitada por V. Ex^a, nobre Líder, será efetuada de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a, esta Casa e o povo brasileiro estão acompanhando a luta do Estado do Espírito Santo, da sociedade capixaba, da OAB e das entidades civis contra o crime organizado.

Ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso foi pedida uma intervenção no Estado diante do agigantamento das proporções da ação do crime organizado na máquina pública. Sua Excelência, então, criou uma missão especial que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de seu Ministro Márcio Thomaz Bastos, novamente enfatizou mandando uma equipe de Procuradores e de policiais federais para o Estado do Espírito Santo. Esse trabalho resultou na prisão de alguns Parlamentares e na suspensão do mandato de outros. Vários Parlamentares e ex-servidores do Governo do Estado estão com as suas prisões preventivas decretadas pela Justiça Federal.

Entendíamos que o crime organizado tinha levado uma punhalada e estava recuando diante da ação da Justiça. O Governador Paulo Hartung tem se esforçado – pondo em risco a própria vida – exigindo das forças policiais e dos Procuradores do Estado uma ação constante contra o crime organizado. No entanto, ontem descobrimos que o crime está muito mais organizado do que supúnhamos.

Em uma convenção fantasma, sem convocação, o crime organizado tomou de assalto o PMDB do Espírito Santo. Formou uma executiva, Sr. Presidente, de temer. O Presidente é o Deputado Marcelino Fraga, que está sendo processado seis vezes, inclusive por desvios de fundos do próprio PMDB. O outro, que deve ser o Vice-Presidente da Executiva, é o Prefeito Guerino Zanon. S. Ex^a sofre a grave acusação de, como prefeito, liberar verbas para a faculdade da qual é dono, no Município de Linhares. Dois Parlamentares do PMDB, Deputados Estaduais, tiveram o mandato suspenso, estão com suas prisões preventivas decretadas. Os dois são membros da Executiva do PMDB que o crime organizado colocou para dirigir o nosso Partido. Um senhor chamado Wilson Rese, processado por desvio de material na Secretaria de Educação,

foi o Secretário-Geral do Partido na convenção clandestina efetuada ontem.

Tudo começou há quinze dias, no balneário capixaba de Jacaraípe, quando o ex-Presidente da Assembléia Legislativa, que agora está preso – foi preso há uma semana – participou de uma reunião com alguns próceres do PMDB. Lá, prepararam a tomada do Partido. O PMDB, que têm excelentes prefeitos, grandes vereadores, boas lideranças políticas, ficou em uma situação difícil. Imagino o que esses prefeitos, na campanha para eleição ou reeleição municipal, vão fazer com esse monte de gente de comportamento ruim, ligado ao crime organizado, à frente do palanque.

Os bons e os honestos começam a debandar e a deixar o Partido. Hoje, aprendi uma palavra nova. Um prefeito me ligou dizendo que o PMDB se transformou num valhacouto do crime organizado. Fui ao dicionário e descobri que valhacouto, uma palavra que eu nunca havia escutado, significa refúgio. E como tenho medo de pertencer ao valhacouto diante dos fatos que ocorreram ontem! Nas proximidades da convenção, havia muitos carros com placa de Curitiba e do Rio de Janeiro e os serviços de informação da polícia não detectaram estar essas pessoas hospedadas em hotéis, portanto, elas não queriam se identificar. Percebemos que está em andamento um movimento nacional. E é bom advertir os partidos políticos que o crime organizado começa, depois de migrar um certo do tempo para o Judiciário, a tentar fazer seus tentáculos penetrarem na política.

Diante disso, Sr. Presidente, ontem mesmo a ex-Deputada Rita Camata, que foi a candidata do PMDB à Vice-Presidência da República, se desfilou do Partido em Vitória. E estou comunicando à Mesa a minha desfiliação também do PMDB neste momento, por meio desta carta que encaminho à Mesa.

É com pesar que faço essa opção de deixar um Partido ao qual durante anos servi, onde durante anos fiz grandes amizades, um Partido pelo qual lutei e cuja bandeira carreguei sua bandeira. Não posso carregá-la agora que está conspurcada pela presença de gente de passado pouco recomendável. Vai ser uma pena: com a Executiva formada ontem de assalto, quando chegarem as eleições municipais, para se fazer uma Ata do Partido, teremos que recolher assinaturas nas prisões. Foi uma convenção clandestina e poderia ser anulada, mas eu prefiro entregar a bandeira e deixar o Partido, até por temer pela minha vida e dos meus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Gerson Camata, a comunica-

ção feita por V. Ex^a terá efeito após a publicação, de acordo com o Regimento Interno.

Durante o discurso do Sr. Gerson Camata, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte,

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelênciia que a partir desta data me desfiliei do PMDB não integrando mais a bancada do Partido nesta Casa.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Por permuta com o Senador Augusto Botelho, concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para comentar aspectos de uma matéria publicada neste domingo pelo **Correio Brasiliense**. O jornal é importante, assim como é a matéria. Vou procurar ater-me aos aspectos que considero positivos em uma matéria que pode ser considerada extremamente negativa do ponto de vista da utilização dos recursos públicos nas diversas áreas do País.

Sr. Presidente, gradativamente, com o passar dos anos, houve um aprimoramento, um aperfeiçoamento no que diz respeito aos gastos públicos no País. Deu-se um grande avanço com a Lei Camata, famosa por limitar gastos com o funcionalismo público, permitindo aos Estados mais recursos para investimentos. Houve a Lei de Responsabilidade Fiscal, as emendas constitucionais que vincularam recursos a serem gastos na educação e na saúde. Depois, o processo de privatização, por mais discutido que possa ser, permitiu um grande avanço, por exemplo, nas telecomunicações. É ainda recente na memória da população brasileira que uma linha de telefone tinha que ser declarada como um bem no Imposto de Renda - e como era difícil, Sr. Presidente, conseguir esse benefício, uma simples linha telefônica, era realmente um sacrifício. E hoje estamos vendo as telecomunicações avançarem muito neste País.

Sr. Presidente, eu gostaria de prestar uma homenagem ao Tribunal de Contas da União. A matéria do **Correio Braziliense** a que me referi traz a preocupação da equipe jornalística desse importante jornal sobre o envio da peça orçamentária a esta Casa. Analisada a peça, destaca o **Correio Braziliense** que 73 obras, que foram objeto de dotações orçamentárias por parte da União, estão inscritas como obras com indícios de irregularidades.

E aí quero chegar, Sr. Presidente, a esse mecanismo desenvolvido com o intenso relacionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destas Casas – já que a Comissão é mista, integrada pelos Srs. e Sras. Deputados e pelos Srs. e Sras. Senadores. Ao longo dos anos fomos aperfeiçoando um mecanismo que resulta, anualmente, por parte do Tribunal de Contas da União, na emissão de relatório que lista as obras com indícios de irregularidades, obras com irregularidades já apontadas e obras com irregularidades graves. A partir do momento em que uma obra consta desse relatório, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem adotado a praxe de cortar os recursos para esperar, inclusive dando a oportunidade para o Estado, para o ente federado, seja qual for, procurar sanar aquilo que foi levantado pelo Tribunal de Contas da União, para que a obra possa vir a ter, novamente, recursos orçamentários previstos.

Dentre essas obras inscritas, que estão apontadas pela matéria do **Correio Braziliense**, estão obras para o Orçamento de 2004, estão, de norte a sul, listadas obras como restauração de rodovias, irrigação, metrôs, dentre outros tipos.

Tenho discutido muito, principalmente por sua importância, a questão do transporte fluvial, do transporte por hidrovias neste País.

É sabido por todos que o Tocantins é um dos rios de maior potencial de aproveitamento hidrelétrico neste País. Nele já temos construídas as usinas de Tucuruí, no extremo-norte do rio, a usina Luís Eduardo Magalhães, em solo tocantinense, a usina de Cana Brava, no Estado de Goiás, a usina de Serra da Mesa e temos em andamento a obra da usina hidrelétrica de Peixe e a previsão de construção de mais cinco outras usinas hidrelétricas só no rio Tocantins, no Estado do Tocantins, uma delas na divisa com o Maranhão.

Dentre essas obras, tenho destacado, uma vez que já está concluída, com grande êxito, em três anos e três meses, a usina Luís Eduardo Magalhães, que já transforma o Tocantins em exportador de energia, a

importância de concluirmos a obra da clausa nessa usina hidrelétrica, pois essa clausa permitirá ao País setecentos quilômetros de navegação. Portanto, é uma obra importantíssima, não apenas em âmbito regional, porque possibilitará o escoamento de toda a soja produzida em Mato Grosso, no oeste da Bahia, em Tocantins e no norte de Goiás, as principais regiões produtoras de grãos deste País, sendo o Mato Grosso, sem dúvida alguma, o maior. O Tocantins, a Bahia, o Maranhão, com o seu programa Prodecer, que também temos no Estado de Tocantins, são novas áreas de cerrado que estão produzindo grandes quantidades de soja, que nos permitem vislumbrar a possibilidade de sermos o maior produtor de soja do mundo.

E qual é a dificuldade que enfrentamos, principalmente nessa região, tão carente de infra-estrutura? A conclusão das obras da ferrovia Norte-Sul e das hidrovias. Estas, por sua vez, dependem fundamentalmente da construção das clausas nas usinas hidrelétricas. O ideal, Sr. Presidente, seria que nenhuma hidrelétrica nova fosse construída sem a construção imediata de uma clausa. No caso da usina Luís Eduardo Magalhães, tivemos o avanço da construção da usina hidrelétrica e estamos agora com essa obra em andamento.

Sr. Presidente, quero relembrar as palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando da sua passagem pelo Tocantins, ainda na campanha eleitoral. Disse Sua Excelência: "A pior obra é a obra paralisada, é a obra que custa mais caro, é a obra que maior prejuízo gera aos cofres públicos".

Sr. Presidente, temos, na usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em andamento a obra da clausa do Lajeado. É uma obra que, diga-se de passagem, não tem nenhum problema de caráter ambiental e não apresenta qualquer indício de irregularidade. Ao contrário, é uma obra que está pronta para ser reiniciada, a partir do momento em que haja recursos inscritos no Orçamento da União.

Para nossa surpresa, não veio do Ministério dos Transportes nenhum centavo para a clausa do Lajeado, na usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, para o exercício de 2004.

Não quero aqui me colocar contrariamente à clausa de Tucuruí, no Estado do Pará. Ela também é importante. É bem verdade que vai ser muito menos navegável do que a clausa de Lajeado, na usina Luís Eduardo Magalhães, que está a sessenta quilômetros ao norte de Palmas e que vai permitir, com a sua conclusão, setecentos quilômetros de navegação por esse importante rio.

O Brasil inteiro conhece, Sr. Presidente, os problemas da rodovia Belém-Brasília, memorável construção iniciada por Juscelino Kubitschek de Oliveira, talvez o maior de todos os Presidentes da República deste País. O mesmo que teve a coragem de trazer a capital para Brasília teve a coragem de enxergar um Brasil maior, um Brasil das Tordesilhas dividido antes mesmo do seu descobrimento, e que resta, até os dias de hoje, ocupado de forma absolutamente desvantajosa para a nossa população.

Temos uma grande concentração de pessoas no centro-sul, no sudeste brasileiro, o que agrava os problemas sociais. Mas temos essa ampla perspectiva, essa grande possibilidade de ocupar melhor o território brasileiro, o que somente ocorrerá se fizermos a infra-estrutura básica, tema sobre o qual eu tenho debatido nesta tribuna e para o qual eu tenho pedido a atenção das autoridades, como a do Ministro Anderson Adauto, com quem já estivemos por mais de sete vezes, juntamente com toda a Bancada do Tocantins: o Governador, os três Senadores e os oito Deputados Federais. Portanto, toda a Bancada elegeu como prioridade para o desenvolvimento do Tocantins a conclusão das obras da clausa do Lajeado.

Para nossa surpresa, no Orçamento de 2004 estão constando aqui R\$ 70 milhões para a clausa de Tucuruí. Ela é uma das obras inscritas, que apresenta indícios graves de irregularidades. O que ocorrerá? A Comissão de Orçamento, com o bom senso que tem tido para não deixar inscritos recursos para obras com irregularidades, obviamente, cortará e realocará os recursos. É esse o trabalho que pretende fazer a Bancada de representantes do Estado do Tocantins nesta Casa.

Sr. Presidente, quero destacar esse trabalho, fruto da simbiose, do entendimento e do esforço recíproco entre os técnicos do Tribunal de Contas da União e de todos os seus Ministros, na pessoa do seu atual Presidente, o nosso ex-colega, Valmir Campelo, e também do ex-Deputado Federal Humberto Souto. Citando os dois, cito todos os demais integrantes daquela Corte.

Especialmente, destaco, na matéria publicada no **Correio Braziliense**, comentário do Procurador-Geral do Ministério Público no Tribunal de Contas da União, o Procurador Lucas Furtado, que diz: "Devem-se render méritos ao Congresso por ter adotado a lista de obras irregulares como um filtro obrigatório na aprovação do Orçamento".

E segue a matéria: "Segundo ele, como a fiscalização do TCU é anual, dificilmente se repetirão prejuízos acumulados em grandes projetos. Além disso, o

TCU tem procurado fiscalizar grandes projetos ainda na fase da concorrência". Ou seja, antes de tudo, é um trabalho preventivo, um trabalho extraordinário.

Quero prestar aqui uma homenagem ao Procurador-Geral do Ministério Público no Tribunal de Contas da União, Sr. Lucas Furtado, e devolver a S. Exª a referência que fez ao Congresso, de que, segundo palavras do nobre Procurador, deve-se mérito ao Congresso por ter adotado a lista. Retribuo aqui desta tribuna: devem-se méritos ao Tribunal de Contas da União por ter elaborado a lista, sempre ouvindo a Comissão de Orçamento, como eu disse, nesse processo de intercâmbio, nessa troca de informações.

É importante também destacar que, uma vez inscrita como obra irregular, ela não fica definitivamente eliminada, ou seja, impossibilitada de receber recursos. Não. Abrem-se prazos, são feitas inspeções, aos gestores das unidades respectivas são solicitadas explicações relativas à obra, para que sejam sanadas as irregularidades. Mas é importante se dizer que novos recursos não são destinados a nenhuma dessas obras antes de serem sanados os vícios apontados pelo Tribunal de Contas da União e adotados pela Comissão Mista de Orçamento. É um grande avanço, Sr. Presidente!

Aproveito esta oportunidade para dizer – até para tranquilizar a população – que como a matéria cita que "Governo prevê para 2004 despesas de R\$345 milhões com obras que, segundo o TCU, têm indícios de problemas graves na aplicação de recursos públicos", os projetos são candidatos à tesoura dos Parlamentares. Ou seja, entendo ser esta uma matéria extremamente importante, porque ela aponta, além dos aspectos do Tribunal de Contas da União, a responsabilidade que tem tido a Comissão de Orçamento, integrada por vários Srs. Senadores e Deputados Federais, sempre presidida por um Deputado Federal e relatada por um Senador ou vice-versa, mas com o cuidado de examinar o andamento de obra por obra, para que a União e nenhum Estado sofra prejuízo e para que obra com irregularidade não seja contemplada com recursos públicos.

Sr. Presidente, quero aproveitar para dizer que espero que todas as irregularidades apontadas na obra da clausa de Tucuruí, no Estado do Pará, sejam sanadas. Essa obra é também importante, mas, sem dúvida nenhuma, quem conhece o mapa da produção brasileira, a geografia e a agricultura não do Tocantins, mas do grande centro do cerrado brasileiro, que se destaca pela possibilidade de ser o maior produtor de soja do mundo, sabe que está em andamento na

região a obra da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, a popular Usina do Lajeado.

Temos, para este ano – esse foi um trabalho da Bancada do Estado do Tocantins –, R\$41,4 milhões, que não foram empenhados nem pagos. Portanto, a obra está paralisada. Essa é uma obra que já teve três mil operários. Reiniciar essa obrar é gerar, de imediato, três mil novos empregos diretos, sem falar no grande salto de qualidade que vamos dar com a mudança do transporte, que hoje é rodoviário, caro, inviável. Esse transporte atual encarece os produtos brasileiros, principalmente os tocantinenses, já que estamos distantes mais de mil quilômetros do Porto de Itaqui, do Maranhão. Chegando a esse porto, estaremos mais próximos dos mercados norte-americano e europeu.

O Porto de Itaqui ainda é subutilizado. Temos a possibilidade de utilizar um transporte intermodal: por meio da Hidrovia do Tocantins, chegar até o terminal da Ferrovia Norte-Sul, o que vai baratear em mais de US\$30.00 a tonelada da soja brasileira. Aí, sim, seremos competitivos.

Sr. Presidente, chamo a atenção para essa importante matéria. Ela não me parece mais uma matéria de escândalo. Ao contrário, levanta quais são as obras com indícios de irregularidade, destaca o trabalho do Tribunal de Contas da União e também da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – a mesma comissão que já foi objeto, num passado não muito distante, de muitas críticas e problemas, com cassações de mandatos, e de notícias altamente negativas para este Congresso Nacional.

Vivemos novos tempos, em que a união de esforços do Tribunal de Contas da União e da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização produz bons e eficazes relatórios, que impedem o desperdício dos recursos públicos.

Portanto, ao finalizar as minhas palavras, quero parabenizar o Tribunal de Contas da União, na pessoa do grande Presidente Valmir Campelo, do ex-Presidente Humberto Souto, do Procurador-Geral do Ministério Público, naquela Casa, Lucas Furtado, e todos os seus demais conselheiros e técnicos. Não podemos dizer que o TCU assessorava os trabalhos do Congresso Nacional. Trata-se de uma Casa de muito respeito e importância, que, sem dúvida nenhuma, tem sido zelosa e ciosa da boa aplicação dos recursos públicos.

Sr. Presidente, como me restam dois minutos, quero manifestar o meu reconhecimento e o meu orgulho com relação aos índices obtidos pelo jovem Governador Marcelo Miranda em uma pesquisa realiza-

da nacionalmente pelo Instituto Brasmarketeting, que atribui ao Governador do Estado de Tocantins 86% de aprovação entre os cinco melhores Governadores do País. Em vários itens, Marcelo Miranda é apontado como segundo, terceiro, ora como primeiro. Numa média geral, termina entre os cinco melhores Governadores do País. Dentre eles, Sr. Presidente, está figurando nesta lista em primeiro lugar o jovem Governador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, não quero dizer com isso que seja a idade o fator mais importante entre os Governadores mais aprovados, como Jorge Viana, Marcelo Miranda, Geraldo Alkmin, Paulo Hartung, mas digo com orgulho que são ex-integrantes destas Casas. Eduardo Braga foi meu colega como Deputado Federal; Germano Rigotto foi meu colega como Deputado Federal; Paulo Hartung foi meu colega na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Cumprimento esses Governadores pelos resultados obtidos nessa pesquisa, particularmente o meu querido e jovem Governador, de 40 anos de idade, Marcelo Miranda, pelos seus 86% de aprovação na pesquisa.

Porém, a pesquisa mais importante é a constatação de que o Estado do Tocantins segue firme nos rumos do desenvolvimento e do progresso. É o Estado da livre iniciativa e da justiça social. O Estado do Tocantins prestigia a cidadania e o progresso sob a ótica dessa nova administração que se instalou com a chegada de Marcelo Miranda, vencedor das eleições de 2002, ao lado dos Senadores Leomar Quintanilha e João Ribeiro.

Era o tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Na sequência, passo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Hélio Costa, Srs e Srs. Senadores, uso a palavra para registrar que, nesse fim de semana, representei o Senado da República na Conferência Estadual do Trabalho, realizada no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, para mim foi muito importante perceber que, tanto na Conferência Estadual do Trabalho quanto no Fórum Nacional do Trabalho, prevalece uma mudança que considero muito positiva para os trabalhadores.

Alguns imaginavam que esse debate caminharia novamente para a retirada de direitos como o décimo terceiro salário, férias e horas-extras, mas não é o que se nota. Pelo contrário: a Conferência Estadual do Trabalho, ocorrida no Rio Grande do Sul, por unanimidade, definiu que um dos caminhos para combater o desemprego é a redução de jornada de 44 para 40 horas semanais.

Demonstro minha alegria, Senador Mão Santa, por ter trabalhado durante dezesseis anos, na Câmara dos Deputados, levando essa bandeira. Há uma PEC encaminhada por mim e pelo Deputado Inácio Arruda que altera a Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário. Essa foi também uma das primeiras propostas que apresentei no Senado Federal, logo que cheguei a esta Casa.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que demonstro minha satisfação com esse encaminhamento do Fórum Nacional e da Conferência Estadual, percebo que caminha com tranquilidade outra posição que tenho defendido. Faremos, sim, mudança no campo sindical assegurando a liberdade e a autonomia, mas sem alterar o art. 8º da Constituição, que, de 1986 a 1988, tive a alegria de redigir com o falecido Governador Mário Covas, além de Ulysses Guimarães, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Olívio Dutra.

Sr. Presidente, vejo que os principais jornais deste fim de semana sinalizam que uma forma de combater o desemprego é melhorar a renda do povo brasileiro. Se conseguirmos fazer com que o nosso povo tenha um salário melhor, reativaremos o mercado interno e, consequentemente, as pessoas comprão mais e produzirão mais. Então, mais empregos serão gerados.

Gostaria ainda de dizer, Sr. Presidente, que, para mim, foi muito importante a decisão tomada pelo Governo Lula, mediante decreto assinado pelo Ministro Berzoini – novamente destaco esse assunto que já comentei outro dia –, de assegurar àquele trabalhador que atua em área insalubre, penosa ou perigosa uma compensação pela condição de vida e de saúde gerada por exercer atividade em situações que prejudicam seu número de anos de vida. Então, para cada dez anos em que atuar em área insalubre, penosa ou perigosa, esse trabalhador contará 14 anos – ou seja, serão somados 40% para efeito de aposentadoria. Esse decreto do Presidente Lula beneficiará de imediato 155.000 trabalhadores. Alguns inclusive estavam com pendência na Justiça.

Sr. Presidente, para concluir, registro que hoje o Rio Grande do Sul está em festa porque o Grêmio, clube de renome nacional e internacional, completa cem anos. Em 15 de setembro comemora-se o centenário da fundação do Grêmio. Resumo minha homenagem nestas palavras: a história do Grêmio, iniciada no dia 15 de setembro de 1903, quando um grupo de comerciantes assinou a ata de fundação do clube, pode ser contada em números. Foram 33 títulos gaúchos, quatro Copas do Brasil, dois Campeonatos Brasileiros, duas Copas Libertadores da América, uma Recopa e um título mundial.

Faço o destaque, numa homenagem ao Grêmio, como faria ao Inter, até porque, na verdade, como V. Exª sabe, Sr. Presidente, sou torcedor mesmo é do Caxias, clube da cidade onde nasci.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Hélio Costa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, pretendo fazer uma comunicação urgente, em nome do PFL, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia. Logo em seguida, será atendida a solicitação do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs e Srs. Senadores, na semana passada, a Argentina conseguiu uma grande vitória nas negociações que vinha fazendo há vários meses com o Fundo Monetário Internacional. Todo o crédito foi para o Presidente Néstor Kirchner, porque conduziu esses entendimentos de uma forma firme, dura e, sobretudo, altaneira, mostrando que o povo argentino está decidido a trabalhar pela recuperação do país. A posição do Presidente foi tão firme, que ontem conseguiu virar a eleição municipal em Buenos Aires. O candidato da oposição, Mauricio Macri, que já estava com o primeiro turno vencido, acabou perdendo ontem o segundo turno, surpreendentemente, para o candidato do Presidente, Aníbal Ibarra.

Estou fazendo essa observação, Sr. Presidente, porque o Brasil está numa posição diferente. O Brasil nunca se deixou chegar à situação a que chegou a Argentina nos últimos meses, a ponto de, há duas semanas, correr o risco dar o calote no Fundo Monetário Internacional.

O Brasil, nestes primeiros oito meses do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu a credibilidade internacional, conseguiu reduzir o risco País de 2.400 pontos para 640 pontos e hoje conseguiu trazer de volta os investidores de longo prazo, não aqueles que vêm apenas para se aproveitarem de uma taxa de juros surpreendentemente melhor do que em qualquer outro lugar do mundo, mas aqueles investidores que vêm para realmente ficar, criar empregos, fazer funcionar, gerar e aquecer a nossa economia.

O Brasil consegue, nestes primeiros oito meses, a credibilidade internacional, o respeito da comunidade internacional. Por essa razão, é tão importante fazer essa correlação, porque agora, quando estamos prestes a refazer o acordo Brasil–Fundo Monetário Internacional, o Brasil pode dar-se ao luxo de dizer que não tem interesse de fazer, neste momento, a renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Não é necessariamente essa a necessidade que existe no momento, porque o Brasil está agora numa posição de força para negociar, para fazer realmente um ajuste que não seja tão duro como foi no passado esse acordo com o FMI. Na verdade, nos últimos anos, mais de dez anos, o Brasil vem, em todos os anos, na dependência de acertar e fechar o acordo com o FMI. Caso contrário, entraria em colapso a sua economia e os nossos investidores desapareceriam. O Brasil corria todos esses riscos. Não corre mais!

Agora, o Brasil pode negociar, partindo do pressuposto de que não precisa assinar um novo acordo. O Brasil não tem necessariamente de fazer um acordo com o FMI. Pode-se dar a esse luxo! Devemos até fazer, porque vai garantir ao País recursos em qualquer circunstância, principalmente para emergências, quando poderá sacar o que tem direito no Fundo Monetário Internacional. Mas não precisa fazê-lo! E, por não precisar refazer o acordo, o Brasil vai aproveitar a mesma seriedade com que o Presidente Lula conduziu as ações, nestes oito meses, para fazer a recuperação da economia. O Brasil vai poder agora discutir em alto nível com o Fundo Monetário Internacional. Ou seja, as imposições que existem no atual contrato têm de ser renegociadas, a começar pelo engessamento de todas as negociações, engessamento feito pelo art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede o próprio Governo de investir, que impede os Estados de renegociarem suas dívidas e que impede as cidades de contraírem o famoso e conhecido empréstimo com o BNDES para saneamento básico. Isso ocorre porque o Fundo Monetário Internacional entende que investimentos em saneamento, em habi-

tação e em linhas de transmissão de companhias energéticas estatais são considerados déficit público. Por se tratar de déficit público, esses investimentos contam contra o Brasil no momento de qualquer entendimento ou ajuste que passe pelo acordo do FMI.

Ora, Sr. Presidente, se uma estatal modelo, como a Cemig ou a Companhia Energética do Paraná, necessita de uma nova empresa ou de uma intervenção imediata em linhas de transmissão, não pode fazer esse investimento por ser considerado déficit público. Não podemos fazer investimento na energia que se precisa levar ao Jequitinhonha ou ao norte de Minas Gerais, a fim de que aquela região se desenvolva, porque não podemos investir em linhas de transmissão. Da mesma forma, as empresas estatais e até municipais com direito a conseguir recursos para saneamento não podem fazer empréstimos, pois saneamento, como tipo de investimento, é déficit público e está certamente amarrado, engessado pelo art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vai também impedir que as cidades, os Estados façam esse tipo de empréstimo, esse tipo de transação financeiro-comercial.

Ora, Sr. Presidente, é lamentável que isso ocorra com um país como o nosso, onde 60% das residências, principalmente as do interior, ainda não dispõem de esgoto, ainda não têm como despejar o seu esgoto. Toda cidade do interior de meu Estado que visito tem esse problema, cidade de 100, 200 mil habitantes.

A região metropolitana de Belo Horizonte tem mais de quatro milhões de habitantes; mas só no ano passado foi inaugurada a primeira estação de tratamento de esgoto da capital mineira. Antes, até o ano passado, o esgoto de toda a Belo Horizonte era despejado no rio Arrudas, que desaguava no rio das Velhas, que acabava no rio São Francisco, poluindo todas as regiões por onde passa o grande rio.

Infelizmente, essa é a situação que estamos vivendo. E não podemos fazer investimentos, porque estamos amarrados à Lei de Responsabilidade Fiscal, a seu art. 35 – e o FMI insiste que não podemos desamarra.

O mesmo ocorre com a habitação, que também é considerada pelo FMI, em seu presente acordo, como déficit público. Assim, ficaremos permanentemente sem condições de fazer casa popular. Se o Presidente Lula quiser lançar um grande programa nacional – como há no Ministério das Cidades a previsão de um grande mutirão de construção de casas populares no País –, não poderá, pois, na realidade, não terá, sequer, como aplicar recursos, porque o

programa de habitação popular está amarrado no acordo do FMI.

Por essa razão, Sr. Presidente, citei o caso da Argentina no começo de meu discurso, que vinha, nos últimos meses, anunciando que pediria a moratória de suas pendências com o Fundo Monetário Internacional, mas conseguiu convencê-lo a aceitar as suas posições, as suas exigências.

O Brasil está bem melhor, está lá na frente, já superou todos esses momentos difíceis. O Brasil já está em condições de fazer propostas ao FMI, pois, afinal de contas, é o seu maior credor, uma vez que 40% de todo o investimento do FMI na América Latina está no Brasil.

Então, temos que trabalhar dentro de uma proposta firme, sólida, que vise, sobretudo, a corrigir essas injustiças que o acordo ainda em vigor – e que termina no final deste ano – impôs à economia brasileira e à sociedade brasileira.

Por essa razão, o Ministro Antônio Palocci tem falado com absoluta convicção que o Brasil não precisa renovar com o Fundo Monetário Internacional. Esse é o mesmo motivo que tem levado o Presidente Lula a dizer que não temos de renovar. Podemos e devemos até renovar, mas não com esse engessamento proposto que persiste há quase dez anos.

Em todo final de ano, nos últimos oito anos principalmente, havia aquela correria para saber se o Brasil conseguiria ou não fechar o ano, se conseguiria ou não superar a meta estabelecida pelo FMI, e vinham para cá os diretores do FMI, que se apresentam como os senhores absolutos da situação.

Pois agora, este Governo consegue, em oito meses, superar, quase duplicar a exigência imposta pelo FMI para o superávit primário, praticamente o dobro do solicitado, o que certamente trouxe muita dificuldade para o Governo. Foram penosos esses primeiros oito meses, foram difíceis, mas superamos, conseguimos vencer todas as barreiras. E agora o País começa a partir para o desenvolvimento.

Quero também destacar, Sr. Presidente, a posição firme do Brasil na Organização Mundial do Comércio – OMC, na reunião terminada esse fim de semana em Cancún, no México. Foi, mais uma vez, a firmeza do Governo brasileiro que confrontou os países ricos. O Brasil esteve representado pelo Presidente Lula, pela presença firme do nosso chanceler, mostrando que o País tem liderança e que não aceitará as imposições feitas pelos Governos dos Estados Unidos e da União Européia aos subsídios agrícolas, que simplesmente impedem a agricultura brasileira de

competir. Como competiremos? No ano passado, os americanos investiram US\$40 bilhões em subsídios para os produtos agrícolas e a União Européia, US\$35 bilhões em subsídios.

Hoje está em todas as publicações nacionais: uma vaca, na Holanda, recebe um subsídio de US\$3 mil por ano, mais do que recebe um ser humano nos países em desenvolvimento, Sr. Presidente. Trata-se melhor uma vaca na Europa do que um ser humano na África ou em certos lugares da América Latina. E é esse subsídio que torna praticamente impossível ao Brasil competir. Como competiremos com a soja, com o suco de laranja? Somos o segundo maior produtor de soja do mundo, caminhando para sermos o primeiro, e já somos o primeiro produtor de suco de laranja. Mas como continuaremos vendendo suco de laranja com o subsídio imposto por esses países todos, ou com as sobretaxas que impõem aos nossos produtos agrícolas? Pouca gente sabe que, quando o nosso suco de laranja chega ao Japão, Sr. Presidente, pagamos uma taxa de 200%. Isso não é uma taxa, mas uma punição, uma imposição que se faz contra o produto brasileiro!

Como competiremos? De que maneira conseguiremos um lugar especial se sobre os 10 produtos que mais exportamos para os Estados Unidos há uma taxação de 40%? No entanto, dos 10 produtos que mais importamos dos Estados Unidos aqui cobramos 14%. Não é justo! O mesmo ocorre com a União Européia. Agora, o Comissário da Agricultura, o Sr. Franz Fischler, da União Européia diz que o Brasil está fora de órbita querendo o fim dos subsídios. Ora, Sr. Presidente, eles é que estão fora de órbita.

Se os Países ricos não entenderem que já têm o absoluto e completo domínio das exportações dos manufaturados e que cabe aos países em desenvolvimento que têm competência, como o Brasil com sua agricultura, de produzir mais e exportar, porque é na agricultura que conseguiremos essa paridade na exportação, como o Brasil vai vencer esse desafio da globalização? Como poderemos representar o progresso que esperamos não só para nós, mas para toda a América Latina?

A região do mundo que mais produz está entre Brasil e Argentina. Conseguimos superar todas as marcas de competência na produção de soja, de milho, de suco de laranja. Somos os maiores produtores de açúcar, no entanto, a Europa impõe uma barreira de 40% de taxa sobre nosso açúcar. Por quê? De onde tiraram isso? Será que fazemos o mesmo com os produtos que importamos? Por acaso, taxamos os vinhos franceses em 40%?

Não podemos, Sr. Presidente, não temos como permitir que persista essa disparidade, os países ricos dominando o comércio internacional e pedindo aos países pobres que apenas contribuam com seu trabalho, que não será bem remunerado porque nossos produtos não obterão preços competitivos lá fora.

Na verdade, voltamos à velha posição de que os países ricos têm que entender que o equilíbrio social se faz pela América do Sul, América Central, África e partes da Ásia e que a diferença do Norte para o Sul precisa ser atendida e diminuída, porque, enquanto continuarem os muito ricos dominando os muito pobres, não vamos conseguir igualdade e justiça social em todo o mundo.

Volto a dizer da firmeza com que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva atuou nessa questão do Fundo Monetário Internacional e da maneira firme como o Ministro Antonio Palocci vem defendendo a posição do Brasil de só agora firmar um acordo com o FMI se forem retiradas as cláusulas que engessam o investimento que precisa ser feito no setor social e energético.

Insisto ainda que os investimentos em energia, na abertura de novos espaços em linhas de transmissão por todo o Brasil, são empregos. Trata-se da geração de energia para outras regiões do País. Da mesma forma, empresas que necessitam investir no saneamento básico precisam acabar com as amarras impostas pelo acordo do FMI. E a certeza, Sr. Presidente, de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Antonio Palocci estão trabalhando para que esse acordo seja renovado lá na frente, mas de uma forma que não prejudique as propostas de investimentos sociais do País.

Por essa razão, Sr. Presidente, faço aqui uma saudação muito especial àqueles que estiveram à frente dessas negociações e, sobretudo, também pela posição firme do Brasil, adotada neste fim de semana na reunião de Cancún, em defesa daqueles que produzem com competência na agricultura. Não aceitamos mais a imposição dos países ricos, notadamente Estados Unidos e União Européia, com subsídios absurdos que concedem neste momento, inviabilizando aqueles que trabalham na agricultura, aqueles que realmente vivem do solo, aqueles que, como no Brasil inteiro – sabemos -, fazem do solo a sua maneira de viver honestamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, do PFL do Estado do Mato Grosso, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário,

nos termos do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Como Líder. Para um comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, estamos chegando agora de Cancún, no México, onde fomos representar o Congresso Nacional nessa rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC). Pedi a palavra em nome do PFL porque foi o próprio Partido que sugeriu o meu nome.

Exatamente como aqui se manifestou o eminente Senador Hélio Costa, assistimos à presença viva e vibrante dos negociadores que falavam pelo Brasil, sob o comando do Embaixador Celso Amorim, e, ao seu lado, os Ministros Roberto Rodrigues, Luiz Fernando Furlan, Miguel Rossetto e tantos outros embai-xadores e assessores que discutiram e organizaram, por meio dessa liderança, um movimento muito grande naquela rodada de negociação.

Depois de três dias, o documento do Presidente da Organização Mundial do Comércio, publicado ontem, contemplava o Brasil e os países em desenvolvimento, organizados no chamado Grupo dos Vinte, que congrega os principais países em desenvolvimento ligados à produção agrícola. Diria que esse grupo foi tão simpático que mais três outros países também a eles se filiaram para defender o que o Brasil estava pleiteando. Foi exatamente o que o Senador Hélio Costa disse.

A discussão na Organização Mundial do Comércio é muito ampla. Trata-se, afinal, do comércio entre os países do mundo. Porém, o Presidente Lula disse ao Presidente dos Estados Unidos que se o Brasil e os países em desenvolvimento não obtivessem o necessário acesso à agricultura, evidentemente não haveria continuidade nas negociações.

O relatório final da Presidência da Organização Mundial do Comércio frustrou a maioria dos países presentes. Quando eles se reuniram em grupos, como o de Cairns, da África e o Grupo dos 22, redigiram emendas que foram remetidas aos representantes dos países que coordenavam os trabalhos. Não sendo aceitas as emendas, evidentemente, Sr. Presidente, morreu a rodada de Cancún.

Repto, o Brasil defendia o entendimento, também adotado por outros países, de que se não houvesse avanço na agricultura não haveria avanço em outras áreas.

O Brasil queria basicamente que diminuíssem ou que extinguissem os subsídios à exportação dos produtos agrícolas. E os países da Unidade Européia,

bem como os Estados Unidos, não aceitaram e nem quiseram conversar a esse respeito.

Outro importante assunto é o acesso dos produtos dos países em desenvolvimento àqueles mercados, tanto o europeu quanto o americano. Essa proposta também não foi aceita. Portanto, países europeus e os Estados Unidos continuam taxando violentamente o nosso produto quando ali chega, dificultando a sua comercialização.

Por isso, Sr. Presidente, estou me inscrevendo para, na quarta-feira, juntamente com os Senadores José Maranhão e Heráclito Fortes, – nós três participamos desse encontro – debater longamente esse assunto. Também combinamos com o Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para, na quinta-feira, realizarmos também discussão dessa matéria, e se V. Ex^a permitir, convidar alguns assessores que estiveram permanentemente debatendo essas causas a favor do Brasil e dos países em desenvolvimento.

Senador Eduardo Suplicy, a presença do Brasil foi magnífica. Não houve resultado negativo nessa rodada para os países em desenvolvimento em função da força do Brasil e do Grupo dos 22, comandados pelo Embaixador Celso Amorim. Se não fosse a presença do Brasil comandando esse grupo, evidentemente, seria pior; haveria um regresso, ao invés de progresso, naquilo que já estava estipulado na OMC até agora em relação a essas negociações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Jonas Pinheiro, permite-me V. Ex^a um breve aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Se o nosso Presidente concordar, já que estou em breve comunicação, eu gostaria de também ouvi-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem, já que inexiste aparte à breve comunicação

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu informo que na próxima quinta-feira às 10 horas receberemos a Embaixadora do México, Cecília Souto, para que S. Ex^a exponha as consequências do Nafta para o desenvolvimento daquele país. Dadas a relevância e a importância do Senado Federal em conhecer muito bem a atuação da delegação brasileira presidida pelo Ministro Celso Amorim; a participação dos Srs.

Senadores Jonas Pinheiro, José Maranhão e Heráclito Fortes, e para que saibamos como foi essa participação do Senado Federal, eu convido os três Srs. Senadores. Esta oportunidade creio que será importante para a Embaixadora do México ouvir, mesmo que brevemente, um relato dos três Srs. Senadores sobre a participação da delegação brasileira. Reforço o convite a V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, extensivo aos dois Srs. Senadores, para que compareçam, às 10 horas, na nossa reunião ordinária de quinta-feira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedemos a palavra ao Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, por cessão do Senador Valmir Amaral.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de tudo, quero parabenizar os organizadores da passeata “Brasil sem armas”, realizada ontem com enorme sucesso na praia de Copacabana, com mais de quarenta e cinco mil pessoas. Essa iniciativa, coordenada pelo Viva Rio, sem dúvida alguma, vai colaborar com o esforço de toda a sociedade de reduzir a banalização das armas e a violência que hoje atinge as famílias brasileiras.

Nem mesmo, Sr. Presidente, a chuva de ontem no Rio de Janeiro impediu que manifestantes cobrassem a aprovação do Estatuto do Desarmamento com a maior urgência possível. É dessa lei amplamente debatida no Senado Federal no mês de julho passado que depende o futuro de nossas gerações, de nossos filhos, de nossos netos.

Sr. Presidente, estou confiante que a Câmara vai analisar, com a maior celeridade possível, o projeto sobre o controle de armas. A legislação vigente é muito permissiva e mesmo que fosse cumprida pouco faria para conter o tráfico de armas. Sem as mudanças propostas, o descontrole vai continuar com o seu rastro de sangue por todo o País. O Estatuto, Sr. Presidente, contempla ações que permitirão um controle mínimo dos armamentos. Não podemos aceitar de forma alguma que haja adiamentos na realização do **referendum** sobre a proibição de armas ou não da venda de armas e munições em todo o território nacional. Esse ponto do estatuto é crucial porque é a população quem deve dizer se quer ou não continuar convivendo com estatísticas que só fazem envergonhar o nosso País.

Somos o campeão mundial em quatro tipos de crimes praticados com armas de fogo, conforme apurou estudo das Nações Unidas, mas o problema, Sr.

Presidente, não é só do Brasil, o problema é de todo o planeta. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas 15% dos autores de homicídios com armas não conheciam as suas vítimas; na Austrália, só 15,6%, e na Argentina, Sr. Presidente, apenas 10%. Portanto, não seria um exagero dizer que quem tem arma em casa pode muito bem estar dormindo com o inimigo.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, outro tema que me traz à tribuna nesta tarde é o protecionismo internacional e suas consequências aos países em desenvolvimento. Como todos sabemos, pela segunda vez em quatro anos, terminou sem acordo a rodada da Organização Mundial do Comércio, em Cancún, no México. Foi, infelizmente, uma reprise do fracasso de Seattle, em dezembro de 1999, nos Estados Unidos, quando as negociações também foram suspensas.

Se em Seattle o embate era entre Estados Unidos e União Européia, em Cancún, as duas grandes potências estiveram do mesmo lado, e o confronto ocorreu exatamente entre os países ricos e as nações em desenvolvimento. Para dar continuidade às negociações, os ministros presentes em Cancún decidiram marcar para 15 de dezembro uma reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio, em Genebra.

Nos quatro dias do encontro no México, os subsídios agrícolas dos países ricos estiveram no centro do debate. O texto final do encontro propunha o fim dos subsídios de forma gradual e apenas para uma lista de produtos, enquanto o Brasil e outros países prejudicados por barreiras internacionais pleiteavam a eliminação rápida e completa dos incentivos. Por isso, o documento acabou ficando de lado. Sem dúvida nenhuma, foi a intransigência das nações mais poderosas que fez o encontro terminar em fracasso.

Entretanto, o Brasil tem o que comemorar: saímos desse processo mais fortes do que entramos. Víramos uma espécie de porta-voz dos países menos favorecidos junto às maiores potências mundiais e alcançamos uma liderança inédita, durante a reunião. Esse novo papel assumido pelo Brasil, aliado a uma nova postura de países que integram o G-22 – o grupo de países em desenvolvimento –, está criando uma nova dinâmica nas negociações e fortalecendo o lado que sempre foi mais fraco. Essa mudança de paradigma tem seus motivos.

É preciso, Sr. Presidente, que seja evidenciado o direito de adotarmos políticas agrícolas e industriais adaptadas à nossas realidade, com objetivos não puramente econômicos, mas sociais, o que significa fle-

xibilidade para exigir dos outros países um dado tipo de compromissos.

Além disso, nessas horas, devemos nos lembrar que nunca se cumprem as formidáveis benesses que adviriam do livre comércio, conforme propalam, uma e outra vez, os países ricos. Para reforçar este argumento, cito aqui estudo do Banco Mundial que previu: se concluída satisfatoriamente no final de 2004, tal como previsto, a nova rodada comercial tiraria 144 milhões de pessoas da pobreza e representaria um acréscimo de cerca de US\$520 bilhões à renda global até 2015.

Números, Sr. Presidente, extremamente sedutores, não fosse o fato de que, depois de terminado o ciclo anterior de liberalização comercial – a Rodada Uruguai, de 1986 a 1993 – cálculos similares foram anunciados. E, mais ainda, se dizia que a maior parte do bolo do crescimento iria para os países em desenvolvimento.

Como sabemos, ocorreu o contrário. Pior: temas de interesse para os países em desenvolvimento continuam pendentes de implementação. Enquanto o comércio de bens não-agrícolas foi fortemente liberalizado nos últimos 20 anos, a agricultura continua sendo o reinado da proteção por parte dos países desenvolvidos, que gastam cerca de US\$1 bilhão por dia para proteger seus produtores. Idêntica é a situação dos produtos têxteis, ou do aço, áreas em que alguns países em desenvolvimento têm grande competitividade, mas enfrentam, sem dúvida, as barreiras dos ricos.

E essa postura altamente conservadora dos mais poderosos é inexplicável, já que, à medida que países como Brasil e Índia se tornam mais prósperos, isso seria favorável às grandes nações que veriam suas pressões, como as de Cancún, se reduzirem drasticamente. Um processo de abertura dos países ricos até 2005, por exemplo, produziria ganhos de mais de US\$3 bilhões anuais para o Brasil e de US\$14 bilhões para a América Latina.

Além disso, Sr. Presidente, há efeitos colaterais que começam a surgir. O que acontecerá agora, por exemplo, com as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas? Como os Estados Unidos sempre se recusaram a discutir a eliminação dos subsídios agrícolas fora da OMC, ou as negociações sobre a Alca travam de vez, ou os Estados Unidos, diante da falta de avanços na OMC, resolvem pôr a questão dos subsídios agrícolas na mesa.

As barreiras que os produtos de nossos países enfrentam são intransponíveis: subvenções agrícolas, sobretaxas industriais, obstáculos alfandegários, medidas discriminatórias e cotas. Sr. Presidente, são

ações que ameaçam anular o potencial igualitário do comércio internacional.

As práticas desleais de comércio continuam comprometendo as perspectivas de desenvolvimento dos nossos países. Hoje, como demonstrou a reunião de Cancún, cresce a percepção de que essas barreiras são instrumentos de defesa dos privilégios dos mais ricos.

O protecionismo, Sr. Presidente, é uma assimetria da globalização que, se resultar em uma conclusão lógica, dará lugar ao sistema internacional mais justo e competitivo. O comércio não é um fim em si mesmo e serve para gerar empregos, desenvolver tecnologia e suprimir desigualdades.

Como se vê, o fracasso desta vez pode ter sido decorrência inevitável do poder, mas não poderá ser assim para sempre. Um dia o mundo terá de acordar para a realidade dos países menos favorecidos e tratar de igual para igual quem ainda não tem força, mas quer caminhar firmemente na direção do desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Líder do PFL, Senador José Agripino.

Em seguida, falará o Senador Papaléo Paes, do Amapá, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, devo confessar a V. Ex^{as}s que ando muito preocupado com uma coisa que para mim está cada vez mais nítida na ação e nas atitudes do Governo atual do Brasil. Entendo que o Governo do Presidente Lula tem um claro e competente projeto de poder. Não consigo enxergar o competente e correto projeto de Governo. Quero exemplificar e explicitar a minha preocupação.

Senador Rodolpho Tourinho, nós que sempre chegamos ao Congresso Nacional pela porta da frente, de uns dias para cá, estamos extasiados com a mudança do cartão postal mais importante de Brasília, que é a foto de frente do Congresso Nacional, a cúpula côncava e a cúpula convexa, da Câmara e do Senado, ladeando os dois blocos dos dois anexos do Congresso Nacional.

Encontramos esse cartão postal no mundo inteiro, mas agora ele está mudado, ousadamente mudado, Senador Jonas Pinheiro. Eu não sei o que o Arquiteto Oscar Niemeyer pode ter achado da desfiguração que o atual Governo praticou na fachada do Congresso Nacional, que virou um porta-estandarte de propaganda do Governo.

Sr. Presidente, V. Ex^a já reparou o que está lá? É um **outdoor** monumental, eu nunca vi um tão grande na minha vida, nem em Time Square, na Broadway, nos Estados Unidos, uma propaganda de uma intenção do Governo, um programa educacional que o Governo diz que vai fazer, como diz que vai fazer pelo Brasil inteiro o Programa Fome Zero, que está lá em Guaribas, no Estado de V. Ex^a, cheio de denúncias de que os beneficiados são aliciados a se filiarem ao Partido dos Trabalhadores, e isso e aquilo, e aquilo outro.

É incrível, Senador Jonas Pinheiro, o Governo ousar desfigurar o principal cartão postal de Brasília, ousar desafiar o recato, o quase egoísmo autoral, elo-giável, do arquiteto Oscar Niemeyer, que não permite mexer em nada do que fez, porque, mais do que arquiteto, é ele um artista plástico da Arquitetura. Jogaram ali dois enormes estandartes de propaganda do Governo. Vi aquilo pela primeira vez no dia da manifestação dos prefeitos, em frente à Esplanada. Causou-me espécie, mas pensei que isso fosse durar um dia ou dois. Está lá até hoje e nem sei quando vai ser retirado. Também não sei se houve autorização do Congresso Nacional para que aquilo acontecesse. Não sei se o Poder Executivo pediu licença ao Poder Legislativo para desfigurar o cartão postal do Congresso Nacional brasileiro. Essa foi a preocupação que tive, a qual tomou forma – olhos no lugar dos olhos, nariz no lugar do nariz, boca no lugar da boca e a fisionomia completa – na hora em que li no final dessa semana uma reportagem sobre a remontagem que estão operando na **Radiobras**: estão demitindo funcionários de carreira e admitindo funcionários oriundos da iniciativa privada, com salários gordos, de R\$6 mil a R\$8 mil. Creio que um dos predicados mais considerados para a contratação desses profissionais deve ser, como é o exemplo do Governo atual, a ficha de filiação ou a militância no Partido dos Trabalhadores.

A verdade é que estão fazendo uma remodelação na **Radiobras**, que é uma instituição que, ao longo dos anos, prestou serviços na comunicação oficial ao cidadão, comunicava os feitos do Governo. Agora, não. Estão anunciando que ela vai prestar um serviço a pelo menos cem milhões de brasileiros, chegando aos bolsões, como se nos bolsões do Brasil não existissem as parabólicas que recebem o sinal da **TV Globo**, da **Record**, do **SBT**, da **Bandeirantes**, de toda a parte.

O que me parece é que querem chegar aos bolsões com a versão dos fatos dada pelo Governo Federal, porque estão com a contratação de funcionários novos, de servidores novos, de jornalistas novos.

Estão, sim, anunciando que irão ampliar o leque de informações, que darão informações sobre esportes, lazer e sobre tudo o mais, só que terão a oportunidade de atrair o público, dar a sua versão dos fatos, usando o dinheiro público.

Estão montando uma máquina para chegar a cem milhões de pessoas, demitindo, repito, antigos funcionários de carreira e atrair gente nova do setor privado. Estão agigantando a **Radiobrás**, transformando-a numa super DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas.

Tenho receio de que se esteja querendo reeditar o antigo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, que não é de saudosa memória. Mais do que isso tudo, preocupou-me a declaração que ouvi do novo Presidente da **Radiobrás**, filiado ao PT – claro, ele declara que é filiado ao PT desde os anos oitenta. Depois de fazer uma série de considerações sobre o novo modelo da **Radiobrás**, o que pretende, os seus planos – ele não esconde que deseja chegar a toda parte com a versão oficial da ação do Governo do PT –, declara: A notícia, em meu entender, pode circular como mercadoria [a notícia para ele é uma mercadoria] como a medicina; mas, como a saúde, é um direito.

V. Ex^a, Sr. Presidente, é médico. Para o Presidente da Radiobrás, a notícia é uma mercadoria como a medicina. Tanto a notícia como a medicina e o direito à saúde são direitos.

Acho curioso, Senador Rodolpho Tourinho. No Inca – Instituto Nacional do Câncer, o que aconteceu não foi esse esquema competente de contratação de funcionários novos, de estabelecimento de metas fantásticas, de domínio absoluto do setor, de comunicação competente e de garra. O que aconteceu foi o desbaratamento de um setor de saúde pública fundamental ao interesse do cidadão. Na Anvisa, a mesma coisa. E aqui, o Presidente da Radiobrás se arvora na comparação entre a saúde e a notícia.

O que receio e venho denunciar neste momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que este Governo é muito bom de comunicação, mas erra, se equivoca na hora em que não percebe uma coisa: o povo acredita no que vê, não no que lhe dizem.

O Governo do PT não disse, até hoje, a que veio. Já são nove meses, estamos completando a gestão. Na educação, na saúde e na segurança, nada de novo acontece. O que acontece é aumento de imposto e proposta de reforma da previdência e de reforma tributária, que penalizam o cidadão. Fora isso, não disse ainda a que veio. Mas estira o estandarte à frente do Congresso Nacional, ousadamente, passando

por cima de muitos, e cria uma **Radiobrás**, como que dizendo: Vou fazer a cabeça do povo, vou operar a lavagem cerebral e estou me preparando para isso.

Não está não, Sr. Presidente. Pois, desta tribuna, para defender o interesse nacional, estaremos sempre lembrando o que é dever do Governo, direito do cidadão – o que não está acontecendo neste País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, em permuta com o Senador Maguito Vilela.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ao subir nesta tribuna para prestar minhas homenagens aos 57 anos da **Rádio Difusora de Macapá**, comemorados no dia 11 de setembro deste ano, vieram à lembrança as notáveis palavras de Roquette Pinto, quando da inauguração da **Rádio Sociedade do Rio de Janeiro**, por ele fundada em 1923. Naquela oportunidade, o antropólogo carioca, olhando com otimismo o futuro da radiodifusão, disse o seguinte: “Todos os lares espalhados pelo imenso território do Brasil receberão livremente o conforto da ciência e da arte (...) pelo milagre das ondas misteriosas que transportam no espaço, misteriosamente, as harmonias”.

O sentido da minha homenagem pelos 57 anos da **Rádio Difusora de Macapá**, que inaugura seu Departamento de Acervo Fotográfico, com a Sala da Memória e Pesquisa, e o serviço intitulado **Rádio Online**, é o de reconhecer a importância sociocultural dessa emissora. Afinal, ela é pioneira em levar informações de qualidade a todos os rincões do Estado do Amapá. Nos dias de hoje, tenho a certeza de que serviços como a **Rádio Online** contribuirão ainda mais para consolidar a **Rádio Difusora de Macapá** como marco da comunicação amapaense.

Em verdade, a história da **Rádio Difusora de Macapá** se confunde com a própria trajetória dos pioneiros que fazem do Estado do Amapá uma das jóias mais cobiçadas da região Norte brasileira. Como deixar de mencionar o pioneirismo e a coragem de um Heracílides Macêdo, responsável por irradiar o som amplificado por meio de alto-falantes na Praça da Matriz e na Praça do Barão do Rio Branco, lá pelos idos de 1945?

Como nos esquecemos do ex-Governador do Território, Capitão Janary Nunes, e do Primeiro-Tenente e jornalista Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque, responsáveis pelas primeiras transmissões de programas específicos sobre o Amapá?

Já era passada a hora de fundarmos um acervo fotográfico permanente dos pioneiros da **Rádio** que fizesse justiça ao imensurável papel social que prestaram junto à comunidade amapaense. Pois quando o acesso aos povoados era precário, quando os meios de transporte eram significativamente mais limitados, a existência de uma radiodifusão de qualidade era a garantia do contato permanente com a cultura, com a informação e o entretenimento.

Apesar de a radiodifusão amapaense ser anterior a 1946, convencionou-se estabelecer o dia 11 de setembro de 1946 como o início das atividades da **Rádio Difusora de Macapá** por ter sido nesta data que a aparelhagem da Rádio mudou, em definitivo, para a Rua Cândido Mendes, onde a emissora se encontra instalada até hoje.

Aliás, a preocupação com a utilidade pública marca, desde a concepção, a trajetória da **Rádio Difusora de Macapá**. Para confirmar essa assertiva, basta evocarmos a saudosa noite de inauguração da **Rádio**, que contou com a participação do Dr. Carlos Alberto Monteiro Leite, médico com exercício no Hospital Geral de Macapá, que proferiu palestra sobre a Campanha Antituberculose.

O aproveitamento do alcance social da radiodifusão para levar dicas de saúde, noticiário político e músicas de todas as partes do mundo fez da **Rádio Difusora de Macapá**, desde logo, uma referência da transmissão radiofônica em toda a região Norte. Com o fito de exemplificarmos a importância da rádio para a sociedade do Amapá, é válido lembrar que sua discoteca, iniciada com acervo de 200 obras, foi durante vários anos referência de toda a Amazônia, levando ao ar obras populares, clássicas, de câmara e até óperas completas.

A pujança e o alcance social da **Rádio Difusora de Macapá** serviram, desde a inauguração, para desmistificar a falácia do argumento, muito em voga nos primeiros tempos da televisão, segundo o qual a televisão, por ser meio “mais completo” por apresentar, simultaneamente, som e imagem, condenaria o rádio à morte e aos museus de antigüidades.

Ao observarmos penetração da **Rádio Difusora de Macapá** na sociedade de meu Estado, é inevitável reconhecer o prestígio do rádio nas camadas populares, como comprovam as elevadas audiências de programas direcionados ao grande público. Mas a verdade é que a **Rádio Difusora de Macapá** alcança, com a diversidade de sua programação, todo o espectro social do Amapá ao cobrir eventos culturais e oficiais

ocorridos no Estado e ao excursionar pelo interior do território com a Caravana da Boa Amizade.

É com muita alegria, pois, que celebramos mais um aniversário da **Rádio**, que faz, nessa oportunidade, com a instalação do Departamento do Acervo Fotográfico, justa e merecida homenagem àqueles que superaram todas as dificuldades e as precariedades em nome de um ideal de servir à sociedade amapaense.

A inauguração da **Rádio Online** significa o reforço do papel da **Rádio Difusora de Macapá** como referência regional na busca, na transmissão e na análise do que acontece de importante no Estado, no Brasil e no mundo. O milagre das ondas misteriosas que transportam no espaço as maravilhas da ciência, das artes e das manifestações populares mais genuínas, como diria o saudoso Roquette Pinto, tem na **Rádio Difusora de Macapá** um de seus mais fiéis aliados.

O rádio, esse veículo de comunicação que aproxima as pessoas dos lugares mais remotos, conduz, ainda que de forma indireta, ao diálogo e ao entendimento entre os homens. Tais atributos, tão urgentes quanto escassos, ganham especial significado em tempos em que o 11 de setembro, data de fundação da **Rádio Difusora de Macapá**, é também lembrado como símbolo de nossas piores discordias.

Receba, pois, a **Rádio Difusora de Macapá** nossa sincera homenagem e nossos votos de que continue a aproximar as pessoas através das ondas do rádio.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Papaléo Paes, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Papaléo Paes, gostaria apenas de somar-me aos aplausos, aos parabéns que V. Ex^a faz à **Rádio Difusora de Macapá**. Como amazônica, quero dar meu depoimento sobre a importância das rádios na Amazônia. Não fossem essas, a Amazônia estaria até hoje ouvindo apenas **A Voz da América**, pregando tão-somente o pensamento norte-americano de ser, e a **Voz de Cuba**, que eram as rádios alcançadas na Amazônia. Hoje, com a **Rádio Difusora de Macapá**, de Roraima e tantas outras, podemos efetivamente integrar melhor o Brasil. Felizmente, houve uma democratização grande na concessão de rádios na Amazônia, mas precisamos liberalizar mais ainda, porque a presença de rádios naquele grande território brasileiro e nas fronteiras, principalmente as mais dis-

tantes, é com certeza um fator de integração nacional. Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a pela referência muito importante que fez. Temos uma preocupação na nossa região quanto a essa questão das rádios. Precisamos ampliar ainda mais as rádios AM, porque são justamente as que podem alcançar todo o interior da Amazônia.

Como referi em meu pronunciamento, a **Rádio Difusora de Macapá**, no Estado do Amapá, como as de outros Estados – e os nossos são Estados grandes –, de Municípios ou localidades de difícil acesso, serve sim para fazer comunicações, sendo possível até salvar vidas.

Agradeço a V. Ex^a; a sua lembrança foi muito importante. E quero mais uma vez aqui, homenageando a **Rádio Difusora de Macapá**, homenagear também todas as outras rádios da Amazônia e principalmente o povo do meu Estado, o Amapá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Líder do PDT, Senador Osmar Dias, do Paraná, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, aproveito a presença no plenário do Senador Pedro Simon, que já foi Ministro da Agricultura e por quem tenho enorme respeito não apenas por isso, mas por ser um exemplar homem público – S. Ex^a vai falar depois, com mais tempo –, para deixar aqui uma mensagem do PDT sobre as conclusões da rodada de negociações da OMC, que ocorreu em Cancún.

No meu entendimento, o Brasil saiu como entrou, embora o Ministro Roberto Rodrigues tenha dito, hoje, no **Bom Dia Brasil**, que foi muito positivo para o País porque não avançamos, mas também os subsídios não aumentarão. Não posso concordar com essa opinião. Subsídios chegam à ordem de US\$1 bilhão por dia, US\$360 bilhões por ano, o que sufoca a nossa agricultura, que poderia, segundo cálculos dos especialistas, estar exportando hoje US\$15 bilhões a mais por ano se não houvesse esse alto grau de subsídio à agricultura, principalmente à exportação nos países ricos. A situação é intolerável!

Sei que haverá outra rodada de negociação da OMC daqui a dois anos, mas é preciso reconhecer

que as instituições multilaterais estão se enfraquecendo: primeiro, a ONU, no episódio do Iraque, que não foi ouvida nem antes e muito menos depois do conflito. Os episódios que se sucederam depois da guerra do Iraque mostram que a ONU perdeu muito da sua força e da sua importância no cenário internacional. A OMC não conseguiu resolver, nessa rodada de negociações, sequer um conflito de pequena ordem. Quando se colocou à mesa a remoção de algumas dificuldades do comércio internacional, a OMC não conseguiu resolver, e nem quis discutir a questão dos subsídios para a agricultura, um dos 10 pontos em debate nessa rodada de negociações. É lamentável que a OMC, uma instituição que deveria intermediar esses conflitos comerciais, esteja tão fraca hoje diante das exigências dos países ricos.

Como estou falando aqui em nome do PDT, Sr. Presidente, entendo que o Governo brasileiro não pode prosseguir nas negociações de integração do Brasil à Alca com essa condição colocada pelos países ricos. Se os países ricos não fizerem uma revisão muito profunda das suas barreiras tarifárias, das suas barreiras sanitárias e do protecionismo identificado nos altos subsídios colocados na agricultura e no comércio internacional, o Brasil deve, neste momento, com a liderança que pode atuar no mercado internacional – porque já é o maior exportador de soja, de carne, de café e de açúcar –, exigir que os Estados Unidos, especialmente, façam uma revisão dessa política que mata o desenvolvimento dos países pobres e, com isso, cria o desemprego nos países em desenvolvimento. O Brasil deixa de gerar por ano, Sr. Presidente, com esses US\$15 bilhões/ano que deixa de exportar, cerca de 900 mil novos empregos todos os anos.

Sr. Presidente, esse é o meu protesto pelo fato de não termos conseguido sequer discutir as questões mais fundamentais nessa rodada da OMC.

Lamentavelmente, o Governo brasileiro se dá por satisfeita e diz que foi muito positivo o que considero muito negativo, porque ficou tudo como está e, como está, não é bom para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS do novo Estado de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao anunciar minha vinda à tribuna, V. Ex^a falou do novo Estado de Roraima. Na verdade, Roraima e Amapá foram transformados em Estado recentemente, em 1988, quando da promulgação da nova Constituição. E é a propósito da questão dos ex-territórios – do Acre, de Rondônia, do

Amapá e de Roraima – que quero hoje falar, assim como também do ex-Distrito Federal, do Rio de Janeiro. Compõem seus funcionários um quadro em extinção, ou um conjunto de quadros em extinção.

Nesses quadros dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal não pode ser admitido mais ninguém. Eles perderam uma série de vantagens, algumas das quais foram recentemente recompostas em relação aos policiais militares e aos componentes do Corpo de Bombeiros. Mas, várias das vantagens que tinham como funcionários federais dos ex-Territórios Federais, eles as perderam.

Na Reforma da Previdência, Sr. Presidente, eu entendo que eles têm de ser tratados de maneira diferenciada. Eu discordo de muitos pontos, na Reforma da Previdência, com relação aos atuais funcionários públicos. Coloca-se na conta deles o rombo da Previdência de maneira errada e não se explica, para a população, que são situações diferentes. Não se explica, por exemplo, que um empregado da iniciativa privada desconta até um teto, enquanto o funcionalismo desconta sobre a integralidade de seu salário. Isso não é explicitado. Não se diz, por exemplo, que parte do rombo da Previdência deve-se ao fato de que, a partir da Constituição de 1988, se estendeu – o que socialmente é justo – a aposentadoria para os que trabalhavam no campo. Pela comprovação pura e simples de que trabalhou no campo por um tempo da sua vida, concede-se a aposentadoria aos cinqüenta anos. De onde veio o dinheiro para essa aposentadoria socialmente justa? De um bolo para o qual eles nunca contribuíram.

Esses são pontos que ainda vamos discutir aqui no Senado Federal. Tenho divergências profundas, porque entendo que há injustiças em relação ao funcionalismo público, seja ele federal, estadual ou municipal. Coloca-se o servidor público como sendo o vilão dessa história – e não é verdade.

Mas aqui eu quero defender uma situação, Sr. Presidente, mais delicada e injusta ainda: a dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais e do ex-Distrito Federal, o Rio de Janeiro. Cito um exemplo do meu Estado. Em Roraima há um grupo de funcionários, uns na inatividade e outros em atividade, à disposição do Estado de Roraima e que recebem um salário que não tem mais progressão e não inclui uma série de vantagens. Portanto, é um quadro em extinção. O mesmo se aplica ao Amapá, ao Acre, à Rondônia e ao ex-Distrito Federal Rio de Janeiro.

Então, esse grupo de funcionários não chega a ser, Sr. Presidente, igual ao número de funcionários de qualquer órgão federal. É um número pequeno

que diminui a cada ano, naturalmente pela morte desses funcionários e de suas viúvas. Portanto, eu dei entrada hoje em uma emenda em que se excluem, da possível reforma a ser aprovada, os servidores dos ex-Territórios Federais e do ex-Distrito Federal, porque creio que não se pode tratar igualmente os desiguais.

Julgo extremamente injusto taxar uma pessoa que seja inativa, independentemente do corte que se venha fazer, Sr. Presidente. Eu já vi várias estatísticas mostrando que se o corte for em R\$ 2 mil e 400, mais ou menos 80% dos servidores não serão atingidos por ele. Ou melhor, o corte a que me refiro é a taxação proposta de 11%. Analisarei isso tudo com isenção e bastante clareza, sem passionalismo e sem radicalismo de qualquer tipo.

Mas, hoje, eu quero anunciar que estou apresentando essa emenda que tentará excluir do bojo da reforma os funcionários dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Papaléo Paes, do ex-Território do Amapá, atual Estado do Amapá.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, eu não quero, de forma alguma, quebrar o seu raciocínio. Mas eu não poderia deixar de parabenizá-lo pela iniciativa. Nós que somos integrantes e funcionários dos ex-Territórios, e temos, nos nossos Estados, essas peculiaridades que V. Ex^a citou, temos de ser reconhecidos, realmente, pela situação em que vivemos. Parabenizo V. Ex^a pela emenda; eu a subscrevo e deixo, mais uma vez registrado nesta Casa que esta reforma é discriminatória para com o servidor público. Ela tenta jogar para o povo a sensação de que o servidor público é responsável por todas as mazelas que causaram a situação em que vivemos hoje. V. Ex^a já citou algum exemplo do destino inadequado dos recursos com os quais contribuímos, todos nós servidores públicos, para a Previdência. Fica, portanto, o registro da sua preocupação para com o servidor público, principalmente os servidores públicos dos ex-Territórios, como V. Ex^a bem frisou. Trata-se de um quadro em extinção, uma vez que o quadro desses servidores, da feita que vão se aposentando, que vão falecendo, não é recomposto; as viúvas e pensionistas também falecendo, esses recursos não são mais utilizados pelo Estado. Portanto, mais uma vez reforço a felicidade por ouvir de V. Ex^a a proposta de emenda que irá fazer à Reforma da Previdência. Muito obrigado pelo aparte que me concedeu e, mais uma vez, parabéns a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, pois, na verdade, a primeira grande injustiça que, creio, se comete – e a grande imprensa repete de maneira não esclarecedora e não justa – é a pecha de que o servidor público é o responsável pelo desequilíbrio da Previdência Social. Isso não é verdade. E não posso conceber que um país tenha interesse em ver o seu servidor público desacreditado perante a opinião pública. Como o nome está dizendo, servidor público; trata-se da pessoa que serve exatamente ao povo e é pago pelo povo para isso. Existem carreiras tipicamente de Estado que estão sendo apresentadas perante a opinião pública como se fossem detentoras de privilégios, como se fossem marajás, como se não fossem importantes para que o Estado brasileiro, para que a Nação brasileira tenha seus três Poderes funcionando adequadamente. Há situações em que não se pode pensar sequer em substituir a ação do servidor público. Ou será que nós vamos terceirizar, por exemplo, o Poder Judiciário? Ou será que nós vamos terceirizar o papel da Polícia Federal? Ou será que nós vamos terceirizar, por exemplo, o papel dos legisladores? Portanto, há que se pensar em garantir a dignidade do servidor público e em permitir que ele prospere em sua carreira e tenha incentivos para ser servidor público. E neste contexto se ressalta, repito, a questão especialíssima dos funcionários do ex-Territórios Federais, assim como dos inativos, dos pensionistas que hoje são tratados de maneira desigual.

E não se pode amanhã dizer que não se pode fazer essa exceção, porque seria tratar desigualmente os servidores públicos, uma vez que hoje os funcionários do ex-Territórios e do ex-Distrito Federal estão sendo tratados de maneira desigual na legislação.

O que estou propondo é apenas a preservação de um mínimo para esses funcionários, já que, como disse V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, esse é um quadro que vem diminuindo a cada ano e, portanto, a cada ano que passa, diminuem as despesas com esses quadros, seja com o servidor que está na ativa, seja com o servidor que está na inatividade.

Repito: tanto os aposentados e os pensionistas quanto os que estão na atividade dos quadros dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal estão cada vez onerando menos o Governo Federal. Há os que estão trabalhando e há os que estão aposentados porque já trabalharam o suficiente e há os pensionistas que fizeram, de acordo com a lei, por onde merecer sua pensão.

Portanto, neste dia, deixo registrada a minha posição. Agradeço o apoio de V. Ex^a, Sr. Presidente,

como um Senador do Amapá. Quero contar com o apoio de todos os Senadores para corrigirmos mais um pouco a reforma da Previdência. Espero que o Senado Federal realmente aperfeiçoe e faça com que ela saia daqui fazendo jus ao perfil do Presidente Lula, o de um homem justo e que defende aqueles que precisam mais de assistência, não o de um homem que faz generalizações absurdas, dizendo, por exemplo, que determinada categoria ganha muito mais que uma simples empregada doméstica. É lógico. Eu gostaria muito que todas as empregadas domésticas ganhassem um salário muito mais digno. Para isso, seria preciso que o servidor público, que, muitas vezes, emprega uma empregada doméstica, pudesse ganhar mais, para ter condições de pagar melhor a empregada doméstica. Não é fazendo apenas comparação com os pequenos salários que vamos corrigir as injustiças sociais deste País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, próximo orador inscrito.

V. Ex^a terá até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros, Senador Pedro Simon, símbolo maior dos 180 anos da história deste Senado, que iguala-se a Ruy Barbosa, fui convidado pelos professores universitários federais do Piauí e por funcionários públicos para um debate na sexta-feira pela manhã. O tema, Senador Mozarildo Cavalcanti, era essa desastrada reforma previdenciária, a PEC 40, perversa, estelionatária, criminosa. Assim, Sr. Presidente, eu tinha o compromisso de fazer um pronunciamento nesta Casa.

De lá veio que o Senado não funcionava às sextas-feiras, mas apenas de terça a quinta. No entanto, hoje estamos aqui, segunda-feira, 15 de setembro de 2003. Cheguei às 14 horas e 30 minutos e só agora, às 17 horas e 23 minutos, consegui usar da tribuna.

Esta Casa mudou. E a ignorância é audaciosa, Senador Pedro Simon. Na natureza, tudo muda. Só há uma força permanente: a mudança. Portanto, o Senado mudou.

Senador Mozarildo Cavalcanti, a água com que V. Ex^a se banhar hoje em um rio da sua Roraima não será a mesma de amanhã. Tudo muda. O Senado mudou!

Como disse Shakespeare, sabedoria é unir a experiência dos mais velhos à ousadia dos mais novos – simbolizada aqui pela experiência do Senador Pedro Simon e pelos que chegaram a esta Casa. A prova de que houve mudança é que estamos aqui numa segunda-feira.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Mão Santa, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com todo o prazer, eu e o Brasil escutaremos o Senador Pedro Simon. Há o risco de a **Rede Globo** e de o **SBT** perderem audiência, porque, quando se pronuncia o Senador Pedro Simon, o País pára para ouvi-lo e segui-lo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Nobre Senador Mão Santa, posso dizer que é realmente impressionante a audiência da **TV Senado** no Brasil. Muitos daqueles que imaginavam que a **TV Senado** seria algo ridículo e grotesco estão verificando que é diferente. Há uma série de atividades do Senado que não têm sido divulgadas pela grande imprensa, como a CPI do Banestado, mas que o têm sido pela **TV Senado**, permitindo que o Brasil inteiro saiba do que está acontecendo. V. Ex^a se coloca em primeiro lugar entre os novos Senadores desta legislatura, pela cultura, pela capacidade, pela competência e pelo seu estilo. V. Ex^a tem um estilo que torna profundamente agradável ouvi-lo como estamos fazendo neste plenário, mas que torna profundamente cativante ouvir em casa, pela televisão, como eu faço, porque V. Ex^a fala de uma maneira singela, simples, de uma forma que o povo acompanha. V. Ex^a fala de uma maneira lenta, tranquila, e o povo sente, pela firmeza com que V. Ex^a fala, a seriedade e a sinceridade do que V. Ex^a diz. Isso é muito importante. Há muitos oradores brilhantes, extraordinários, que têm grande cultura e dizem grandes coisas, mas que não conseguem transmitir ao telespectador. É muito importante salientar isso, Senador. Diz-se que, na rádio, você pode fazer um grande discurso e o ouvinte pode gostar ou não ou pode não ligar, você pode ganhar, perder ou nem ganhar nem perder votos. Mas, na televisão, o telespectador gosta ou não, porque ele vê. Entramos na casa do telespectador, na sua intimidade, e ele olha para nós, para os nossos olhos, para os mínimos detalhes. Quero dizer que, junto com V. Ex^a, chegou uma pléia de novos Senadores que realmente deu vida nova, deu dinâmica a esta Casa. Está acontecendo aquilo

que V. Ex^a salienta. Hoje é segunda-feira, V. Ex^a está falando às 17 horas e 27 minutos e eu estou aqui esperando a minha vez para falar. Espero poder falar até às 18 horas e 30 minutos, pois ainda há outros oradores inscritos. Já aconteceu de não conseguirmos falar em reuniões de segunda-feira por haver esgotado o tempo. No ano passado, as reuniões de quinta-feira eram feitas pela manhã, foram ridiculamente transferidas para a manhã. Em razão disso, elas se esvaziavam, pois as pessoas iam embora quinta-feira cedo ou quarta-feira à noite. Agora, as reuniões de quinta-feira são realizadas à tarde e seguem noite adentro. E as reuniões de sexta-feira, que se realizam pela manhã, às quais muita gente não comparecia, têm começado às 9 horas e têm continuado até 13 horas e 30 minutos ou 14 horas, havendo ainda Senadores aqui e, às vezes, havendo um grande debate. O Senado está vivendo um dos seus melhores momentos. Eu, que estou aqui há vinte anos, posso dizer isso. O Senado vive um dos seus momentos mais importantes e significativos, porque essa gente que entrou traz uma idéia nova, uma preocupação nova, um estilo novo. E há uma coincidência importante: temos gente nova aqui, com vontade de trabalhar, com vontade de debater, de discutir, e um Governo novo, que está apresentando as suas propostas, acertando aqui, errando lá, mas de qualquer maneira é um novo Governo, portanto essa dupla coincidência de Parlamento novo, Senado novo e Governo novo está fazendo com que V. Ex^a possa dizer com grande orgulho: “Esta Casa vive um grande momento”. E se lhe diziam que não funcionava na segunda-feira, que não funcionava na sexta-feira, V. Ex^a pode até ter autoridade de dizer: “Não funcionava quando o Mão Santa não estava lá; agora que o Mão Santa está lá, funciona na segunda-feira e funciona na sexta-feira”. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

Eu queria dizer que nós, médicos – estamos diante de dois médicos, o Senador Papaléo Paes e o Senador Mozarildo Cavalcanti – vamos buscar a etiologia, a causa em tudo, e a causa disso tudo é o exemplo que Pedro Simon nos dá. Como Padre Antônio Vieira disse: “O bem nunca vem só, o exemplo arrasta”. V. Ex^a nos arrastou à grandeza de ser Senador.

Então, quero chamar a atenção justamente para o seguinte – quis Deus dois médicos aqui presentes –: primeiro, Senador Pedro Simon, o PMDB tem que entrar no debate franco. O maior apoio será – e seremos base ao Presidente da República – levarmos a

Sua Excelência a verdade: Senador Pedro Simon, o nosso querido e extraordinário Lula, figura humana generosa, errou no começo; nem tudo está perdido, mas errou mesmo, deu uma mancada. Isso é normal. Nós, que entendemos a natureza, sabemos que quando se vai caminhar, cai, levanta, cai e anda. Está na hora dele, depois da queda, Senador Antonio Carlos Valadares, levantar.

Esse negócio de ter aumentado a máquina foi um erro. Sua Excelência nunca havia governado. Os seus companheiros também são noviços, de tal maneira que é um erro. Por isso que se estuda até para jogar futebol, senão a pessoa fica no time dos peladeiros. Para jogar na seleção, treina-se, estuda-se e se adquire técnica. Então, para administrar há compêndios, estuda-se.

Átila, rei dos Hunos, escreveu um livro de administração. Que beleza os princípios de herança. Também Syrus Publius, romano, escreveu como administrar, mas o livro mais recente é **Reinventando o Governo**. Ted Gaebler e David Osborne viram que é difícil, que a democracia é complexa. Assim, Bill Clinton, em sua inteligência, mandou dois grandes especialistas em administração escreverem o livro **Reinventando o Governo** em que resumem que o governo não pode ser grande demais, não pode ser como um transatlântico, um Titanic, porque afunda. Tem que ser pequeno, versátil como um Learjet, mas ficou grande.

Aonde quero chegar? Quis Deus estar presente o sol do PT, Senador Eduardo Suplicy, que está atento. Pela sinceridade, S. Ex^a tentou ser meu cirineu, Senador Pedro Simon. Desde o primeiro dia, há um ambulatório federal da universidade, no qual foram aplicados US\$22 milhões para a obtenção da mais sofisticada tecnologia em exames, e os instrumentos estão perdendo a validade. Se um carro possui um período de validade, independentemente da assistência, imaginem os aparelhos eletrônicos sofisticados da Medicina moderna.

Faltam R\$60 mil reais para colocá-los em funcionamento, entretanto este Governo não tem dinheiro. Creio que é falta de dinheiro, porque o Senador Eduardo Suplicy foi nosso companheiro na luta, reivindicou, trabalhou, assim como o Senador Tião Viana, a quem também sou agradecido. Aquela santa guerreira, mártir do PT, foi comigo aos Ministérios, o que deve ter contribuído para o acidente vascular cerebral que sofreu. Andei com a "santa trindade" do PT, mártires, implorando desse Governo R\$60 mil para o Piauí, a fim de fazer funcionar uma instituição pública que serve aos estudantes universitários, que devem atender os pobres.

O serviço público é que vai atender os pobres. Os ricos não têm problema, pegam um avião da TAM ou da Varig e vão para São Paulo. E o Ministro da Educação também, porque é universitário. Os dois Ministros. Havia outro para pedir e eu não o fazia porque acreditava que devia aguardar.

Senador Papaléo Paes, gostaria de dizer que há outro grande hospital, iniciado pelo Senador Heráclito Fortes, quando Prefeito de Teresina, e eu de Parnaíba, entre 1988 e 1991. O Prefeito é do PSDB, mas o fato é que a obra se transformou em um elefante branco, e não existe financiamento pelo Ministério.

Muito bem. Fui a minha cidade, Parnaíba. Senador Pedro Simon, se V. Ex^a me permite, na Grécia, Sêneca disse: "se você não sabe para que porto vai, ventos nenhum lhe ajudarão". Eu sei; os ventos me ajudam; estou aqui para defender os pobres, os humildes e os necessitados. Cheguei aqui cantando e entendendo que o povo é o poder. É esse meu entendimento. Não existe, a meu ver, Poder Legislativo, Poder Judiciário e nem Poder Executivo. No meu entender, no **L'Esprit Des Lois**, somos instrumentos da democracia.

Senador Pedro Simon, o poder é o povo. O povo é o poder. É o povo que paga a conta. Aliás, eu me devotei trabalhando numa Santa Casa de Misericórdia. Em 1991, incorporei um hospital federal e o municipalizei, pois, entristecido, na minha cidade, o Prefeito anunciou e já marcou a data – os vereadores me mostraram uma carta explicando a falta de apoio – para fechar todos os atendimentos de emergência e urgência.

Então, este Governo está enganado. Aprendi com o caboclo do Piauí que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade é que o povo está abandonado, sem emprego, sem saúde, sem educação, sem segurança. Só não perdemos a vergonha. Sabemos que a democracia nos dá alternância do poder. Essa é a verdade.

Exerci a Medicina na minha cidade e nunca ouvi dizer que fechariam um hospital. E Parnaíba não é simplesmente Parnaíba, não. Senador Antonio Carlos Valadares, digo como Sêneca, que não era nem de Atenas e nem de Esparta: Parnaíba não é uma pequena cidade, é a minha cidade. Ela simboliza as 5.546 cidades deste País. Se em Parnaíba, governada pelo PT, em que confiamos, em que acreditamos, fecha-se...

Senador Pedro Simon, nunca vi um negócio como esse, porque não há apoio. Os prefeitos encontram-se em dificuldade. Mas esse Congresso acreditou – e acreditou bem – no mais honrado dos médicos

e no melhor Ministro da Saúde: Dr. Jatene. Possibilitou-se, então, a criação da CPMF, para oxigenar e salvar a saúde, mas seus recursos foram desviados. Depois, inventaram a Cide. Isso tudo, hoje, Senador Papaléo Paes, representa mais da metade dos tributos, cujas fatias não são dadas para os locais onde vive e sofre o cidadão. O PT dizia: "não tenha medo de ser feliz". Eles querem aquele sonho, mas está todo mundo apavorado.

Imagino como estão a minha Parnaíba e as outras cidades. Ninguém mora no Palácio da Alvorada, só a família do Presidente do Brasil. O povo mora nas cidades, e essa é a verdade.

Vou dar o maior apoio ao povo, pois represento o PMDB e sigo sua mensagem. É aquela que Ulysses, encantado, do fundo do mar, deixou: "Ouça a voz rouca das ruas". E a voz rouca das ruas é esta: vamos ter coragem de levantar da queda dos primeiros passos falsos do governo, diminuir, amanhã, esse ministério e mandar os seus recursos para onde há falta: educação, saúde e segurança. Isso é melhor que contemplar aqueles que vão com a ciúma pedir ministério. Nós, não! Somos do PMDB de Teotônio Vilela – que, com câncer, teve a coragem de andar para libertar este País da doença maior, a ditadura – e do PMDB da moderação de Tancredo Neves.

Estamos com paciência, mas já vamos para fim do primeiro ano de Governo, ou 25% do mandato.

Queremos agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela coragem de nos ajudar, assinando documentos. Mando nossas últimas palavras aos céus, a Deus, à padroeira da minha cidade, Nossa Senhora da Graça, e à grande Deputada Francisca Trindade, santa mártir do PT, para que se lembre realmente de levar fatos concretos para melhorar as vidas dos piauienses.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, como orador inscrito, por até vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, esperávamos – e talvez seja um exagero do nosso País – demais da reunião da OMC. Era demais imaginar que, de uma hora para outra, sem mais nem menos, os países ricos resolveriam aceitar a pressão dos países em desenvolvimento no sentido de diminuírem a quota dos incentivos que dão aos produtos agrícolas. Já foi uma grande saída os países ricos reunirem-se com os países em desenvolvimento.

Felicito a liderança do Ministério das Relações Exteriores, na pessoa de nosso Ministro, e da equipe brasileira que, juntamente com a organização dos países do bloco, fizeram um trabalho excepcional, positivo, concreto, real, dinâmico e irresponsável.

Não há dúvida de que está ficando cada vez mais difícil, neste mundo global – quando os países em desenvolvimento falam que a humanidade é global, que o mundo tem de ter uma economia unificada e que o desenvolvimento é para todos –, justificar os subsídios exagerados e absurdos que a Europa e os Estados Unidos concedem aos seus agricultores.

É fácil imaginar. Para o Brasil, isso significa US\$15 bilhões a menos em nossas exportações. O Brasil deixa de exportar US\$15 bilhões pela concorrência desleal feita pelos países ricos, e pode-se dizer que são 900 mil empregos que teríamos a mais no Brasil se houvesse essa exportação.

Se se busca o entendimento, se se quer um comércio que seja voltado para o diálogo, para o entendimento e não para a violência; se se quer evitar o ocorreu na Primeira Guerra e na Segunda Grande Guerra, quando o comércio, espremido pelas lutas internas, levou o mundo ao conflito, é fácil compreender que se deve ter um país cujos órgãos internacionais considerem o entendimento de todos. Não é crível, não é viável querer-se imaginar que, nesta época, o mundo retroceda ao tempo da escravatura, quando as grandes nações impunham seus desejos, e as nações colôniais obedeciam. O mundo está mudando. A moderna televisão, os meios de comunicação, nosso conhecimento dos direitos e das responsabilidades, tudo isso faz com que um cidadão hoje conheça a realidade de todo o mundo, porque o mundo chega a sua casa a cada momento e a cada hora.

Por isso, parece-me fundamental que a OMC tenha realmente um tratado que dê condições a todos os países de progredirem, de se desenvolverem e de avançarem, mas que não permita que os grandes, que são enormes e que já têm uma infinidade de poderes em suas mãos, tenham mais um poder: o de impedir o surgimento de algo novo. Parece-me absurdo, irracional.

Não acho que saímos derrotados. Creio que foi melhor, ontem, terminar num impasse sem nota do que a elaboração de uma nota vazia ou de uma – como queriam – que desse algumas concessões de favor. Por exemplo, até dezembro, concederiam esse ou aquele produto, sem dizer qual era ou qual não era.

A verdade é que as nações estão crescendo. A biotecnologia está desenvolvendo as nações de todo o mundo, e o Brasil está entre elas. Vejam a Embrapa.

Sinto-me feliz quando lembro que, no período em que fui Ministro da Agricultura, percorri todas as unidades da Embrapa, junto com o Presidente da República, reuni suas unidades, dei força total e absoluta à empresa. Quando órgãos da imprensa publicavam editoriais criticando asperamente a concessão de quatro mil bolsas de estudo a brasileiros no exterior, enquanto aqui passavam fome, eu respondia que esses brasileiros estavam no exterior exatamente para que, no futuro, aqui os brasileiros não passem fome, que esses brasileiros estavam no exterior preparando-se para que a entidade que eles representavam nos desse legitimidade nacional.

Hoje, a biotecnologia brasileira é respeitada pelo mundo inteiro, porque a Embrapa faz do Brasil o maior produtor de açúcar, de soja, de carne e logo seremos o maior produtor de uma série interminável de produtos, fruto exatamente da biotecnologia, da nossa capacidade.

Durante os 365 dias do ano, temos todos os climas e todas as temperaturas no território brasileiro. Neve e gelo, no Sul; verão equatorial, no Nordeste. Portanto, podemos suprir o mundo inteiro, todos os anos, de todos os produtos, resolvendo e equacionando os nossos problemas. Temos a maior área de terra agricultável do mundo, a maior reserva que existe no mundo e as maiores reservas de água doce do mundo; o Brasil se apresenta com uma mensagem de progresso e de desenvolvimento na agricultura que não tem similar.

Por isso, quando o Brasil se une à Argentina e ao resto da América do Sul, quando dialoga com essa gente, distribui nosso conhecimento com os nossos irmãos da América do Sul, não é no sentido de querer explorá-los, mas para que eles subam conosco, cresçam conosco e avancem conosco.

Essa é uma política que merece respeito; não é a política americana, que quer que a América Latina seja permanentemente quintal dos Estados Unidos, para plantar apenas o que eles querem. Não estamos buscando diálogo no Mercosul com os nossos irmãos no sentido de que eles sejam diferentes de nós. Pelo contrário, queremos que alguns lugares que estejam em situação mais triste que a nossa, onde haja mais fome, mais miséria e mais injustiça, tenham o amparo do abraço fraterno, a colaboração e a solidariedade de fazer com que esta América do Sul – que hoje é um continente tão pobre quanto a África, tão miserável como tantos outros do mundo – seja um continente rico e próspero, onde tudo dá, onde tudo se planta e onde tudo se colhe. Temos todos os minérios; temos todas as reservas. E, se fechássemos nossas portas

ao resto do mundo, a América do Sul não precisaria importar, porque, por força própria, desenvolveria o seu crescimento.

Por isso, fez muito bem o Brasil em levar uma posição firme à OMC, em levar uma posição correta, dialogando com os seus parceiros e apresentando uma proposta respeitável, de conteúdo e de seriedade.

Os europeus e americanos estavam tão acostumados a encontrar os outros Países submetidos e humilhados, de cabeça baixa, pedindo esmola, que se surpreenderam quando encontraram os países com idéias e propostas, números e decisões. E pediram um tempo até dezembro.

Vamos ver o que acontecerá. Mas a verdade é uma só: não podemos ter o mundo dividido. De um lado, o capital esmagando o Brasil com os bilhões de dólares que temos de pagar pelos juros da nossa dívida; o Brasil, pagando juros dez vezes maiores do que os que os americanos e japoneses pagam. Do outro, quando entramos no mercado com um produto forte, com condições de presença, já não discutem a qualidade. Antes, dizia-se que a nossa carne ou a nossa soja não eram de qualidade. Já não discutem o teor, a qualidade, a essência, mas o preço, e querem boicotar a entrada do nosso produto.

Quando há tempestade na Flórida, os laranjais sofrem e perecem, mas os produtores norte-americanos não se preocupam muito. Quem chora e sofre são os produtores de laranja de São Paulo, porque a quebra na produção de laranja diminui a produção de suco. Não tem problema! O americano importa mais, muito mais, mas por um preço bem menor. É o coitado do produtor brasileiro que ajuda a pagar o seguro do produtor de laranjas norte-americano.

Concedo um aparte ao Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a. Mais uma vez, com o brilhantismo de sua exposição, V. Ex^a relata como testemunha ocular o encontro ocorrido no último fim de semana em Cancún, ao dizer, com muita propriedade, que lá, mais uma vez, os ricos esmagaram os pobres. O Brasil tem uma posição firme, decidida, expressa por seus representantes, tanto o Ministro Celso Amorim quanto o nosso Embaixador Rubens Ricupero, em Cancún, e permanecerá com essa firmeza, para que possa continuar disputando, sim, a possibilidade de ser parte deste mundo globalizado. Mas participativa, ou seja, vendendo, como exportador, como produtor qualificado e competente que é. Conforme V. Ex^a destaca, se não conseguirmos fazer com que os muitos que são pobres possam participar deste mun-

do global, os poucos que são ricos não poderão ser salvos. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois, não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a ressalta o posicionamento extremamente correto do Governo brasileiro – liderado pelo Ministro Celso Amorim, também acompanhado dos Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto – em defesa, pela primeira vez, muito bem articulada, ao liderar os 22 países em desenvolvimento. Posicionamento que está recebendo o respaldo do Congresso Nacional de maneira suprapartidária. Ali estiveram, inclusive, três Srs. Senadores, os quais convidamos para prestar um relato à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E ressalto que será muito importante que o Ministro Celso Amorim sinta essa interação, pois S. Ex^a convidou os Senadores para sempre acompanharem a delegação brasileira a cada um dos encontros em que haja negociações multilaterais e bilaterais, como a que ocorreu agora em Cancún e a que ocorrerá em novembro próximo em Miami. Portanto, é muito importante o registro que V. Ex^a traz para o Senado Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz ao plenário desta Casa um debate muito importante relacionado principalmente à omissão e ao descaso dos países ricos em relação aos países mais pobres. Notadamente, a tentativa, para não dizer a execução, de políticas que travam o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas, como a imposição de taxas absurdas, taxas alfandegárias que praticamente proíbem a entrada dos nossos produtos nos países mais desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos. A Organização Mundial do Comércio reuniu-se e, a meu ver, dentre tantos assuntos que poderiam destacar nessas reuniões, os seus integrantes poderiam se preocupar não apenas com o comércio bilateral entre as nações ricas e pobres ou subdesenvolvidas, como também

com a criação de um mecanismo capaz de socorrer a pobreza mundial. São milhões e milhões de pessoas que morrem diariamente por falta de um prato de comida na mesa. A criação, por exemplo, da taxa TOB – já tivemos ocasião de tratar desse assunto aqui, no Senado Federal -, que proporcionasse um fundo para o atendimento a milhões e milhões de pessoas; são mais de 800 milhões de pessoas que estão passando fome no mundo. O Deputado Jean Ziegler, da Suíça, demonstrou numericamente que mais ou menos 100 mil pessoas morrem diariamente por desnutrição ou em consequência da fragilidade de saúde por causa de pobreza. Portanto, Senador Pedro Simon, é muito importante V. Ex^a trazer a debate assunto tão relevante, como o do relacionamento com os países ricos e com os países pobres, notadamente com o Brasil, um País como V. Ex^a se referiu, de dimensão continental, possuidor de riquezas minerais incomensuráveis, com uma produção agrícola que está chamando a atenção do mundo, um grande produtor de soja, de milho. Graças à Embrapa, a que V. Ex^a se referiu, o Estado de Sergipe que represento, um Estado pequeno, já há alguns Municípios que estão produzindo milho de melhor qualidade do que o produzido, por exemplo, no Paraná. Então, V. Ex^a faz justiça quando elogia o trabalho que essa empresa vem desenvolvendo no campo da tecnologia e da biotecnologia. Por isso, quero me somar a V. Ex^a. Assino embaixo de tudo o que o Senador Pedro Simon disse a respeito de matéria tão empolgante, que é a do desenvolvimento dos países mais pobres frente às injustiças e ao enfrentamento com os países mais ricos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço os apartes que me honraram e que somaram argumentos importantes ao meu pronunciamento.

Foi importante salientar – e eu já tinha feito – algo para o que o Senador Eduardo Suplicy chama atenção: a importância da presença do Ministro Celso Amorim. Se não me engano, Rubens Ricupero esteve lá. O fato de convidá-lo a participar foi um gesto de muita grandeza do Governo e do Ministro Celso Amorim.

Foram importantes as presenças do Ministro Celso Amorim; de Rubens Ricupero; do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, um homem da mais alta competência, que realmente conhece a fundo as questões nacionais e internacionais da agricultura. O Ministro Roberto Rodrigues é uma das pessoas que tem mais conhecimento sobre a agricultura que eu saiba neste País; e do nosso querido companheiro, Ministro Miguel Rosseto, primeira experiência internacional, que também deve ter colaborado.

A presença dos Senadores a que V. Ex^a se refere foi um fato novo também importante. A presença dos Senadores e a exposição que S. Ex^{as} nos apresentarão na próxima quinta-feira nos darão argumentos para nos prepararmos, fazermos estudos e conhecermos os estudos que o Brasil levou, a fim de que, na próxima reunião, que será em Miami, tenhamos condição de dar um reforço maior, não apenas representantes que comparecem com a presença, mas com o conteúdo da palavra e com o sentimento do que apresentam.

Causa-nos pena verificar que os grandes estejam atravessando um momento em que não têm a visão e nem a grandeza de perceber a responsabilidade do momento em que estão vivendo. Quando vejo a despreocupação com os milhões que passam fome, quando vejo as pessoas se reunirem, penso numa resposta que os grandes poderiam oferecer: "Vocês, países em desenvolvimento, estão crescendo, estão avançando, vamos todos dar um percentual do que ganharmos no comércio aos países do Terceiro Mundo, destinado a combater a fome, a combater a miséria no mundo". Seria algo positivo, seria algo sério, seria algo responsável.

Mas isso é algo que não existe, de que não se toma conhecimento, basta verificar-se agora o que está acontecendo, quando no Iraque e no Afeganistão, países bombardeados, arrasados, destruídos pelos Estados Unidos, no entanto, a reconstrução é feita à conta gota, e a fome e a miséria continuam.

Por isso, meus amigos, meus irmãos, felicito o Governo brasileiro, felicito a delegação brasileira porque desta vez não nos entregamos, tivemos coragem de expor uma bandeira.

Confiamos muito no Presidente Lula e queremos crer que será muito importante o discurso que Sua Excelência fará na abertura da Assembléia das Nações Unidas. Nunca o mundo esperou a manifestação de um país do Terceiro Mundo com tanta expectativa como aguarda o pronunciamento de Lula na ONU, quando falará não com a palavra da violência, do radicalismo que não constrói, mas com a capacidade, com a competência, com a garra daqueles que defendem a justa causa.

Quem poderia imaginar que, entre a posse do Presidente Lula e os primeiros meses de Governo de Sua Excelência, Lula seria o que foi? E que entre a posse do Presidente argentino e o seu início de Governo, Néstor Kirchner seria o que está sendo? Na realidade, o mundo teve uma grande surpresa ao ver o que está ocorrendo na Argentina. Menem tentou desmoronizar o atual Presidente argentino, que não teve a chan-

ce de ir para o segundo turno, haja vista que Menem, ao saber que perderia, renunciou e não houve segundo turno. Por isso, Néstor Kirchner precisou ser eleito com 22% dos votos. Essa situação foi humilhante, mas ele teve capacidade e competência e hoje está com mais de 80% de prestígio em razão de suas posições corajosas, enfrentando o Fundo Monetário International. A Argentina, que tem uma situação muito mais combalida do que a nossa, no entanto, sem ter atrás de si um grande partido – ao contrário, um partido esfacelado em várias áreas, dividido em vários segmentos –, demonstrou coragem e está tendo o respeito por parte daquela nação e por parte do mundo.

O discurso que o Presidente Lula fará em Nova Iorque, nas Nações Unidas, será um dos mais importantes do Brasil na Liga das Nações. Ele haverá de cobrar a queda dos juros internacionais, de mostrar o escândalo dos juros internacionais, mostrar quanto paga o Brasil e quanto pagam os países de Terceiro Mundo, que é infinitamente mais do que pagam os Estados Unidos, o Japão e a Inglaterra; haverá de cobrar a queda dos juros dos países ricos, cobrar o término da injustiça do subsídio à agricultura dos países ricos e cobrar o que o Papa e o mundo estão pedindo, uma verba especial destinada à pobreza, destinada à miséria, à fome, e que o mundo inteiro reconheça o seu compromisso com os milhões que morrem de fome e dê a sua contribuição para isso diminuir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com o disposto no § 3º do art. 43 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2001, com a redação dada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003, fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2003-CN, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito.

V. Ex^a terá até as 18h30 min para fazer o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero estranhar e observar o contra-senso da declaração do vice-Primeiro Ministro de Israel, Ehud Olmert, de que o assassinato do Presidente Palestino Yasser Arafat seria uma opção para a sua remoção do poder. Disse Ehud Olmert, que é um personagem importante da equipe do Primeiro-Ministro, Ariel Sharon, que a morte de Arafat é definitivamente uma das opções para a sua deposição do poder. Disse ainda: "Estamos tentando eliminar todas as cabeças do terror, e Arafat é uma delas". E isso foi baseado na decisão do gabinete de segurança israelense de quinta-feira passada em que foi definido que Arafat seria um obstáculo à paz e que precisaria ser removido.

Ora, Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em agosto último eu estive três dias em Israel a convite do governo daquele país. O embaixador israelense convidou a mim e ao Senador Ney Suassuna para ali, com trinta Parlamentares, observarmos os esforços de paz. No diálogo entre os trinta Parlamentares, surgindo a questão sobre o Presidente Yasser Arafat, um deputado colombiano perguntou a um dos oradores que a nós transmitia sua opinião, uma pessoa especializada em terrorismo, se e por que Israel não considerava a hipótese até de eliminar Yasser Arafat. Este respondeu que essa atitude poderia causar uma tal repercussão, porque Yasser Arafat constitui um símbolo tão forte para o povo palestino, que os israelenses poderiam até perder o apoio de alguns de seus principais aliados, inclusive do próprio Governo dos Estados Unidos. E me pareceu importante que o Governo dos Estados Unidos tivesse de pronto rechaçado essa consideração de se eliminar o Presidente Yasser Arafat.

Considero também muito importante que o Governo brasileiro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim tenham hoje de manhã reagido de pronto. Senador Pedro Simon, leio a nota do Itamaraty a respeito deste assunto e com a qual estou de pleno acordo:

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda apreensão, da decisão do gabinete de segurança de Israel de remover dos territórios palestinos o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat.

O Brasil reconhece no presidente da Autoridade Nacional Palestina, Arafat, uma autoridade legítima e democraticamente eleita pelo povo palestino. Neste momento em que assistimos com perplexidade a uma nova escalada de ações retaliatórias e contrárias à paz, a decisão do gabinete de segurança israelense poderá comprometer irremediavelmente o processo de paz.

O Governo brasileiro exorta Israel a reverter a decisão do seu gabinete de segurança e conclama, mais uma vez, israelenses e palestinos a agir com moderação e retomar a mesa de negociações, único espaço de onde poderá surgir uma solução justa e duradoura para o conflito na região.

Sr. Presidente, é da maior importância que aqui venhamos a reforçar o apelo do Governo Lula. Dentro em duas horas, o Presidente Lula estará hoje na Hebraica, onde participará das comemorações dos cinqüenta anos desse importante clube da comunidade judaica em São Paulo. Quero também expressar as minhas congratulações aos cinqüenta anos da Hebraica e, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar presente a convite da Comunidade Israelense de São Paulo, a CIP, pelas pessoas do Sr. Presidente da Hebraica e do Rabino Henry Sobel. Estive há três semanas expondo o que vi em Israel e fiz um relato do episódio ao qual me referia, a reação dos membros de governo de Israel que diziam que Yasser Arafat, afinal de contas, é um presidente eleito diretamente pelo povo. Acho um pouco engraçado Israel, às vezes, afirmar que tem a convicção de que Yasser Arafat seria conivente e até estimulador e planejador de ações terroristas, mas não chegou a colocar a evidência para a opinião pública mundial de que isso efetivamente estaria ocorrendo.

Por outro lado, o que sabemos é que, se for para realizar um esforço de paz efetivo, os israelenses deveriam estar agindo como os dois líderes israelenses do movimento pela paz que foram, diante desse anúncio, imediatamente ao quartel general do Presidente Yasser Arafat dizer que não estão de acordo com essa ação, assim como tantos outros que estão a alertar o Governo de Israel de que uma ação desse tipo – assassinar Yasser Arafat – poderá desencadear um movimento de maior violência.

Aonde vamos parar? É preciso que a humanidade e o Oriente Médio – os dois lados – aprendam com

a experiência do Brasil, onde descendentes de judeus, árabes e palestinos convivem em paz. Senador Pedro Simon, V. Ex.^a, que possui ascendentes de origem árabe e aqui convive, respeitosa e pacificamente, com pessoas de origem judaica, é um exemplo vivo do que deveria estar ocorrendo em Israel.

Volta e meia relembro aqui o belo pronunciamento de Martin Luther King Jr., quando observava a importância de não se tomar do cálice do veneno do ódio, da guerra e da violência. E naquele dia, 28 de agosto de 1963, estavam ao lado dos negros, participando da marcha pela integração racial, judeus – como o Rabino Henry Sobel sempre lembra quando cito o episódio –, quando ele falava da necessidade de sempre confrontarmos a força física com a força da alma.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex.^a permite-me um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Ouço, V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a chama a atenção para um incidente tão triste, tão impressionante, que não conseguimos entender. Como se chega a essa conclusão? Há dois anos, quando aconteceu aquele atentado em 11 de setembro, parecia que o mundo inteiro seria chamado a uma mobilização total contra o terrorismo, sim, mas basicamente a favor da paz. E sentiu-se uma ansiedade, uma expectativa de que medidas a favor da paz eram importantes. Infelizmente, de lá para cá não houve praticamente nada de positivo. Ora, uma decisão como essa... A figura do Sr. Arafat dá-nos a impressão de que ele é um homem vencido, um homem que está ali carregando a sua cruz. Quando ele aparece, vende a imagem de um homem que se sente abatido e que, na verdade, está muito longe de mostrar sua capacidade integral. Entre os esquemas de luta contra o terrorismo uma das teses é no sentido de assassinar o presidente, o que constituiria grave precedente. Na disputa entre dois povos, um deles poderá determinar que a morte do presidente adversário é uma das maneiras de ganhar tal disputa. De onde veio a idéia de que a morte do chefe palestino resolve o problema? Eu, com toda a sinceridade, sinto que o americano, pela influência do mundo israelita, não exerce a ação, como deveria, dos dois lados. Ele não coloca a mão na mesa. O Clinton fez: chamou os dois. Se o Clinton tivesse um terceiro mandato, ou se o Partido Democrata tivesse ganho a eleição, tudo estaria bem, pois a paz estava praticamente consolidada. O que o Presidente Bush fez foi destruir o que o Clinton tinha feito. Ele que não reconhecia o trata-

do assinado pelos representantes de Israel, pelo representante palestino e pelo Presidente Bill Clinton. Ele disse que não reconhecia e não aceitava aquilo. Então, ele boicottou o que estava sendo feito e não fez nada no sentido positivo. Então, estamos vendendo o que está aí. Imaginamos que a queda do muro de Berlim significaria o nascimento de uma nova humanidade, mas estamos vendendo, nesse terceiro milênio, o aparecimento de novo muro, o muro de uma nação que tem toda a força, enquanto do outro lado há uma nação em que nada existe. E esse muro está sendo erguido e nem a humanidade, nem a ONU tomam providência no sentido de demonstrar que é um absurdo que neste século, no início de uma nova realidade, essas coisas estejam ocorrendo. Não tenho dúvida de que, lamentavelmente, as grandes nações estão despreocupadas com essas questões. No fundo, a Alemanha, a França e a China estavam preocupadas era com a força que o americano teria lá no Iraque, porque, de resto, tudo continuam do mesmo jeito. O Iraque e os americanos, com a maior cara-de-pau, querem forças dos países do mundo inteiro, querem que os países enviem gente, para bucha de canhão, e dinheiro, porque eles estão cansados de gastar. Entretanto, não admitem entregar à ONU o controle, para que ela possa, no comando, chamar uma força de paz, buscar a paz. Minha solidariedade profunda a V. Ex.^a pelo triste, mas sério, pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Quero ressaltar que, nesse caso, o próprio Governo George Walker Bush, por meio do Secretário de Estado, Collin Powell, fez uma declaração de advertência, que registro com as palavras dele: “Acho que é possível antecipar o ódio que essa ação causaria por todo o mundo árabe: o eventual assassinato do Presidente Yasser Arafat. Os Estados Unidos não apóiam a morte de Arafat ou seu exílio da Palestina. O Governo israelense sabe disso”. Nesse caso, o Secretário de Estado Collin Powell mencionou isso com muita clareza. E acho isso importante, aliás, é uma posição coincidente com a nota do Itamaraty.

Estive, aproximadamente 50 minutos, com o Presidente Yasser Arafat, em 14 de agosto último. Entreguei a ele a carta do Presidente Lula, cujo conteúdo era semelhante à carta para o Primeiro-Ministro Ariel Sharon. Por meio dessas cartas, o Presidente Lula conclamava os dois lados para realizar todo o esforço possível para a paz. Pareceu-me, Senador Pedro Simon, que o Presidente Yasser Arafat estava mu-

ito lúcido. Fez-me, inclusive, inúmeras perguntas a respeito do Presidente Lula e do Governo brasileiro, o que mostrou sua lucidez. Quando lhe perguntei o que considerava esforços de paz, respondeu-me de pronto que dependerão muito do esforço e do controle que o quarteto realizará. O quarteto é formado pelo Governo dos Estados Unidos, pela União Européia, pelo Governo da Rússia e pela ONU.

É importante que, neste momento, a ONU acompanhe de perto o que está acontecendo em Israel, afirmado com muita clareza que será um absurdo o assassinato ou mesmo a remoção de Yasser Arafat de Ramallah, considerando inclusive que Israel tem poder para realizar isso. Fomos visitar as fábricas de mísseis, extremamente precisos, e também o quartel general onde está Yasser Arafat. Ali, sobra apenas a parte onde ele realmente permanece; a outra, foi destruída pelos mísseis precisos de Israel.

Espero, portanto, que essa decisão não venha a se tornar uma realidade, o que poderia significar uma verdadeira tragédia. Simplesmente espero que o bom senso prevaleça.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Eduardo Suplicy, prorrogo a sessão por três minutos, para V. Ex^a concluir o seu discurso.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com respeito ao muro que Israel está construindo na Cisjordânia, ainda hoje no jornal **O Globo**, no artigo intitulado “Um homem, um muro, um voto”, o jornalista Thomas Friedman, do **The New York Times**, fala do absurdo que está sendo essa construção, o que também constitui outro contra-senso. É necessário que o governo de Israel reverta a decisão da construir esse muro na Cisjordânia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Valmir Amaral enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nada mais justo do que garantir a dignidade e a segurança integral daqueles que trabalharam por longos anos, em prol da sociedade e dos seus, e tiveram a felicidade de alcançar uma idade avançada.

No momento em que o Brasil, seguindo uma tendência mundial, aumenta significativamente sua população de idosos, muitos são os problemas a serem enfrentados para que se lhes assegurem os direitos comuns a todos os cidadãos, bem como os direitos especiais a que fazem jus.

Os maiores de 60 anos já somam 14,5 milhões, conforme o último censo, do ano 2000, constituindo 8,6% da população brasileira. De acordo com as projeções da Organização Mundial de Saúde, o Brasil contará com 34 milhões de idosos no ano de 2025, mais que o dobro do número atual. Se esse será, como almejamos, o futuro de uma proporção cada vez maior de nosso povo, é ainda mais recomendável e sensato criar, desde já, as condições necessárias para uma vida segura, saudável e feliz na chamada terceira idade.

Sr. Presidente, a Constituição Federal estabelece, no artigo 230, alguns preceitos básicos sobre os direitos dos idosos e sobre o modo como a família, a sociedade e o Estado devem tratá-los. A Lei nº 8.842, de 1994, dispôs sobre a Política Nacional do Idoso, criando o Conselho Nacional do Idoso, entre outras providências. Essa Lei foi regulamentada, dois anos após, pelo Decreto nº 1.948, que estabelece as competências dos órgãos e entidades públicas para implementação da referida Política Nacional do Idoso.

Ao apresentar o Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2003, que cria o Estatuto do Idoso, o Senador Sérgio Cabral vem ampliar a abordagem e o escopo dos direitos das pessoas longevas, bem como da especial atenção que lhes deve ser dedicada.

Os direitos dos idosos à vida, liberdade, dignidade e igualdade; ao transporte público gratuito; à cultura e ao lazer são detalhados e traduzidos em medidas concretas, cujo cumprimento pode ser cobrado e fiscalizado.

No que se refere à cultura e ao lazer, por exemplo, o Estatuto garante às pessoas idosas “a gratuidade de ingresso nos museus e casas de cultura públicos”, além do desconto de 50% na compra de ingressos para a primeira sessão da exibição de filmes, em qualquer dia, bem como para uma sessão semanal de teatro, a ser escolhida e devidamente divulgada pelo produtor da peça.

Podemos lembrar, aqui, quanto é importante que os nossos idosos levem uma vida ativa, do ponto de vista físico e intelectual, e até mesmo sob o prisma afetivo ou emotivo. O estímulo à participação em atividades artísticas, esportivas, de lazer e de convívio representa, portanto, um componente indispensável

em uma política voltada para uma melhor qualidade de vida na terceira idade.

A política de atendimento dos direitos do idoso é delineada, no Estatuto em tramitação, por meio de um conjunto de ações governamentais, nas três esferas, e de ações não-governamentais. Citemos entre as linhas de ações previstas, para exemplificar sua relevância, a que se refere a "serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial aos idosos vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão"; ou ao "serviço de identificação e localização de parentes desaparecidos".

Além dessas, mais específicas, não deixemos de citar as "políticas sociais básicas" e as "políticas e programas de assistência social, para aqueles que deles necessitam", além da "proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos".

De fato, a garantia da assistência e de atendimento aos direitos dos idosos depende, com frequência, da existência de entidades, governamentais e não-governamentais, que tenham tal atribuição. Essas entidades são abordadas nos artigos 25 a 27 do Projeto de Estatuto que está tramitando, sendo especificadas regras para o seu registro, as modalidades de atendimento e os seus princípios e deveres. Já nos artigos 28 a 30, trata-se de medidas relativas à fiscalização das entidades, prevendo penalidades administrativas que podem chegar à cassação do registro.

Essas penalidades não obstam à devida apuração, na esfera judicial, dos crimes cometidos no âmbito dessas entidades, ou quaisquer outros que venham a atingir os direitos dos idosos. Trata todo o Título V do Estatuto "do acesso à justiça", representada pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público e, evidentemente, pelo próprio Poder Judiciário.

Ao papel desempenhado pelo Ministério Público para "a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos aos idosos" é dedicada a devida atenção, em todo o Capítulo III do mencionado Título V.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a abordagem do Estatuto dos Idosos a que nos dedicamos, tal como disposto no PLS nº 20, de 2003, não se pretende sistemática nem muito menos exaustiva. Julgamos importante, todavia, ressaltar alguns pontos dessa iniciativa de grande significado social, convergindo todos eles no sentido de assegurar os direitos de nossos concida-

dãos, nessa especial e tão digna condição de idosos, que todos nós pretendemos atingir.

Acrescento que, mais do que simplesmente garantir seus direitos, é preciso – tal como explicita o Estatuto já em seus primeiros artigos – fazê-lo com absoluta prioridade, de modo semelhante ao empenho especial que se requer, por parte da família, da sociedade e do Estado, no atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo o parecer do nobre Senador Demóstenes Torres, o PLS nº 20 deve ter a ele apensado projeto de lei recentemente apresentado pelo Vice-Presidente da Casa, Senador Paulo Paim, também instituindo o Estatuto do Idoso, nos mesmos termos em que já havia sido apresentado na Câmara dos Deputados.

Não há dúvida de que, do cotejo de ambos os projetos, pode resultar uma proposição mais abrangente, preservadas a coerência do texto e sua concisão, tão bem caracterizadas no projeto já aprovado na CCJ.

Essencial, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é que o Senado Federal contribua, com o conjunto dos seus esforços e de seus talentos, a fim de que a legislação federal brasileira seja acrescida de diploma tão relevante para conceder melhores condições de vida aos nossos idosos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2003 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 795, de 2003 – art. 336, II)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2003 (nº 192/2003, na Câmara dos Deputados), que *institui o ano de 2004 como o "Ano da Mulher"*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.216, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 55, DE 1999

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *modifica o “caput” do art. 37 da Constituição Federal* (acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.246, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*, tendo

Parecer favorável, sob nº 768, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 72, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *altera a Constituição Federal para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional*, tendo

Parecer sob nº 29, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 39, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ney

Suassuna, que *acrescenta o § 5º ao art. 73 da Constituição Federal, criando a Procuradoria do Tribunal de Contas da União*, tendo

Parecer sob nº 1.198, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2002

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002 (nº 943/99, na Câmara dos Deputados), que *proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível*, tendo

Pareceres sob nºs 155 e 1.189, de 2003, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário), Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

– 7 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 10 e 11, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que *modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador*, tendo

Parecer favorável, sob nº 534, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

– 8 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.075, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator : Senador Garibaldi Alves Filho), que *revoga os arts. 3º, 4º, 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os cri-*

térios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

- 9 -

REQUERIMENTO Nº 487, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 487, de 2003, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a inserção em ata de voto de homenagem pela passagem do 95º aniversário natalício do Dr. Salvador Allende, Presidente Constitucional do Chile, eleito por voto popular em 4 de setembro de 1970, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

- 10 -

MENSAGEM Nº 76, DE 2003

Votação, em turno único, da Mensagem nº 76, de 2003 (nº 114/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2003, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores.

- 11 -

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2003, dos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

- 12 -

REQUERIMENTO Nº 712, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 712, de 2003, dos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

- 13 -

REQUERIMENTO Nº 713 DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 713, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando

que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

- 14 -

REQUERIMENTO Nº 728, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 728, de 2003, do Senador José Jorge, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

- 15 -

REQUERIMENTO Nº 737, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 737, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2002 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

- 16 -

REQUERIMENTO Nº 750, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 750, de 2003, do Senador Aelton Freitas, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

- 17 -

REQUERIMENTO Nº 751, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 751, de 2003, do Senador Augusto Botelho, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2003, de sua autoria.

- 18 -

REQUERIMENTO Nº 756 DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2003, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 19 –

REQUERIMENTO Nº 761, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 761, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 610, de 1999, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 783, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 783, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 21 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2001 (nº 1.016/95, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde, tendo

Parecer sob nº 1.196, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Leomar Quintanilha, pela prejudicialidade da matéria, com voto em separado do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
GOIÁS		PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PSB	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	AMAPÁ
PARAÍBA		PT	José Sarney
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	João Capiberibe
PFL	Efraim Moraes		Papaléo Paes
PMDB	José Maranhão	PMDB	RONDÔNIA
ESPÍRITO SANTO		PT	Amir Lando
PPS	João Batista Motta	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	Gerson Camata		Valdir Raupp
PL	Magno Malta	PPS	RORAIMA
PIAUÍ		PDT	Mozarildo Cavalcanti
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Augusto Botelho

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

**TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

**TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
 Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
 Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..
 Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Píneiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

**Subcomissão Permanente de Proteção dos
Cidadãos Brasileiros no Exterior**

**PRESIDENTE: Senador
VICE-PRESIDENTE: Senador**

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa

Tel. da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

E-mail: sscomcre@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral:	19.04.1995
2^a Eleição Geral:	30.06.1999
3^a Eleição Geral:	27.06.2001
4^a Eleição Geral:	13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA²
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB³					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 13.08.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.08.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995
2^a Designação: 30.06.1999
3^a Designação: 27.06.2001
4^a Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Sihessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMA
(Vago) ⁸		
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Sihessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁷	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	1º SECRETÁRIO Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	2º SECRETÁRIO Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	3º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	4º SECRETÁRIO Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	LÍDER DA MAIORIA (aguardando definição)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador Efraim Morais (PFL-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY	Deputada ZULAIÉ COBRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL)⁽²⁾

IDEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)

PFL⁽³⁾

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)

PSDB⁽³⁾

EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
---------------------------	---------------------------

PDT

JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
---	---------------------

PPS⁽⁴⁾

MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)
-------------------------------	--------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
---------------------	--------------------------

PFL

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
-------------------------	-------------------------

PMDB

OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
---------------------------	-----------------------------

PSDB

EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
---------------------------------------	-----------------------------

PPB

LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
----------------------------	-----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
---------------------------	---------------------------

PSB

INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
--------------------------	--

PPS⁽⁴⁾

JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
-----------------------------	----------------------------

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÉ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

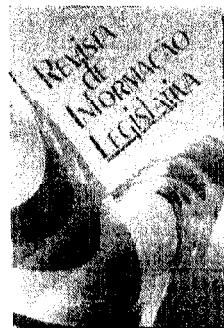
³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 86 PÁGINAS